

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

HELENO PEREIRA NUNES

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PATERNIDADE DE HOMENS-PAIS NUMA
PERSPECTIVA INTERGERACIONAL

PETROLINA

2018

HELENO PEREIRA NUNES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PATERNIDADE DE HOMENS-PAIS NUMA
PERSPECTIVA INTERGERACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa.

PETROLINA

2018

N972r Nunes, Heleno Pereira.
Representações sociais da paternidade de homens-pais numa perspectiva intergeracional / Heleno Pereira Nunes. - - Petrolina, 2018.
vii, 114 f.: il.: 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina – PE, 2018.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa.

1.Paternidade. 2.Representações sociais. 3.Processos psicossociais. 4. Relações familiares. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 158.24

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima CRB-4/2097.

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

FOLHA DE APROVAÇÃO

HELENO PEREIRA NUNES

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PATERNIDADE DE HOMENS-PAIS
NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Psicologia
pela Universidade Federal do Vale do São
Francisco.

Aprovada em: 22 de Januário de 2018.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

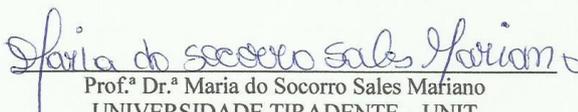
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Luciana Duccini

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Examinadora Interna



Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Sales Mafiano

UNIVERSIDADE TIRADENTE - UNIT

Examinadora Externa

Dedico com muito amor aos meus pais,
Helena e Carlinda pelo amor incondicional demonstrado sempre.

AGRADECIMENTOS

É preciso agradecer...

Agradecer a Deus, por tudo que Ele representa na minha vida, o que Ele fez, faz e fará!

A meus pais: Heleno e Carlinda pelo amor e apoio incondicional nessa minha jornada.

Aos meus irmãos: Helionae, Helioneide, Heleonardo que mesmo nas adversidades souberam conduzir nossa fraternidade.

Aos meus sobrinhos: Ruan, Aurélio, Hugo e Arthur pela inspiração e de servir como “laboratório”.

Ao meu grande amigo Anderson pelo amor, carinho e respeito que vem sendo construído.

Aos meus amigos da vida Sérgio Lima, Eladjane Florêncio, Rita Araújo e Adatiane Farias pelo carinho e apoio.

A minha orientadora Lucivanda Cavalcanti Borges pela paciência, apoio e dedicação, sem aos quais eu não teria chegado até aqui.

Ao meu co-orientador pela forma como me acolheu no Programa e no NUPIE e a oportunidade de conviver com um professor e ser humano tão generoso.

À coordenação do Programa de Mestrado da UNIVASF, nas pessoas do Prof. Christian, Prof.^a Marina e Patrícia (secretária do Mestrado) pelo suporte inestimável na minha trajetória no curso.

Aos meus amigos do mestrado, Walter, Thiago, Grazi, Richardson e Raíza por compartilharem momentos adversos, mas, vividos com carinho.

Aos professores do Mestrado: Marcelo Ribeiro (meu co-orientador), Susanne Pinheiro, Carla Fernanda, Luciana Duccini, Daniel Espíndola, Geida, Ângelo Augusto, Ivani e Leonardo, pelo apoio.

À Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada – FACISST, pelo suporte durante esse tempo. Aos meus colegas de trabalho Hércia, Angelita e Vicente (in memoriam) pelas palavras certas nos momentos difíceis.

A todos os meus alunos e ex-alunos da UFRPE, IFPE, UNICAP, FACISST, UPE, Colégio e Curso Especial representados por Robson, Dartcléa, Eliene, Joelma, Otávio, Aprígio, João Vitor, Eduarda, Helenice, Patrícia, Pedrinho, Lucas, Marilene e Roseane, obrigado por compartilharem comigo o conhecimento!

Aos meus pacientes que durante 10 anos como Psicólogo Clínico ajudaram de forma decisiva na minha prática profissional acreditando no meu trabalho através da psicoterapia.

Aos meus mestres e mestras: Maria Aparecida Craveiro Costa (Cida), Edilene Queiroz, Ana Lúcia Francisco, Mariel Lyra, Tereza Batista, Maria Isabel Pedrosa (Bel), Luiz Felipe Rios, Benedito Medrado, Fátima Cruz, Fátima Santos, Isabel Ruth Bacelar, Célia Fonseca, Cristina Brito, Abenise Lima, Moab Acioli, Carlos Brito, Carmem Barreto, Marcus Túlio Caldas, José Waldo Câmara, Edvirges Ruiz, Regineide Simões, Carla Lima, Suely Santana, Fátima Vilar, Alex Peña Alfaro, Aline Elesbão, Maria Helena Barros, Valeria Aguiar, Zélia Melo (in memoriam), Amparo Caridade (in memoriam), Zeferino Rocha (in memoriam), meu MUITO OBRIGADO!!!

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais da paternidade na perspectiva de homens-pais, numa visão intergeracional. Adotou-se a pesquisa qualitativa, com suporte quantitativo, tendo como base teórica as Teorias das Representações Sociais; de modo que as pessoas são compreendidas como não absorvendo passivamente as informações desvinculadas da cultura, mas transformando seus sentidos e conteúdos, para adaptá-los de acordo com suas respectivas realidades psicossociais. A amostra do presente estudo foi composta por 62 homens-pais da região do Vale do São Francisco – com predominância das cidades de Petrolina - PE e Juazeiro - BA. Como forma de acessar esses participantes para a coleta de dados, a princípio, recorreu-se aos equipamentos NASF, CAPS, CRAS da Prefeitura Municipal de Petrolina - PE, essas instituições psicossociais foram escolhidas com pontos estratégicos para localizar os homens-pais em decorrência das políticas públicas voltadas à família que estas instituições possuem e, isso, via de regra, facilitaria a inserção em campo. No intuito de contatar possíveis homens-pais usuários desses serviços; e, posteriormente os mesmos foram indicando outros, o que se caracteriza como a técnica *snow boll* (bola de neve). A coleta ocorreu nos meses de fevereiro a maio de 2017, baseada nos critérios da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, e aprovada pelo Comitê de Pesquisa Institucional da Universidade Vale do São Francisco através do parecer nº 1.869.416/2016. As informações coletadas foram operacionalizadas através do Questionário de Associação Livre (QAL), com frases indutoras para identificar o campo semântico das Representações Sociais e da Técnica de Entrevista Semiestruturada e, posteriormente, esses dados foram analisados no Laboratório de Psicologia Social (LAPSO) pelos *softwares* EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations) e IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Os resultados evidenciaram que as representações sociais de paternidade para os participantes foram objetivadas em palavras como educação, orientação, amor, união, responsabilidade, alegre, trabalhador, honesto, satisfeito e respeito. E a análise através do IRAMUTEQ revelou, via a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), uma retenção de 86,44% dos segmentos de texto, ou seja, o aproveitamento de 1.038 UCE presentes no corpus, organizados em três dendogramas e dezessete classes de respostas emitidas pelos homens-pais, as quais foram devidamente nomeadas pelo pesquisador e posteriormente analisadas. Tais análises permitiram conhecer as dimensões subjetivas sobre a paternidade. Apontaram que os participantes ancoraram a paternidade numa visão tradicional baseada no modelo patriarcal no

exercício da paternidade. Além disso, a pesquisa revela uma fase de transição na construção da paternidade numa perspectiva intergeracional, pois encontramos nos discursos desses homens-pais (entrevistados) uma ressignificação do papel do homem na sociedade e, conseqüentemente, mudanças no exercício da paternidade. Essas modificações se revelam nas práticas sociais cotidianas e podem ser observadas nas interações entre pais e filhos. Através de uma maior participação na vida dos mesmos a partir do cuidado e maior envolvimento no processo educacional e afetivo da prole e da família.

Palavras-chave: Representações Sociais; paternidade; intergeracional; homens-pais; processos psicossociais.

ABSTRACT

This research aimed to understand the social representations of paternity in the perspective of men-fathers, in an intergenerational view. A qualitative approach was adopted, with quantitative support, having as theoretical base the Theories of Social Representations; since it is understood that people do not passively absorb information unrelated to culture, but transform their senses and contents, to adapt them according to their respective psychosocial realities. The sample of the present study was composed of 63 men-parents of the region of the Vale do São Francisco – wistly from the cities of Petrolina, PE and Juazeiro, BA. As a way of accessing these participants for data collection, in the beginning, the NASF, CAPS, CRAS equipment of the Petrolina City Hall - PE was used, in order to contact potential men-parents who use these services; and later they were indicating others, which is referred as the snowball technique. The collection took place from February to May 2017, based on the criteria of Resolution 466/2012 of the “Conselho Nacional de Saúde” (*free translation: National Health Council*) about researching human beings and approved by the “Comitê de Pesquisa Institucional da Universidade do Vale do São Francisco” (*free translation: Committee of Institutional Research of the Universidade do Vale do São Francisco*) through the feedback nº 1,869,416 / 2016. The collected information was operationalized through the “Questionário de Livre Associação” (QAL) (*free translation: Free Association Questionnaire*), with inductive phrases to identify the semantic field of the “Representações Sociais e da Técnica de Entrevista Semiestruturada” technique (*free translation: Social Representations and the Semistructured Interviewing Technique*), and later, these data were analyzed in laboratory by the software EVOC (Ensemble of Permettant Programs l'Analyse des Évocations). The results evidenced that the social representations of paternity for the participants were objectified in words like education, orientation, love, union, responsibility, cheerful, hardworking, honest, satisfied and respectful. And the analysis of IRAMUTEQ (Interface for Multidimensional Analyzes of Texts and Questionnaires), revealed through the “Classificação Hierárquica Descendente” (CHD) (*free translation: Hierarchical Descending Classification*) a retention of 86.44% of text segments, that is, the use of 1,038 UCE present in the corpus, organized into three dendograms and seventeen classes of answers issued by the parents-men, which were duly named by the researcher and later analyzed. These analyzes allowed us to know the subjective dimensions of paternity. They pointed out that the participants anchored paternity in a traditional view based on the patriarchal model in the exercise of paternity. In addition, the research reveals a

transitional phase in the construction of fatherhood in an intergenerational perspective, because we find in the discourses of these men-parents (interviewed) a re-signification of the role of man in society and consequently changes in the exercise of fatherhood. These changes are revealed in daily social practices and can be observed in the interactions between parents and children. Through a greater participation in their life from care and the greater involvement in the educational and affective process of the offspring and the family.

Keywords: Social representations; paternity; intergenerational; men-parents; psychosocial processes.

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 01: Dados Socioeconômicos Gerais	65
Tabela 02: Dados Socioeconômicos Específicos	69
Figuras 01: Dendograma - PAI	88
Figuras 02: Dendograma - AVÓ	92
Figuras 03: Dendograma - BISAVÓ	97

Lista de Tabelas

Quadro 1.0: Organização das estruturas dos dados analisados pelo EVOC	74
Quadro 2.0: Pai – Educar filho é.....	75
Quadro 3.0: Avó – Educar filho é	75
Quadro 4.0: Bisavó – Educar filho é	76
Quadro 5.0: Pai – Ser família é	77
Quadro 6.0: Avó – Ser família é	78
Quadro 7.0: Bisavó – Ser família é	78
Quadro 8.0: Pai – Ser homem é	80
Quadro 9.0: Avó – Ser homem é	81
Quadro 10.0: Bisavó – Ser homem é	81
Quadro 11.0: Pai – Ser pai é	82
Quadro 12.0: Avó – Ser pai é	83
Quadro 13.0: Bisavó – Ser pai é	84
Quadro 14.0: Pai – Como pai me sinto	85
Quadro 15.0: Avó – Como pai me sinto	85
Quadro 16.0: Bisavó – Como pai me sinto	86

Lista de Siglas

LAPSO: Laboratório de Psicologia Social	08
CRAS: Centro de Referência em Assistência Social	08
NASF: Núcleo de Atenção à Saúde da Família	08
CAPS: Centro de Atenção Psicossocial	08
SOFIA: Serviço de Orientação e Filiação Adotiva	15
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	25
BVS- PePsic.: Biblioteca Virtual de Saúde – Periódicos de Psicologia	29
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente	30
DNA: Ácido Desoxirribonucleico	33
AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida	35
RS: Representações Sociais	52
RC: Representações Coletivas	53
TRS: Teoria das Representações Sociais	65
UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco	66
EVOC: Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations	67
QAL: Questionário de Associação Livre	69
TCLE: Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento	71
IRAMUTC: Interface de R pour les Analyse Multidimensionnelles de textes et de Questionnaires	72
CHD: Classificação Hierárquica Descendente	72
UCE: Unidade de contexto Elementar	88

Sumário

INTRODUÇÃO	15
1. CAPÍTULO I: PATERNIDADE E RELAÇÕES FAMILIARES	20
1.1 A origem da família e da paternidade ocidental	20
1.2 Paternidade e relações familiares: estudos na perspectiva da Psicologia	28
1.1 Masculinidade, paternidade e gênero	33
2. CAPÍTULO II: PATERNIDADE NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL	39
2.1 Paternidade da adolescência e na juventude	41
2.2 Paternidade na meia idade	46
2.3 Paternidade na velhice	49
3. CAPÍTULO III: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	52
3.1 -Breve percurso sócio-histórico da -teoria das representações sociais	52
3.2 -A construção das representações social: ancoragem e objetivação	56
3.3 -As funções -das representações sociais no cotidiano	57
3.4 -Teoria das representações sociais: a teoria sobre o senso comum	58
3.5 -As três abordagens da teoria das representações sociais	60
3.6 -A abordagem da teoria do núcleo central ou estrutural	61
4. CAPÍTULO IV: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA	65
4.1 Tipo da amostra	65
4.2 A inserção em campo	66
4.3 Participantes da pesquisa	67
4.4 Instrumentos para a -coleta de dados	70
4.5 Procedimentos ético	71
4.6 Procedimentos para a coleta de dados	71
4.7 Análise dos dados	72
4.8 Procedimentos de Análise das Entrevistas	72
4.9 Procedimentos de Análise dos Questionários de Associação Livre	73
5. CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	75

5.1 Análise dos Resultados do EVOC	75
5.2 Análise dos Resultados do IRAMUTC	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	114

Introdução

A partir de estudos que venho realizando desde a minha graduação, sobre a paternidade, na Universidade Católica de Pernambuco, principalmente nos projetos “Serviço de Orientação e Filiação Adotiva – SOFIA” e “Horizonte”, projetos estes que me conduziram a realizar leituras sobre a temática em livros, artigos, dissertações e teses, as quais me levaram a questionar sobre aquilo que está posto, dado, linear e acabado na cultura como se fosse uma verdade universal acerca do exercício da paternidade.

Dando especial atenção a alguns teóricos que abordam os estudos sobre paternidade, tais como Vieira et al, (2014; 2015), Vieira & Nascimento (2014), Silva, Bengio, Reis & Piani, (2013), Gabriel & Dias, (2011), Vieira & Souza, (2010) e Pillegi & Munhoz, (2010), foi possível adentrar e tentar realizar um maior aprofundamento sobre a temática e desenvolver novos estudos. Quando estes autores afirmam que vêm ocorrendo transformações na parentalidade e na paternidade aumenta-se a necessidade de investigar esse fenômeno, bem como realizar observações com mais rigor no seu cotidiano e ass manifestações do mesmo no senso comum. Observações estas que despertaram e despertam curiosidades e inquietações, pois a construção das relações parentais, principalmente o exercício da paternidade vem sendo objeto de investigação quanto às relações entre pais e filhos no cotidiano e no consultório¹. A partir dessas percepções observadas foi possível perceber as mudanças nas relações intergeracionais a partir das demandas que surgiam no decorrer do tempo.

Percebe-se no âmbito da teoria e da prática a importância dos estudos sobre a construção das Representações Sociais da paternidade em seus processos sócio-histórico, cultural e psicológico. Constatado através dos estudos (Oliveira, 2010; Moscovici, 2012; Santos, 2005;) e de experiência pessoal e profissional que existem várias perspectivas sobre paternidade, porém foi evidenciada sobretudo, a visão psicossocial dos papéis vividos pelos homens-pais no exercício da paternidade, a qual compreende paternidade a partir de um composto de várias práticas vividas na relação entre duas pessoas, que independe do sexo, opção sexual, religião, raça, idade ou grau de parentesco dos que a compõem. Nessa relação, uma delas deve ser reconhecida como pai e a outra como filho (a).

Ainda em relação à paternidade, alguns autores (Brandt, 2014; Silva & Carmo, 2013) a definem como um momento importante no processo de transição para a vida adulta, na medida

¹ Atuo como Psicólogo Clínico, em consultório particular, há 09 anos nas cidades de Recife (PE) e Serra Talhada (PE), atendendo Crianças, Adultos e Idosos.

em que implica novos arranjos no cotidiano do homem, de modo a inseri-lo na cultura, valendo-se do status de adulto e do pleno reconhecimento social.

Em pesquisas compartilhadas entre várias pessoas, foi possível descobrir outro conceito que surgiu mais recente (Jager & Dias, 2015; Drago & Menandro, 2014), o da paternidade participativa, que se trata de pais mais participativos nos cuidados com os filhos. Segundo os autores, tais cuidados envolvem os aspectos físicos (por exemplo, higiene) afetivo-emocional, psicológico e social de sua prole. (Cúnico & Arpini, 2013; Warpechowski & Mosmann, 2012; Beltrame & Bottoli, 2010; Silveira, 1998; Ramires, 1997).

O intuito de trazer esses conceitos e significados do que venha ser paternidade, justifica-se para melhor compreender como esses sentidos definem o termo paternidade, a partir de perspectivas diferentes, de acordo com o contexto ao longo do tempo. Além disso, observamos através de estudos (Vieira et al, 2015; Silva & Santos, 2014; Vieira & Nascimento, 2014; Nolivos & Neyva, 2013) que a construção da paternidade perpassa por fatores biológicos, sociais, psicológicos, culturais e jurídicos, que forjam as práticas sociais desses homens-pais no exercício da paternidade. Por isso, a paternidade passa a ser objeto de importância para a ciência e especificamente para a Psicologia, por se tratar de uma temática de relevância social no que se refere às relações humanas.

Cabe questionar, ao mesmo tempo em que observamos as mudanças contemporâneas no exercício da paternidade em que os homens reivindicam mais compromisso no ambiente doméstico e, principalmente, no cuidado com os filhos, que a sociedade tende a valorizar e estimular a imagem do macho viril para os homens. Figura-se que o homem amarga maior discriminação na busca de desempenhar atividades consideradas especificamente femininas, ao passo que as mulheres sofrem menos preconceito no exercício de tarefas supostamente pertencentes ao mundo masculino (Cúnico & Arpini, 2013).

Todavia, é fundamental destacar que o exercício da paternidade é vivido de forma particular para cada homem. Não existiria um modelo único para ser seguido por todos. Os seres humanos são complexos e os diferentes papéis desempenhados apresentam-se de várias formas a partir de um inextricável conjunto interacional composto de afetos, emoções em vários níveis sociais e culturais (Valente, Medrado & Lira, 2011).

A partir dessas transformações no âmbito das relações sociais e familiares e, de acordo com as mudanças apontadas acima, o discurso psicológico vem se apropriando da temática da paternidade. Alguns estudos (Vieira & Nascimento, 2014; Sebastian, Vidal & Román, 2012; Vieira e Souza, 2010) apontam precisamente, a partir da década de 1970, que o mundo ocidental passa por uma hecatombe em termos de transformações nas relações humanas, principalmente

nos vínculos parentais no que diz respeito aos papéis desempenhados pelos homens em suas práticas sociais nos espaços públicos e privados.

Em meio a esse diálogo construído acima, com o intuito de ampliar e aprofundar a compreensão acerca do fenômeno da paternidade, essa pesquisa teve como objetivo geral: compreender as representações sociais da paternidade na perspectiva de homens-pais, numa visão intergeracional. E ainda se desdobra nos seguintes objetivos específicos: identificar as Representações Sociais de paternidade construídas pelos pais; identificar as Representações Sociais de paternidade construídas pelos avôs; identificar as Representações Sociais de paternidade construídas pelos bisavôs; verificar as tomadas de posição de paternidade nas três gerações e verificar as transformações das Representações Sociais de paternidade ao longo das três gerações.

Para fins de realização da pesquisa, participaram 62 homens-pais, moradores da Região do Vale do São Francisco – predominantemente os situados nas cidades de Petrolina - PE e Juazeiro -BA. A escolha de pesquisar as Representações Sociais da paternidade se deu em virtude das experiências profissionais e da percepção das transformações ocorridas no exercício da paternidade na sociedade contemporânea. Além disso, a experiência na prática psicológica em consultório, bem como em outras instituições, contribuiu para ampliar e aprofundar a investigação acerca da construção e exercício da paternidade. Nesse sentido foi possível levantar algumas questões a respeito do tema: o que seria paternidade para os homens de hoje? Como essa paternidade é passada de pai para filho? Quais as mudanças ocorridas na paternidade sob uma perspectiva intergeracional de pais, avôs e bisavôs?

Todavia, a partir de tais questionamentos, há uma sinalização para que tais mudanças ocorram. O fim do patriarcado em toda a sua pujança é uma delas. Surge então, um novo modelo de homem que apresenta na sua masculinidade, reformulações no comportamento e no exercício da paternidade. Por este ângulo, a paternidade vem ganhando destaque em função de seu papel no desenvolvimento psicológico e social dos filhos. Autores como Montgomery (1992), Burdon (1993) e Bottura Jr. (1994) confirmam a importância e a influência do pai na vida psicoeducativa dos filhos.

Segundo Burdon (1993) são colocadas algumas barreiras a fim de impedir um maior envolvimento do pai na vida dos filhos. O movimento de exclusão dos pais no processo de criação dos filhos, que é exercido pelas companheiras, é um bom exemplo e perpetua as dúvidas que pairam no imaginário social quanto à capacidade, sensibilidade e habilidades dos pais para cuidar dos filhos.

Pesquisas recentes (Jager & Dias, 2015; Drago & Menandro, 2014) mostram outras barreiras que podem influenciar a não participação do pai na vida dos filhos. De acordo com Oliveira (2010) e Simião (2010), os pais separados e pobres encontram dificuldades para exercer uma paternidade plena por estarem associados apenas à função de provedor. Há, também, muitos pais que sentem temores ao se aproximarem dos filhos, pois lhes é gerado certo receio em razão do aumento das denúncias de abusos sexual e físico. Embora estas barreiras apresentadas sejam evidentes e confirmem dificuldades no exercício da paternidade, pode-se ressaltar que há no imaginário social uma falsa ideia de que o pai não é apto para cuidar dos filhos. Nesse sentido, a análise teve preocupação com a identificação das representações sociais da paternidade construída por essas três gerações, bem como a verificação das tomadas de posição e das transformações das representações sociais de paternidade.

Em estrutura de capítulos, o texto se apresenta da seguinte forma:

No primeiro capítulo serão discorridas as relações familiares que enfatizam o constructo de paternidade e suas modificações conceituais, com o decorrer dos tempos, bem como as transformações e representações sociais que aos poucos possibilitaram as novas formas de vislumbrar e compreender esse conceito. Uma linha evolutiva em relação as famílias desde a época medieval, passando pela Revolução Industrial até a chegada à contemporaneidade. Além disso, será aprofundada uma breve discussão sobre paternidade e Psicologia, com o intuito de expor objetivamente as sínteses sobre pesquisas e estudos que envolvem essas temáticas, enriquecendo ainda mais a explanação, além de serem também levantadas algumas demarcações sobre paternidade e gênero.

No segundo capítulo há uma abordagem teórico-reflexiva, com base em vários autores, sobre a temática da paternidade do ponto de vista intergeracional, ou seja, uma explanação do fato de que o modelo de paternidade também está relacionado às características do desenvolvimento do pai, no momento da geração. Há também um “delineamento teórico” desse processo nas épocas da paternidade: na adolescência e juventude, na meia idade e na velhice.

No terceiro capítulo há a exposição do embasamento teórico-metodológico que norteia a pesquisa: a Teoria das Representações Sociais, bem como seu percurso histórico e os processos de construção da Representação Social (ancoragem e objetivação). Situam-se as funções das Representações Sociais no cotidiano, que fundamentam a dinâmica da vida cotidiana tal como as práticas e as relações sociais. Além disso, é discriminado aqui o confronto de prerrogativas que problematizam na Teoria das Representações Sociais a importância da produção do Senso Comum e as três abordagens na TRS que são: a culturalista, societal e também a Teoria do Núcleo Central.

Em seguida, no quarto capítulo, há o detalhamento da construção metodológica da pesquisa, de cunho quali-quantitativo, baseado na Teoria das Representações Sociais. Há o detalhamento do tipo de amostra, o procedimento, a abordagem dos procedimentos éticos adotados, o procedimento de análise das entrevistas, o cruzamento de dados, inserção no campo e dados relacionados aos participantes da pesquisa e os instrumentos utilizados para a coleta de dados – que ocorreu em duas etapas: através do Questionário de Associação Livre (QAL), com cinco indutores; e pela Técnica de Entrevista Semiestruturada, organizada com um roteiro pré-estabelecido em que constavam eixos temáticos como informações de caracterização dos participantes, o que eles pensam/representam sobre o que é ser pai etc., com o intuito de ampliar os questionamentos conforme houvesse a cessão de dados pelos entrevistados.

No quinto e último capítulo apontam-se os resultados e considerações, além da discussão do vínculo entre os resultados dos instrumentos utilizados ao longo do processo de pesquisa.

Por fim, espera-se ainda que este trabalho colabore para a diminuição do preconceito e estereótipos presentes no dia-a-dia, que marcam os sujeitos em suas práticas sociais. Os resultados também poderão ser úteis para os participantes da pesquisa e também para os seus familiares que, muitas vezes, buscam orientação e ajuda para compreender melhor a diversidade de experiências no campo da paternidade.

1. PATERNIDADE E RELAÇÕES FAMILIARES

O tema paternidade vem sendo discutido e disseminado por diferentes meios de comunicação – inclusive os científicos (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015; Prista, 2014; Marin & Donelli, 2013; Valente, Medrado & Lyra, 2011; Vieira & Souza, 2010) – como causa ou explicação para acontecimentos que afligem a vida humana, principalmente no que tange à construção dos vínculos emocionais e relacionais entre pais e filhos. Alguns autores (Brandt, 2014; Silva & Carmo, 2013) definem a paternidade como um momento importante no processo de transição para a vida adulta à medida que este fator sugere novos arranjos no cotidiano do homem, de modo que ele possa ser inserido na cultura e se valha do status de adulto e do pleno reconhecimento social.

Com a Revolução Industrial, houve diversas mudanças nos contextos sociais, históricos, econômicos e culturais. O fato de as mulheres passarem a assumir diferentes papéis na sociedade também repercute no papel do homem frente às novas configurações familiares. Entende-se, pois, que as transformações na dinâmica das famílias influenciaram nas relações parentais entre homens e mulheres (Drago & Menandro, 2014; Cúnico & Arpini, 2013).

1.1 A origem da família e da paternidade ocidental

Na presente seção, será realizado um recorte das transformações ocorridas desde a família tradicional, moderna e contemporânea. De acordo com Santos e Kreutz (2014), Marin e Donelli (2013) e Warpechowski e Mosmann (2012), o modelo de família que prevalece na sociedade contemporânea ainda é baseado no pai como figura central. Esses acontecimentos sócio-históricos, desde a Revolução Industrial, na sociedade ocidental contribuem para que o modelo de família patriarcal, ao longo do tempo, seja questionado e transformado a partir de eventos de cunho social. Basta ver o advento do movimento feminista – que possibilitou a emancipação feminina –, a criação da pílula anticoncepcional e a participação massiva da mulher com mais reconhecimento social no mercado de trabalho.

A formação familiar e da paternidade vem sendo construída e desenvolvida, pois o enfoque na família e no surgimento da paternidade, estendem-se até às novas configurações familiares contemporâneas. Dessa forma, poderão ser visualizadas modificações significativas na dinâmica familiar e na parentalidade, tal como suas possíveis consequências.

De acordo com Beltrame e Bottoli (2010) e Saraceno (1997), o termo família tem sua origem na palavra latina *famulus*, que significa escravo doméstico. Na Roma Antiga, esse termo era usado para designar um grupo social que surgiu entre os clãs latinos. Como pode-se observar, esses autores também incluem a adoção no rol da formação dos vínculos familiares.

Família significa grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos); grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco; pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção. (Houaiss, A. & Villar, M. de S. 2001).

Ainda relacionado com o significado do termo família, Castilho (2003) tem uma concepção ampliada e sistêmica. Sua visão sugere que a família é a principal instituição formadora da identidade do sujeito. A autora circunscreve que a família

[...] é um sistema complexo de relações, onde seus membros compartilham um mesmo contexto social de pertencimento. A família é o lugar do reconhecimento da diferença, do aprendizado de unir-se e separar-se, a sede das primeiras trocas afetivo-emocionais, da construção da identidade. (p.01).

Essa concepção foi mantida até os dias atuais, apesar de as transformações sociais acarretarem modificações na configuração familiar. Se em Roma esse termo era reportado aos criados domésticos, na época medieval indicava a existência dos laços consanguíneos entre seus membros. É denominada como família extensa e identificada pela agregação de várias pessoas que conviviam numa mesma propriedade. Segundo Ariès (1981), a família medieval europeia tinha uma característica peculiar que era a de que, mesmo os seus membros tendo o laço sanguíneo, constituíam dois grupos: “a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral” (p.143). O autor conclui que o sentimento de família era desconhecido na Idade Média, prevalecendo a linhagem, sendo esse o único sentimento familiar na época medieval.

Nesse contexto, por volta dos sete anos de idade, as crianças eram confiadas a um mestre para aprenderem um ofício e permaneciam com ele por um período entre sete e nove anos, até atingirem idade suficiente para a preparação do casamento. Elas, as crianças, tinham o encargo de servir ao mestre e fazer todos os serviços domésticos. Em contrapartida, o mestre lhes transmitia a bagagem de conhecimento, experiência prática e valores humanos. A transição para a família patriarcal se deu pela indivisão do patrimônio da família. Sobre essa questão, Ariès (1981) afirma:

A família ou *mesnie*, embora não se estendesse a toda linhagem, compreendia, entre os membros que residiam juntos, vários elementos, e, às vezes, vários casais, que viviam numa propriedade que eles se haviam recusado a dividir, segundo um tipo de posse chamado *frereche* ou *fraternitas*. Essa tendência a indivisão da família, que, aliás, não durava além de duas gerações, deu origem às teorias tradicionalistas do séc. XIX sobre a grande família patriarcal (p. 43).

A família patriarcal é caracterizada pela ascensão da autoridade paterna frente aos seus membros. O *pater* (pai) foi revestido de toda autoridade. Representava os poderes religioso e jurídico na família. Todos eram submetidos à sua autoridade: esposa, filhos e servos ou escravos. A legitimação da autoridade paterna é outorgada pela legislação real a partir do séc. XVI, que reforça o poder do *pater*. Segundo Ariès (1981), a família se converteu em célula social e base dos estados nacionais, bem como passou a reproduzir o poder monárquico. Toda essa mudança sociopolítica provocou consequências na dinâmica e na construção das relações familiares. Nesse período, o desenvolvimento das relações se constituiu a partir da figura paterna, e passou a ter um papel central na formação psíquica dos filhos. Contudo, no séc. XVII surge uma nova forma de representar e cuidar das crianças. Os sentimentos e afetos serão os vínculos que sustentará e manterá as crianças com seus pais, pois eram levadas destes quando nasciam para serem cuidadas pelas amas de leite.

Durante o estabelecimento da família patriarcal continuam raros os registros de prática da adoção. Uma das características fundamentais do patriarcado é o direito sucessório do filho mais velho aos bens da família. Dessa forma, a importância estava no parentesco baseado nos laços sanguíneos. Contudo, o advento da família moderna contestou as bases dos fundamentos organizacionais da família patriarcal. Em 1792, o Código Civil Francês abordou o assunto da adoção, pois tinham por objetivo dar a Napoleão Bonaparte um sucessor para o trono francês. Iniciou-se, assim, a prática da adoção como está definida na modernidade. As transformações socioeconômicas, principalmente a Revolução Industrial (e suas consequências), definem a dinâmica familiar e a parentalidade dessa época. Ela passa da economia rural para uma rápida industrialização. Ao separar a vida doméstica do serviço laboral, configura-se, desse modo, a vida privada familiar. A criança tem papel de destaque, com a família organizada ao seu redor. Isso torna quase impossível perdê-la ou substituí-la sem sofrimento.

De acordo com Feres-Carneiro e Negreiros (2004), começam a ser evidenciados os vínculos afetivos na família moderna. Certamente seus membros estavam presentes, mas o surgimento da vida privada os aproximou na construção dos vínculos sócio-afetivos. A dinâmica familiar era composta por vários membros ascendentes, descendentes, colaterais e até agregados como cunhados/cunhadas (dado que caracteriza a família extensa). Agora, na contemporaneidade, restringe-se a alguns componentes, basicamente ao pai, à mãe e aos filhos. Essa nova formação é denominada de família nuclear. Esta surgiu simultaneamente com os costumes burgueses do séc. XVIII e caracterizou-se pelo amor entre os noivos, cujo foco era na educação dos filhos, pelo prestígio da maternidade, pela evidência das relações hierárquicas entre homens e mulheres, além de primar pela legitimação da autoridade da figura do pai. “Em

suma, a família conjugal burguesa como construção simbólica, refletia um modelo de relações afetivas, sexuais e hierárquicas, no qual a vida familiar e a sociedade como um todo deveria se basear” (Cúnico & Arpini, 2013, p. 31).

O surgimento da família nuclear não se deu de maneira uniforme nos vários segmentos sociais. Percorreu caminhos distintos e repercutiu de forma diferente nas várias camadas da sociedade. Com esta nova concepção, o rompimento dos relacionamentos amorosos passou a ocorrer a partir do momento em que o afeto, o companheirismo ou os objetivos em comum divergiam. O casamento passou a ser um livre acordo entre os sujeitos fundamentados no amor ou enquanto este perdurava (Warpechowski & Mosmann, 2012; Reis, 2011; Silva, 2010). Ainda assim, mesmo com o surgimento de vários arranjos familiares, em relação à família nuclear não seria prudente afirmar o fim do modelo tradicional. O que se observa é a convivência desses modelos tradicionais e as novas configurações de família presentes na sociedade contemporânea (Cúnico & Arpini, 2013; Warpechowski & Mosmann, 2012).

No séc. XIX estabeleceu-se os direitos das crianças e uma nova concepção de paternidade. Desse modo é legítimo que toda criança tenha em função da dignidade humana o bem-estar, de acordo com seus interesses. A filiação paterna também se torna um direito. Para isso, porém, é tarefa do pai preservar a boa condição de vida do filho, cuidar de sua educação e protegê-lo (Cúnico & Arpini, 2013). Tais princípios vão nortear a definição de paternidade, como o bom desempenho de pais e tarefas a cumprir, de acordo com o bem-estar dos filhos. Para os autores Cúnico e Arpini (2013) essa concepção de paternidade é fragilizada por se basear no princípio de direitos e deveres e na premissa de funções a ser desempenhadas. A debilidade está justamente aí, em que a função paterna pode ser exercida por qualquer pessoa capaz de desempenhar as atividades exigidas.

De acordo com Ramires (1997) é datado o quinto milênio antes de Cristo, como um marco no qual os indo-europeus e os egípcios descobem a implicação dos homens no processo de procriação e, desse modo, surgem os primeiros relatos referentes à paternidade. Antes, a sociedade humana se estruturava em organizações “protofamiliares” centralizadas na maternidade, a mitologia religiosa era baseada na fertilidade da mulher e as relações sexuais eram destacadas pela satisfação livre do desejo. Dessa forma, houve um processo de transformação de sociedades matrilineares em patrilineares. O desconhecimento de tal fato pelos povos primitivos, quanto à paternidade, possibilitou a ligação entre a relação sexual e a concepção, e a lucidez do processo da paternidade viabilizou uma revolução que altera a composição estrutural da vida familiar, sexual, religiosa e as crenças sociais (Ramires, 1997).

A partir da tomada de consciência da sociedade – quanto ao papel do homem na procriação –, outros fatores foram preponderantes para o surgimento de sucessivas guerras, batalhas e dominação entre os povos. Com isso, surgiram também os estados baseados na patriarcalização. Portanto, os homens se transformaram em donos e senhores da sociedade, reis, deuses e chefes de família e, reunidos com as famílias, esses homens dominadores erguem reinos e sociedades sustentados pelas organizações militares. Assim, as crenças morais e religiosas vão se transformar aos poucos para expressarem o poderio da dominação masculina.

Para os autores (Matos & Magalhaes, 2014; Sebastian; Vidal y Román; 2012; Ramires, 1997), a matrilinearidade das famílias tradicionais era justificada pelo prolongamento da continuidade da responsabilização que as mães apresentavam no cuidado com os filhos (as) nas sociedades matrilineares. O mesmo cuidado não se observava nos homens, ainda que tais sociedades fossem substituídas pelo modelo patrilinear. Dessa maneira, o aparecimento do pai como chefe de família, numa perspectiva psicológica, não é definido como a incumbência educativa, visto que não existe ligação entre a função paterna e a função educativa, uma vez que a segunda precede a paternidade.

A partir desses fatos sócio-históricos pode-se notar que na revolução patrilinear foi inferiorizado o status da mulher, através da interdição realizada pelo homem nos âmbitos familiar, social e religioso. Em consequência, os primeiros registros obtidos sobre a concepção de pai no ocidente se dão sob uma perspectiva religiosa e política. O pai representava no ambiente familiar a figura soberana. Em suma, da mesma forma que o rei dominava todas as pessoas no seu reinado, o pai exercia essa soberania sobre todos os membros no ambiente doméstico, desde a mulher e filhos até os escravos (Reis, 2011; Silva, 2010).

Contudo, compreende-se que há uma diferença entre as concepções de família. Logo que, em algumas famílias patriarcais, a mãe percebesse pertencente a um alicerce, constituído por um poder inegável, capaz de influenciar o patriarcado familiar. Dessa forma, aceitar a ideia de paternidade se tornou base para o surgimento da família social alicerçada no parentesco biológico e constituída por pai, mãe e filhos.

Para os autores Prista (2014) e Cunico e Arpini (2013), em suas pesquisas sobre paternidade, constatou-se um paradigma do pai como provedor que realiza seu fundamental papel no espaço público, afastado dos filhos(as), mas como representante da lei e da autoridade. Trata-se de um paradigma de um pai mais temível do que respeitado. Essa imagem foi-se construindo à luz de um processo sócio-histórico e se estabeleceu como legado da família patriarcal. No entanto, nem sempre foi assim.

Para Silva e Carmo (2013), Cúnico e Arpini (2013) torna-se importante refletir a partir dessas considerações, pois observa-se que existe uma demanda da sociedade contemporânea que propõe que os pais exerçam uma paternidade mais ativa e envolvida, no que concerne à convivência e aos cuidados com os filhos. Embora sejam identificadas várias dificuldades que privam os pais de atenderem tais demandas. Mesmo que sejam percebidas mudanças nas práticas sociais quanto aos cuidados com os filhos, a mãe ainda é a principal detentora da guarda. Um exemplo do que foi anteriormente exposto é o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), o qual revela que, mesmo a guarda dos filhos sendo compartilhada, 87% em sua totalidade ainda fica com a mãe. Isso acontece porque a mulher é corroborada pelo senso comum e legitimada de que ela possui melhores condições para cuidar e educar os filhos (Reis, 2011; Warpechowski & Mosmann, 2012).

De acordo com Warpechowski e Mosmann (2012), nota-se a partir do séc. XX, um começo de declínio da figura paterna enquanto figura central do modelo familiar patriarcal. Isso foi precedido pela diluição do patrimônio familiar e pelo enfraquecimento da rigidez hierárquica da figura masculina. Nesse caso, a sustentação e o prolongamento da família nuclear burguesa recaem principalmente sobre a mãe, pelo bom cumprimento de suas funções. Vale ressaltar que tais eventos fazem parte de um arcabouço de mudanças sociais mais amplas, que é baseado na busca de legitimação dos direitos humanos, cidadania e democracia e que resultou, no Brasil, na promulgação da Constituição da República Federativa ou Constituição Cidadã de 1988, em que são ordenados os princípios fundamentais norteadores da jurisdição brasileira (Cúnico & Arpini, 2013; Reis, 2011; Silva, 2010).

Nesse contexto, após a exposição de algumas questões, emerge a terceira fase: a família contemporânea, que se caracteriza por casamentos de duração relativa, cujos sujeitos estão em busca de relações que proporcionem satisfação pessoal e sexual. A intervenção do Estado na vida familiar ocorrida do séc. XIX aos dias atuais resultou de maneira gradual no declínio do pai por meio de prerrogativas, ou grande parte delas, com o intuito de favorecer a vida das crianças. Observou-se que a entrada da criança na escola contribuiu para que as normas sociais, anteriormente passadas pelo pai, fossem vinculadas ao professor, em virtude do maior tempo de permanência dos filhos na instituição escolar. Associadamente a esse cenário, o discurso psicanalítico tem relevante colaboração ao converter a mãe na figura central do seio familiar (Cúnico & Arpini, 2013; Warpechowski & Mosmann, 2012).

No entanto, na sociedade ocidental pode-se encontrar na família nuclear burguesa uma inflexibilidade na divisão de papéis sociais e sexuais, que são relacionados ao modelo de criação dos filhos(as) que exclui o envolvimento do pai sem referências anteriores na história. Afinal é

possível admitir, sob as perspectivas de Reis (2011) e Silva (2010), que o Estado e a mãe – cada um com seu modo – se apoderaram gradativamente das atividades essenciais da paternidade. Dessa forma, podemos afirmar que o homem, aos poucos, foi desapossado da paternidade. Coube-lhe, quase que exclusivamente, a função de provedor econômico, distanciando de forma progressiva da vida dos filhos. Vale salientar que, numa sociedade comandada por homens, tal destituição não poderia ser realizada sem o consentimento deles mesmos.

Os acontecimentos sociopolíticos nas últimas décadas marcaram definitivamente as relações sociais e intrafamiliares. Nas décadas de 1960 e 1970, os padrões familiares e sociais foram contestados pela juventude. Os rituais sociais foram questionados em meio a um turbilhão de ideologias desenvolvidas, principalmente após a II Guerra Mundial. Vários movimentos civis e políticos se organizaram nesse cerne de contestação dos padrões sociais vigentes. Esses movimentos chamaram a atenção da sociedade que reprimia a liberdade do sujeito como ser desejante, autônomo e independente, em defesa dos valores familiares. Também colocaram em pauta a separação dos comportamentos convencionais masculino e feminino. Além da distância entre a vida política e a vida cotidiana. (Warpechowski & Mosmann, 2012).

Nesse período a família começa a tomar outros rumos antes não pensados. As mulheres fortalecem o Movimento Feminista, que pleiteava a igualdade entre homens e mulheres em vários setores – principalmente na área trabalhista, na autonomia da sexualidade e na procriação –. Esses e outros acontecimentos sociais vão transformar definitivamente as dinâmicas familiar e da parentalidade contemporânea.

Entre as circunstâncias geradoras das profundas mudanças que vêm ocorrendo no contexto familiar de nossos dias estão: a mudança de paradigma na sexualidade humana pela desvinculação entre o ato sexual e a função de procriar, o movimento feminista, o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, a aceitação do homossexualismo como uma variante do comportamento sexual humano, a insatisfação nas relações matrimoniais, o aumento de expectativa de vida, a mudança nos valores éticos da sociedade, a cultura consumista, os avanços tecnológicos e o processo dos meios de comunicação. (Osorio & Valle 2002, p.19)

Nas grandes transformações em sociedade a paternidade não fica à margem. Ela é modificada pelo mesmo contexto social que transforma a dinâmica das relações familiares. As mudanças de paradigmas evidenciam as transformações decorrentes da construção da subjetivação do sujeito e suas formas de se relacionar consigo e com os outros. As consequências podem ser identificadas nas novas *configurações familiares* que surgem a cada momento. De acordo com Osório e Valle (2002), as configurações familiares se referem ao

modo pelo qual se dispõem e se inter-relacionam os elementos de uma mesma família. São famílias recasadas, recompostas, monoparentais e homossexuais.

[...] Essas famílias constituem o protótipo transicional entre a família nuclear burguesa ocidental do século XX e a família adventícia neste século em que acabamos de ingressar, a um mesmo tempo polivalente e universal, incorporando, pelo irreversível processo de globalização, valores características socioculturais de todas as latitudes (Osório & Valle, 2002, p. 19).

Segundo Cúnico e Arpini (2013), Warpechowski e Mosmann (2012), a instituição familiar, mesmo passando por diversas transformações, continua objeto de desejo da maioria dos homens e das mulheres de quaisquer orientações sexuais, credo, etnia ou classe social. Diante desse panorama, as transformações familiares acarretam mudanças na dinâmica relacional entre seus membros, principalmente nos papéis exercidos por pais e mães. Contudo, não se pode analisar a paternidade sem mencionar a maternidade. Neste caso específico, analisar-se-á brevemente o exercício da paternidade no mundo ocidental ao longo do tempo.

As pesquisas referentes aos estudos sobre paternidade apontam as dificuldades encontradas para formular um percurso sócio-histórico que tenha a perspectiva do pai. Isso explica o porquê das informações descritas sempre serem o grupo social em geral ou a família. Sobretudo, são destacados os estudos com as mães e a maternidade em todos os aspectos, como problemas, patologias ou peculiaridades. De acordo com Laquer (1992), há poucos registros históricos sobre a paternidade na história do mundo ocidental e isso pode implicar num sinal negativo sobre o que viria a ser homem e pai. Para o autor, o movimento feminista moderno contribuiu para que fosse pensado e estimulado o estudo das mulheres, mas o mesmo não aconteceu com os homens.

Nesse sentido, há uma mínima preocupação da parte dos estudiosos e pesquisadores com as repercussões que essas transformações podem acarretar para os pais. Ainda predomina a divisão sexista, cabendo ao homem o espaço público e à mulher o privado. A partir do quinto milênio a. C., um dado interessante com relação à origem da paternidade é a descoberta do papel do homem na procriação, por contribuir na ocorrência das mudanças sociais, psicológicas e educacionais, que são decisivas na reorganização da sociedade humana.

Cabe questionar, enquanto é possível observar nas mudanças contemporâneas, as reivindicações para que os homens tenham mais compromisso em ambiente doméstico – principalmente, com relação ao cuidado com os filhos. É perceptível em nossa sociedade a valorização e o estímulo da imagem do macho viril para os homens. Figura-se que o homem amarga maior discriminação na busca de desempenho de atividades consideradas

especificamente femininas, ao passo que as mulheres sofrem menos preconceito no exercício de tarefas supostamente pertencentes ao mundo masculino (Cúnico & Arpini, 2013).

É fundamental destacar que o exercício da paternidade é vivido de forma particular para cada homem. Não existiria um modelo único para ser seguido por todos. Os seres humanos são complexos e os diferentes papéis desempenhados se apresentam de várias formas, a partir de um inextricável conjunto interacional composto de afetos, emoções em vários níveis sociais e culturais.

1.2 Paternidade e relações familiares: estudos na perspectiva da psicologia

A partir dessas transformações no âmbito das relações sociais e familiares, de acordo com as mudanças apontadas acima, o discurso psicológico vem se apropriando da temática da paternidade. Alguns estudos (Vieira & Nascimento, 2014; Sebastian, Vidal y Román, 2012; Vieira & Souza, 2010) apontam precisamente, a partir da década de 1970, que o mundo ocidental passa por uma hecatombe em termos de transformações nas relações humanas. Principalmente nos vínculos parentais, no que diz respeito aos papéis desempenhados por homens e mulheres nos espaços público e privado.

Os artigos de revisão elaborados por Vieira e Nascimento, (2014), Valente, Medrado e Lyra, (2011) afirmam que as ciências humanas e sociais vêm sendo as que mais produzem sobre o tema da paternidade. Dentre as ciências humanas e sociais, as áreas que mais têm se debruçado no estudo e pesquisa sobre paternidade são: a Psicologia, a Psicanálise, a Filosofia, a Antropologia, o Direito, a Educação, as Ciências Sociais, a Sociologia, o Serviço Social, a Comunicação, as Letras, a Educação Física, as Políticas Públicas (Matos & Magalhães, 2014). Porém, ainda cabe mencionar que a área da saúde também se interessa pela paternidade, e as áreas que mais pesquisam sobre esse fenômeno são: a Enfermagem, a Psiquiatria, a Nutrição e a Fonoaudiologia (Vieira et al., 2015).

De acordo com as pesquisas de Valente, Medrado e Lyra (2011), a Psicologia é a área que mais se debruça sobre a temática da paternidade. Este fato é refletido em *sites* acadêmicos e científicos mais acessados no cenário de pesquisa no país, como BVS-PePSIC, Scielo, configurando como um tema que vem instando a produção de artigos, pesquisas e estudos correlacionados. Corroborando com a presente pesquisa sobre a temática da paternidade, Vieira et al. (2015), Vieira & Nascimento (2014), Drago e Menandro (2014), Cunico, Arpini e Canteli (2013), Silva, Bengio, Reis e Piani (2012), Lang, Barbosa e Caselli (2011), Valente, Medrado e Lyra (2011) e Beltrame e Bottolli (2010), em estudos circunscritos entre 1987 a 2009, afirmam que foram publicados 90 trabalhos sobre paternidade (incluindo artigos, teses,

dissertações), isso também valendo para as outras áreas que foram seguida de Direito com 58, Enfermagem com 19 e Educação com 14.

Em relação a pesquisa presente, foram encontrados na plataforma do BVS-PePSIC (Biblioteca Virtual de Saúde – Periódicos de Psicologia), entre o período de 2010 e 2015, 72 artigos sobre paternidade. Porém, a partir dos critérios estabelecidos, ficaram 39 para compor esse estudo. As outras áreas não foram pesquisadas, mas os autores Ribeiro, Gomes e Moreira (2015), Vieira et al. (2015), Prista (2014) e Drago e Menandro (2014) corroboram que a Psicologia ainda é a área que mais produz quando o tema é sobre paternidade.

Até a década de 1990, no que se refere às pesquisas e ao estudo sobre a paternidade, admitia-se que essa temática ampliou às bordas das Ciências Humanas e Sociais (Vieira et al., 2015; Valente, Medrado & Lyra, 2011). Percebe-se um aumento vertiginoso de estudos e pesquisas com certa relevância para o conhecimento científico na perspectiva para as ciências, particularmente para a Psicologia. Conforme Jager e Dias (2015), Matos e Magalhães (2014) e Arruda e Lima (2013), a maioria dos estudos feitos até aquela ocasião sobre o tema investigava os pais sem ouvi-los diretamente, evidenciando a perspectiva feminina. Contudo, alguns estudos (Vieira et al., 2015; Vieira et al., 2014; Vieira & Nascimento, 2014; Silva, Bengio, Reis & Piani, 2013; Gabriel & Dias, 2011; Vieira & Souza, 2010; Pillegi & Munhoz, 2010) se debruçaram sobre o compromisso, o dever e o desejo masculino no processo de reprodução e perfilhação.

Ainda relacionadas ao período de 1980 a 1990, as investigações sobre a paternidade tinham como principal foco a legitimação da paternidade fora do casamento. Para subsidiar esses estudos, dois importantes marcos jurídicos são promulgados no Brasil: a Constituição Federativa dos Estados Brasileiros de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990. Nesses documentos, a paternidade é incluída de forma definitiva no campo jurídico (e também nas outras áreas do saber), haja vista que o pai vai além da figura de provedor e do processo reprodutivo/biológico, cabendo-lhe também os cuidados com a prole, no que se refere ao bem-estar biopsicossocial. Na Psicologia, as pesquisas (Vieira et al., 2015; Vieira & Nascimento, 2014; Santos & Kreutz, 2014; Paulino, Patias & Dias, 2013; Júnior, Siqueira & Rezende, 2011; Martini & Piccinini, 2010; Vargas & Móas, 2010) versaram vários temas, sobretudo a ausência paterna e como se construía a subjetividade do homem-pai.

No Brasil, entre as décadas de 1990 e 2000, há uma explosão de pesquisas e estudos acerca da paternidade, em vários campos do conhecimento. Nessa época, a Psicologia também se dedica ao estudo da tensão entre a masculinidade e as novas habilidades – antes, exigidas pelas mães; agora, solicitadas aos pais, como por exemplo, os cuidados e afetos dedicados aos

filhos. Ainda com relação à Psicologia, os estudos são ampliados e o cerne está na construção da paternidade pela destituição de uma masculinidade notadamente hegemônica, representada por homens de cor branca, heterossexuais e de classe social abastada; e na experiência paterna e na influência das transformações culturais sobre o que venham a ser masculino e feminino (Prista, 2014; Matos & Magalhaes, 2014; Silva & Carmo, 2013; e Valente, Medrado & Lyra, 2011).

A partir do ano de 2001, os autores Vieira e Nascimento (2014), Matos e Magalhães (2014), Nolivos e Neyva (2013) e Silva e Carmo (2013) apontam que, na Psicologia, as investigações tinham como principais propósitos: sondar a função paterna na pós-modernidade e os discursos paternos; analisar as tensões que implicam a paternidade em um grupo de homens no conflito entre o pai real e o pai possível; e compreender a paternidade na adolescência, a vivência deles com relação aos cuidados com o recém-nascido e como se dá a colaboração do pai na hora do nascimento do bebê. Outro conceito que surgiu recentemente (Jager & Dias, 2015; Drago & Menandro, 2014) foi o de paternidade participativa, que denomina os pais como mais participativos nos cuidados com os filhos. Segundo os autores, tais cuidados envolvem aspectos físicos (higiene, por exemplo), afetivo-emocionais, psicológicos e sociais de sua prole.

Dentre as abordagens psicológicas, temos a psicanalítica, que traz a perspectiva de uma nova estruturação familiar, a partir das transformações nas relações parentais. Isso influencia numa recente organização psíquica do ser humano (Silva & Santos, 2014; Prista, 2014; Nolivos & Neyva, 2013; Sebastian, Vidal & Román, 2012; Jager & Botolli, 2011). Ainda à luz da psicanálise, foram identificados artigos cujas pesquisas relacionam paternidade e perfilhação, além do interdito da função paterna na ligação entre homem e pai e filho ainda ser foco dos seus achados a partir do método clínico. Através deste procedimento, as demandas sobre a questão paterna são analisadas de acordo com a estrutura da função simbólica, real e imaginária. Inicia-se, a partir desse dado, a fragilizada função paterna na modernidade. A Psicanálise continua suas pesquisas averiguando a construção do afeto relacionado à função paterna e as transformações pós-modernas, a concepção de pai na perspectiva teórica e sua correlação com o processo terapêutico da psicose e o espaço da paternidade na construção subjetiva da prole (Rodrigues & Chalhub, 2014; Marin & Donelli, 2013; Gabriel & Dias, 2011).

Na Psicologia, os estudos começam, se ampliam e, de acordo com Prista (2014), Arruda e Lima (2013), as pesquisas se debruçam sobre a afirmação do pai ao admitir os filhos como seus. Independentemente da gênese da filiação, geram conflitos da ligação paterna para o Direito, principalmente no Direito de Família. Nessa sequência, a paternidade emerge (das pesquisas) nos discursos dos pais jovens que cuidam dos seus filhos com inquietação e são

convocados para assumir tais responsabilidades na falta da mãe ou na perda jurídica dos filhos, a partir da coexistência entre paternidade e pobreza na construção identitária masculina (Vieira et al., 2015; Brandt, 2014; Benczik, 2011).

De acordo com Drago e Menandro (2014), Vieira e Nascimento (2014), Vieira e Souza (2010), as ciências humanas e sociais, em suas pesquisas, se dedicam à reprodução e ao gênero e visam à compreensão do que viriam a ser pai e filho. Surge o teste de DNA no final dos anos 1980, mas tanto a sua comercialização quanto a inclusão nos processos judiciais só tiveram início em 1994. Porém, estudos foram realizados pela influência causada na sociedade e no campo científico, a partir do teste. Além disso, os encadeamentos que causaram sobre os direitos e a igualdade para a prole independem da origem da filiação. Há outros fatores como os conflitos e crises do padrão hegemônico da paternidade, o declínio da soberania paterna, as vicissitudes causadas pelas interferências médica e jurídica no corpo da mulher, para conceber uma gestação sem o homem.

Pela primeira vez, nos anos 1990, é apresentado o conceito forjado por Lamb, de paternidade participativa. Ou seja, aquela na qual, como o próprio nome sugere, o pai desenvolve uma forma mais participativa, afetiva e cuidadora com a prole, independentemente de estar casado, que vai além do papel de provedor (Vieira et al., 2015; Vieira & Nascimento, 2014; Silva & Santos, 2014). Dessa forma, algumas pesquisas (Matos & Magalhães, 2014; Drago & Menandro, 2014; Prista, 2014; Silva & Carmo, 2013) focam na influência do filho para o homem-pai, na figura paterna, no ambiente familiar, no vínculo entre pais e filhos depois da separação do casal, na paternidade durante a adolescência, na experiência e na rotina da paternidade em diferentes contextos.

A Psicologia amplia suas pesquisas sobre a adoção homoafetiva e o afeto paterno em diferentes contextos. Para Drago e Menandro (2014); Vieira e Souza (2010), os trabalhos estão cada vez mais amplos, os cerne dessas questões estão presentes nos conceitos e a definição de paternidade de crianças está nos contextos de abrigos, no desejo do homem de se tornar pai, nas vivências paternas, nos afetos entre pais e filhos com síndrome de Down, na ausência e na presença do pai, nos conflitos da paternidade na adolescência, na figura paterna dos meios de comunicação pós-moderna, no espaço do pai na clínica psicológica, na presença do pai durante a gestação e nas circunstâncias dos cuidados com a criança recém-nascida até a dedicação paterna na visão dos filhos. É relevante reforçar que existem algumas pesquisas que não só tratam do cuidado parental – e já o referenciam como uma função dos pais –, mas também surgem aquelas relacionadas à paternidade e à maternidade.

Concisamente, entre 2000 e 2009, os assuntos relacionados à paternidade por essas áreas supracitadas foram: a diversidade de exercícios paternos em creches, entre povos ribeirinhos; no que se refere aos filhos em tratamento hospitalar acometidos com síndrome de Down, o zelo com recém-nascidos, o ato da adoção, e na reconstrução dos vínculos com filhos depois do divórcio e os pais homossexuais com filhos; o homem, enquanto ocorre o desenvolvimento de um novo papel em sua vida, transformado em pai, seus afetos e seus significados com relação aos filhos; como cuidador, participante no pré-natal e no nascimento; como produtor da violência doméstica, a experiência paterna depois do divórcio introduzida em políticas públicas, na paternidade no período da adolescência, na sua ausência, na influência à prole e aos seus próprios sentimentos como pai e na sua apreensão com o corpo da mulher durante a gravidez (Vieira et al., 2014; Prista, 2014; Jager & Dias, 2014; Valente, Medrado & Lyra, 2011; Souza & Vieira, 2010).

Além dos assuntos citados acima, de 2010 a 2015, a Psicologia investigou ainda produções sobre a paternidade que tratam dos seguintes temas: a relação das mudanças contemporâneas da masculinidade e como isso reflete no papel de pai (Brandt, 2014); como é vivenciada a paternidade numa perspectiva de pai para filho – intergeracionalidade e sua relação entre o abandono da prole e a educação (Silva & Carmo, 2013; Pillegi & Munhoz, 2010); como as produções midiáticas infantis interferem na representação do pai para o filho (Vieira et al., 2015; Matos & Magalhães, 2014); na área da reprodução assistida, o foco é no papel do pai nesse processo (Rodrigues & Chalhub, 2014); família monoparental – o pai e sua relação com a prole (Jager & Dias, 2015; Vieira & Souza, 2010); e a construção da identidade paterna numa relação homoafetiva (Sebastian, Vidal & Román, 2012).

No que se refere ainda ao período de 2010 a 2015, os autores Brandt (2014); Drago e Menandro (2014) e Benczik (2011) apontam que, no campo da Psicologia, as pesquisas têm enfoque nos conflitos entre a paternidade biológica e psicossocial, na ausência afetiva paterna, na paternidade legalizada pelo exame do DNA e nos problemas que dela advêm, na paternidade sob o contexto de gêmeos univitelinos, no homossexual e na paternidade, nos problemas de moralidade em que o suposto pai não reconhece o filho, no direito foi a comprovação da paternidade biológica, na possível legalização da licença-paternidade no país e na produção da paternidade e nas novas formas de desempenhar o papel de pai pelos discursos científico e jurídico.

No entanto, além desses temas, um fator importante que concerne ao exercício da paternidade é a discussão sobre gênero e masculinidade na composição desse papel. É importante evidenciar, sob o prisma sócio-histórico, como se deram a construção dos papéis

masculino e feminino e as relações de gênero que estruturam relações familiares e movimentos sociais (que eclodiram com o objetivo de reivindicar direitos e igualdade entre homens e mulheres).

1.3 Masculinidade, paternidade e gênero

De acordo com Valente, Medrado e Lyra (2011), surgem, especificamente na década de 1960, as pesquisas e os estudos sobre masculinidade, particularmente de acordo com o movimento feminista, pois possibilitaram uma análise crítica e empoderamento perante as diferenças nas práticas sociais, que são fundamentadas na desigualdade sexual. Assim como os movimentos de gays e lésbicas que, ao reivindicarem direitos, possibilitaram novas reflexões sobre a construção das identidades sexuais.

A partir desses fatores, a organização de mulheres e homossexuais nas esferas pública e privada, com o objetivo de buscar e garantir seus direitos nos âmbitos político, econômico, social e no que se refere à construção da sexualidade, começa a questionar e se opor à violência, à discriminação e ao preconceito que viviam. Sucederam reflexões a respeito do padrão masculino vigente, principalmente a masculinidade hegemônica na qual se configuram predominantemente homens brancos, heterossexuais e cristãos (Vieira et al., 2014; Prista, 2014).

Nesse sentido é importante entender que as discussões, as pesquisas e os estudos sobre o movimento feminista e os homossexuais (masculinos e femininos) se tornam fundamentais para que seja compreendida a construção ideológica sobre masculinidade na contemporaneidade e, assim, haja um melhor entendimento sobre os papéis que o homem desempenha – dentre eles, a paternidade e suas implicações conjunturais, como também o entendimento do significado de masculinidade e o estímulo ao surgimento de pesquisas sobre a condição do homem.

De acordo Vieira e Nascimento (2014), Silva & Santos (2014), Silva e Carmo (2013), na década de 1970 já existiam estudos sobre a masculinidade. Nessa mesma época, as pesquisas sobre mulher e feminilidade foram ofuscadas pelo surgimento de tais investigações. Já para Brandt (2014), na década de 1980, particularmente nos países de língua inglesa, foram publicados vários estudos e pesquisas sobre a construção social da masculinidade. Vale destacar que essas pesquisas foram realizadas, sobretudo por homens, inclusive as sobre gênero nesse período. Ainda assim, esses trabalhos demonstraram evidentes ligações com os estudos feministas e com as pesquisas sobre a construção do conceito de gênero (Gabriel & Dias, 2011).

Contudo, as reflexões sobre a construção social da masculinidade tiveram êxito e desenvolveram-se pesquisas e estudos destacados por uma pluralidade de temáticas e diversas abordagens teórico-metodológicas que podem ser organizadas em dois grandes aglomerados: os aliados ao feminismo, que são os que afirmam ter seus estudos sobre masculinidade baseados no desenvolvimento das teorias feministas; e os estudos autônomos sobre masculinidade, os quais não estão relacionados às reflexões sobre gênero e nem aos estudos sobre o movimento feminista (Valente, Medrado & Lyra, 2011).

No que corresponde à perspectiva de gênero relacionada ao tema masculinidade, compreendem-se o masculino e o feminino como papéis de gênero (Féres-Carneiro & Negreiros, 2004). Sob esse ângulo, pesquisas e estudos (Freitas, Coelho & Silva, 2007; Wang, Jablonski & Magalhães, 2006; Silveira, 1998; Ramires, 1997) apontam as transformações no comportamento dos homens, e isso vem acontecendo também pela influência do movimento feminista. Além disso, o avanço da tecnologia na indústria e nas ciências favorece tais modificações nas práticas sociais masculinas e, certamente, femininas. Antes, a valorização social prevalente era do homem viril, másculo e forte. Essas alterações nos processos socioculturais, econômicos e familiares também influenciam nesses processos de mudanças do exercício da masculinidade e estimulam ao homem para que ele expresse mais sensibilidade em suas relações intra e interpessoais.

Essa perspectiva ganha força por meio de organizações e instituições públicas e privadas, que buscam compreender o ser humano com uma visão mais ampliada. Em 1994, foi realizada no Cairo (Egito), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que traz no âmago de suas discussões informações da área de saúde das mulheres que mudariam de acordo com a efetiva participação masculina e, também, que os homens manifestavam transformações relativas aos parâmetros comportamentais (Vieira & Nascimento, 2014). Para Sebastian, Vidal e Román (2012) e Beltrame e Bottoli (2010), nessa Conferência de 1994 há uma evidente consolidação na inserção, nas discussões e nos textos a relevância de maior envolvimento dos homens no ambiente familiar, com o intuito de equiparar as relações de poder para alcançar maior equidade de gênero. Além disso, promover maior participação do homem nas áreas reprodutiva e sexual, no que tange à educação sexual para crianças e adolescentes e no que se refere à prevenção da AIDS.

Nessa lógica, o movimento feminista e as pesquisas sobre gênero já vinham questionando a premência da necessidade de mudanças inovadoras com objetivo de maior igualdade de gênero. Essas transformações visam principalmente possibilitar o planejamento de estratégias no âmbito das políticas públicas voltadas para os homens, no que se refere aos

papéis masculinos – um deles seria o exercício da paternidade. Outro fator preponderante seria a implementação de princípios e valores, para que surjam chances e oportunidades iguais para homens e mulheres nos espaços público e privado (Vieira et al., 2014; Souza & Vieira, 2010).

Para Valente, Medrado e Lyra (2011), embora os estudos sobre paternidade não estejam incluídos nesses dois grandes blocos acima, há um diálogo em comum, além dos estudos sobre paternidade se apresentarem em uma área específica de pesquisas. O maior envolvimento dos homens-pais na dinâmica familiar, especialmente no cuidado com a prole, surge sobre a alcunha de “nova paternidade”. Com objetivo de compreender esse novo homem-pai, é possível destacar as pesquisas do psicólogo americano Michael Lamb, que desde os anos 1980 apresenta nos seus estudos como esse novo padrão de pai vem sendo um dos fatores principais na influência das transformações das relações parentais contemporâneas (Drago & Menandro, 2014; Souza & Vieira, 2010).

Além disso, observa-se um crescimento e uma ampliação das produções e pesquisas acadêmicas no Brasil, tendo como pontos centrais o exercício da paternidade e a atenção aos estudos e intervenções focados aos jovens pais e adultos em relação à psicologia, acrescidos pelas áreas das ciências sociais e humanas e legitimados por transformações no campo científico de forma global. Em relação aos estudos sobre gênero, paternidade e maternidade, cabe discorrer que esses papéis têm sido socialmente questionados, devido às mudanças ocorridas nos âmbitos social, cultural e econômico. Assim, as transformações têm sido observadas principalmente no ambiente familiar (Matias, Silva & Fontaine, 2011).

Vale ressaltar que autores como Butler (2010) e Saffioti (2004) explicam o conceito de gênero, de forma sucinta, como uma construção social do que venham a ser masculino e feminino na sociedade. Dessa forma, as práticas sociais que advêm do exercício da paternidade e da maternidade são construídas nas interações sociais, pois são papéis de gênero, fator que legitima o que seriam homem-mulher, pai-mãe e seus comportamentos hierarquizados e instituídos numa cadeia cultural, perpassando de pais para filhos.

No que diz respeito aos efeitos de gênero na paternidade, Arruda e Lima (2013); Freitas et al. (2009) assinalam que o papel de provedor ainda é dos homens-pais, mesmo com o avanço da mulher-mãe no mercado de trabalho. Essa questão corrobora com um estudo português (Matias, Silva & Fontaine, 2011) sobre a conciliação de papéis na parentalidade e sobre os efeitos de gênero que sobrevêm na decisão de casais em ter filhos, na qual a mulher-mãe é sobrecarregada com atividades domésticas (como cuidar dos filhos e da casa) em detrimento dos homens-pais, ainda que elas trabalhem fora do ambiente doméstico.

Contudo, pesquisas (Arruda & Lima, 2013; Beltrame & Bottoli, 2010; Sutter & Bucher-Maluschke, 2008; Perruchi & Beirão, 2007) afirmam que as transformações no exercício da paternidade, inclusive perante os questionamentos dos estudos de gênero, em especial no que se refere ao cuidado com os filhos, vêm sendo observada nas práticas sociais contemporâneas, aos poucos. Os homens-pais estão mais presentes no âmbito familiar, das atividades domésticas à higiene e ao cuidar das crianças. Essa é uma prática em processo de mudança no ambiente familiar. Principalmente devido a saída das mulheres para o mercado de trabalho (Arruda & Lima, 2013). Além disso, outro fator em processo de modificação, de acordo com as pesquisas (Gabriel & Dias, 2011; Beltrame & Bottli, 2010), é que os homens-pais estão mais envolvidos afetivamente com os filhos e, também, com as suas companheiras.

Nesse ponto de vista, as pesquisas demonstram que a masculinidade e a paternidade são papéis que passam por transformações comportamentais na atualidade devido às mudanças sociais, culturais e econômicas no Brasil e no mundo. Cabe mencionar uma pesquisa realizada no Brasil, em Bangladesh, na Rússia, no Japão e na Austrália por Shwalb e Shwalb (2011), na qual os autores relatam sobre a forma como é construído o exercício da paternidade em cada país. Essa pesquisa intercultural ilustra que os papéis dos pais são altamente variáveis e dependentes do contexto. Os autores apresentam que paternidade difere dentro das sociedades de acordo com oito tipos de influência contextual. Estes são os oito fatores contextuais levantados na pesquisa: (1) localização (por exemplo, a dispersão de pais através de imensas massas de terras como na Rússia e nas densas populações do Japão e de Bangladesh); (2) legados históricos de longo prazo (séculos do patriarcado no Brasil) e eventos históricos de curto prazo (queda do comunismo na Rússia); (3) características familiares (famílias comuns, famílias extensas de Bangladesh, pequenas famílias japonesas); (4) fatores econômicos (altos padrões de vida na Austrália e no Japão); (5) condições relacionadas ao trabalho (longas horas de trabalho na Austrália, nível de incentivo à licença de trabalho paternal); (6) societal - normas e valores (expectativas sociais para que os pais russos sejam desvinculados e não envolvidos); (7) agrupamentos étnicos (homogeneidade do japonês, impacto do Islão nos pais bengalis); e (8) padrões de imigração e emigração (emigração de Bangladesh, imigração para o Brasil).

Nessa pesquisa é possível identificar diferenças gerais na paternidade entre as cinco sociedades, mas a diversidade dentro desses países deixa claro que as generalizações excessivas sobre o exercício da paternidade são bastante perigosas. Os autores observam que a quantidade e a qualidade da pesquisa paterna estão melhorando em todos os países pesquisados. Porém, ainda é necessário saber mais sobre a variação do comportamento paterno dentro (de) e entre as sociedades e os mecanismos (por exemplo, através da socialização, contextos

socioeconômicos etc.) pelos quais as culturas influenciam os pais e vice-versa (Shwalb & Shwalb, 2014).

Ainda com relação à pesquisa, Lamb (1987) já apresentava o papel do pai nos cinco continentes sob uma perspectiva transcultural. O autor expõe a diversidade do exercício da paternidade, em que o contexto cultural tem um papel fundamental nas práticas sociais paternas. O autor ressalta que, na América do Norte, precisamente nos Estados Unidos, observa-se a emergência da necessidade do pai na vida dos filhos e da família. Já no Reino Unido, percebe-se a diversidade da paternidade por fatores territoriais. Em relação à França, o pesquisador identifica uma paternidade “a la francesa” - que não se baseia só no vínculo biológico, mas na organização da comunidade em torno das crianças - como um fator que a diferencia dos outros países europeus, como na Alemanha e Suécia por exemplo, que demonstram como é diferente a construção do exercício da paternidade ao não levar em conta a comunidade como mais uma forma de educação das crianças, só denegada aos pais a responsabilidade total pela prole.

No que se refere à Itália, Lamb (1987) observa que o pai italiano é bem presente na vida do filho e da família. Já a paternidade na Ásia, é vivida de forma hierárquica. O autor analisa a situação em países como Israel, em que a paternidade é construída nos preceitos arraigados da religião judaica, enquanto que na cultura chinesa há uma exaltação do homem e, conseqüentemente, ao pai, e por fim, o moderno pai japonês – modelo tradicional patriarcal familiar, só que, existem elementos socioculturais, históricos e econômicos diferentes da cultura ocidental, como por exemplo, os valores sociais. Já em relação ao continente africano, a paternidade é bem complexa, e isso se deve à própria diversidade dos países africanos em seu contexto histórico, econômico e, acima de tudo, às diferenças culturais que demarcam práticas sociais de países, tribos e nações africanas.

Por fim, Lamb (1987) relata a construção da paternidade na Austrália, que se caracteriza por uma pluralidade de práticas sociais baseadas em rituais aborígenes e ao mesmo tempo, em uma modernidade influenciada pelo ocidente. Além disso, aponta que a paternidade também depende de fatores familiares e da relação parental com suas parceiras. Ainda no que se refere à construção da masculinidade, paternidade e gênero e baseado em seus estudos de psicologias transculturais sobre paternidade, Lamb (2010), reflete em sua pesquisa atual o papel do pai no desenvolvimento da criança. Ele discorre que as mudanças na construção social da masculinidade têm refletido no exercício da paternidade e também nas transformações dos papéis masculino e feminino nas práticas sociais, no que tange ao exercício da maternidade e paternidade em todo mundo. Esse fato vem sendo corroborado com as pesquisas no Brasil

(Arruda & Lima, 2013; Gabriel & Dias, 2011; Freitas, Coelho & Silva, 2007; Wang, Jablonski & Magalhães, 2006; Féres-Carneiro & Negreiros, 2004; Silveira, 1998; Ramires, 1997).

Dessa forma, é notório que as pesquisas apresentem que o exercício da paternidade no Brasil e no mundo vêm se modificando por fatores sociais, culturais, econômicos e contextuais. Além desses fatores macroestruturais, observam-se fatores microestruturais como a comunidade e o contexto no qual o indivíduo está inserido – nesse caso a família e as relações parentais. Além disso, questões intergeracionais que perpassam a paternidade também influenciam no desempenho do papel parental. Portanto, pode-se perceber que as transformações da família têm ocorrido durante todo o processo civilizatório desde o surgimento do ser humano. Com uma maior definição do termo família a partir do Império Romano, até na atual conjuntura como as já citadas novas configurações familiares: famílias recassadas, famílias recompostas, famílias monoparentais, famílias homoafetivas dentre outros arranjos.

Por conseguinte, no mundo contemporâneo, percebem-se transformações no estabelecimento das relações familiares e parentais que vão influenciar na construção do papel do homem e como este vai desempenhar o exercício da paternidade no contexto familiar. Assim, cabe salientar que a paternidade é construída numa perspectiva psicossocial, em que os fatores sócio-históricos são preponderantes para compreendermos sua importância nas práticas sociais.

2 PATERNIDADE NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL

A problemática sobre a função do pai na vida dos filhos tem gerado, ao longo dos tempos, inúmeras discussões. Sobretudo no que diz respeito às transformações psicossociais, aquelas pelas quais a sociedade vem passando com o decorrer da história, em função do próprio ciclo sócio-histórico, das concepções de mudanças acerca da paternidade e da construção de novas sociedades, com seus costumes, valores, crenças e culturas.

Não se pode dizer que são exigências estabelecidas, elas podem ocorrer por razões natas, ou seja, aquelas que estão no subconsciente das pessoas e que vão ocorrendo de acordo com as realidades. Por esse prisma de mudanças e adaptações, há também um novo conceito com relação à função do ser pai, que não se dá apenas por conta da entrada da mulher no mercado de trabalho (ainda que esse fator não deixe de ser uma das razões principais que contribuem para que ocorra essa mudança no papel do pai em relação aos filhos).

É importante compreender que cada sociedade tem sua forma de construir seus valores, crenças e culturas. No entanto, sobretudo nos tempos modernos, esses constructos são mais cobrados tanto dos homens quanto das mulheres. Cada período da história exige uma forma de vida e no que concerne à família, esta tem mudado igualmente, em razão das próprias transformações psicossociais. Ainda assim, o conceito de família existe em diversas etapas da história e “[...] apesar de ter passado por grandes mudanças ficando mais vulnerável à dissociação, na sociedade contemporânea, ela, ainda assim, é um valor que a sociedade cultiva (Beltrame e Bottoli, 2010, p. 208).

Esse valor em relação à família tem feito com que se discuta a função da paternidade como elemento significativo na vida dos filhos e, portanto, requer uma nova mentalidade formada pelo homem, considerando os conceitos do passado e do presente, tal como se reportam Beltrame e Bottoli (2010):

O pai tradicional era caracterizado como alguém frio e distante, voltado para o mundo do trabalho, a autoridade do lar. O pai moderno é aquele preocupado com o desenvolvimento dos filhos, seja na construção de uma identidade de gênero, da moral, do desempenho escolar, entre outros. E o pai emergente é aquele que participa dos cuidados dos filhos, dividindo as tarefas igualmente, favorecendo o desenvolvimento da criança (p. 208).

Tais mudanças ocorrem por haver novas necessidades de adaptação às condições atuais e, nos tempos modernos, a família é vista com novos valores. Especialmente, em função da entrada da mulher no mercado de trabalho e das exigências que são feitas tanto para a concepção quanto para a formação dos filhos. Um dos principais argumentos para a crítica feita ao homem

na sociedade, com relação à sua aproximação com a paternidade, está relacionada aos conceitos de virilidade e masculinidade. Sobre esta última, Colleti e Scorsolini-Colmin (2015, p. 379) afirmam que “A masculinidade sempre esteve social e historicamente associada à não demonstração de afeto, sensibilidade e cuidado, o que tem sido repensado especificamente no modo de ser pai observado na contemporaneidade”. Coloca-se, desse modo, o pai num papel de distanciamento dos filhos, tornando-se apenas o responsável pelo sustento, cabendo o papel de educar e criar à mãe. São as mudanças psicossociais, de conceitos que estão fazendo o homem ser repensado enquanto pai, que também participa da formação do filho e do seu crescimento, demonstrando afeto, carinho, cuidado e vendo, ao mesmo tempo, seu fruto crescer e se transformar em um novo homem tal como ele (o pai) é.

A relação entre pais e filhos está associada aos conceitos psicossociais existente nos mais diversos momentos da própria sociedade, mas o exercício da paternidade sofre transformações principalmente nas sociedades ocidentais, passando pelo modelo patriarcal até os dias atuais. Dessa forma, à medida que as transformações ocorrem na sociedade, o pai modifica seu papel (Beltrame & Bottoli, 2010). Atualmente a figura do pai se torna cada vez mais importante na criação de uma criança. O homem passa a ter responsabilidade com a formação do filho desde o momento que este é concebido, transformando-se assim no pai ideal, tal como se exige os novos tempos, sendo esse pai “aquele que está sempre junto com o filho; é presente na vida da criança, participando, comunicando-se e demonstrando cuidado e paciência com o filho” (Paulino, Patias, Dias, 2013, p. 238).

Para Freitas et al. (2003, p. 89), “paternar na atualidade é, além de romper com valores sociais obsoletos, dar oportunidade à criança de construir a identidade de gênero desvinculada do modelo que nega ao homem o direito de se aproximar e de viver sentimentos e emoções com os filhos”. Desse modo, compete ao homem viver uma nova fase em sua vida, fazendo com que seus filhos nasçam e cresçam acompanhados por ele. Constrói-se, pois, com a certeza de que a função do pai é importante para sua formação enquanto sujeito e, especialmente, como cidadão consciente de suas responsabilidades futuras.

2.1 Paternidade na adolescência e na juventude.

Há uma configuração preestabelecida na sociedade de que o homem dissimula mais sentimentos do que a mulher, o que transforma essa atitude em uma barreira para ser transposta, tanto por um quanto por outro. Além disso, notabilizou-se dizer que o homem não assume as responsabilidades como deveria ocorrer. Essas afirmativas, além de serem convencionais, ou seja, além de terem se tornado naturalizadas em diversas épocas, também

estão relacionadas ao processo que transforma o pensamento social em machista. São convenções do senso comum que se estabeleceram no convívio social e, por isso, se transformaram em desafios para os rapazes, acima de tudo, na hora de eles quererem ser pais.

Para justificar essa teoria do pensamento comum, Colleti e Scorsolini-Comin (2015) expõem:

Em relação à masculinidade e à imagem socialmente atribuída ao homem, estão presentes menções ao sair de casa, frequentar festas, conhecer pessoas e aproveitar a vida como eventos datados e associados ao homem jovem, como se tais aspectos não estivessem presentes nas mulheres, por exemplo, o que reforça o estereótipo do homem como alguém que amadurece mais lentamente do que a mulher e que pensa de modo mais egoísta em relação a se doar a uma outra pessoa (p. 380).

Iniciar, portanto, uma discussão sobre a configuração de ser pai nas mais diversas fases da vida é um desafio, uma vez que são colocados em discussão diversos debates sobre as funções do homem no convívio social e a paternidade é sempre um dos mais complexos desses desafios. A primeira ideia que se tem sobre ser pai na adolescência recai na falta de responsabilidade dos meninos, uma vez que se considera que suas atitudes estão mais voltadas para a vida em liberdade. É o que expressa em parte, a crítica, apresentada pelos dos autores acima quando se posicionam sobre os adolescentes usufruírem de um modo de vida social calcada em liberdade. Evidentemente que esta é uma fase da vida na qual homens e mulheres querem viver mais suas respectivas supostas liberdades – que serão, em parte, reduzidas com a chegada de um filho. Todavia, o fato de ser jovem (e, principalmente, adolescente) não significa que não haja possibilidade de responsabilidade ao assumir a paternidade ou a maternidade.

As exigências da própria sociedade em cobrar dos meninos mais cuidados, mais atenção e maior comprometimento pessoal, fazem com que eles possam pensar na possibilidade de serem pais, considerando o que a sociedade vai lhe cobrar, mas também o sentimento de ter uma responsabilidade maior em relação a outro ser. E este sentimento de responsabilidade poderá contribuir para refutar a convenção social de que ser pai, principalmente na adolescência, é um risco (Souza, 2013). Contribuindo com essa linha de pensamento antes mencionada, Paulino, Patias e Dias (2013) dizem:

Ser pai prematuramente, segundo algumas convenções culturais, pode causar preocupação e resistência no meio social, pois a adolescência, de maneira geral, é concebida como um período no qual o indivíduo ainda se encontra em formação tanto biologicamente quanto psicologicamente (p.231).

A ideia de adolescência na maioria das vezes remete à falta de responsabilidade, considerando que o fato de ser muito jovem se contrapõe ao de ter responsabilidade. Essa visão se configura como uma marca que impõe às pessoas nessa fase da vida uma carga muito grande e que elas nem sempre estão preparadas para enfrentar. Além disso, não se dá ao adolescente a possibilidade de ele provar o contrário. Nas sociedades modernas tem-se o jovem ou adolescente como uma pessoa despreparada, considerando que qualquer atitude que ele tomar e que demande ter maior atenção pensando no futuro, não vai ter força para suportar. O maior problema talvez esteja no fato das pessoas adultas, consideradas preparadas, não contribuírem para que o jovem possa assumir seus atos (Souza, 2013; Valente, Medrado e Lyra, 2011)

Numa relação de gravidez e cuidado com os filhos, entre jovens e adolescentes, o que mais lhes gera receios é o medo da reação de outras pessoas. A função de pai enquanto adolescente impõe aos jovens o medo de não terem como lidar com as situações que a sociedade lhes impõe. É o que mostra uma pesquisa feita por Paulino, Patias e Dias (2013), com adolescente que se tornou pai recente. Além disso, a pesquisa mostrou também que nem sempre as convenções sociais estão totalmente certas e que o medo da reação das famílias é mais forte, até mesmo que assumir tal responsabilidade. Ainda mostrou que há uma generalização em relação aos adolescentes que engravidam. O primeiro medo vem de como vai ser a reação dos pais, como demonstra o trecho a seguir:

Quando eu recebi a notícia, eu fiquei bem preocupado e achei que meus pais iam me matar, coisa assim, até eu não, nem fui eu que contei pra eles, quem contou foi minha, minha ex-sogra, a mãe da N. (Gerson, 18 anos) (Paulino, Patias e Dias, 2013, pp. 232-233).

Essa percepção da reação da família, no depoimento acima, apresenta uma realidade comum entre os adolescentes quando a gravidez não é desejada. Na verdade, um dos principais problemas está mais presente na forma com que a sociedade receberá a notícia do que na situação que os jovens enfrentarão. De acordo com Beltrame e Bottole (2010, p. 206-207), “o exercício da paternidade deve ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica e cultural”. É essa questão cultural que define as convenções sociais e que impõe a carga aos jovens e adolescentes, já mencionada anteriormente.

Ao relatar a posição dos adolescentes no momento em que tomaram conhecimento da notícia vê-se uma dualidade, ou seja, um dilema, nessas pessoas, pois a alegria do tornar-se pai se misturou com a preocupação de comunicar à família e saber qual seria a reação dos seus progenitores, como relata o texto a seguir de dois jovens que não tiveram gravidez planejada:

“Eles relataram que a notícia foi recebida como algo inesperado e se preocuparam em como informar sua própria família e a da menina. Já para o participante que teve a gravidez planejada, a notícia veio com alegria” (Paulino, Patias e Dias, 2013, p. 232).

Essas reações são fruto da percepção social a que o jovem se submeterá. Antes mesmo de poder se alegrar com o fato de ser pai, ele tem que pensar no mundo que lhe rodeia, começando pela própria família. As razões que levam ao medo dos jovens quando sabem que serão pais também estão associadas à questão da chamada “perda da liberdade” como corrobora o trecho a seguir:

Dentre as mudanças consideradas pelos jovens de maior impacto após a paternidade está a perda de liberdade, traduzida pela diminuição nos contatos sociais e impossibilidade de ir a festas. Sentimentos de inadequação ao papel paterno, por se considerarem imaturos, inexperientes, sem condições de alcançar suas próprias expectativas e exigências em relação ao que é ser um pai (Colleti & Scorsolini-Comin, 2015, p. 380).

Todavia, essa visão está mais na reação da família e de outros entes sociais do que no próprio jovem. O que se tem sobre os jovens e adolescentes é que eles vivem uma vida totalmente libertária, sem preocupações. Outros fatores que se configuram em pessoas das fases adolescente e jovem são a imaturidade e a falta de conhecimento sobre o que é ser responsável. No entanto, ao se deparar com uma situação desse porte (ser pai) o adolescente passa a perceber que suas responsabilidades futuras apenas se anteciparam (Toste, 2013).

Essa situação demonstra outro fator que não está explícito, contudo já faz parte mentalmente dos projetos dos jovens de que implicitamente eles sabem que terão que assumir responsabilidades e, quando uma gravidez indesejada ocorre, essa responsabilidade apenas se precipita. Todavia, isso não quer dizer que o jovem não esteja preparado para assumi-la. Nessa linha de raciocínio Colleti e Scorsolini-Comin (2015) dizem que, ao se tornar pai, o homem vê o seu pai como sua fonte de referência. Ou seja, passa a compreender melhor essa função. Dessa forma, passa a perceber também que suas atribuições tendem a aumentar.

Ao se constituir como pai, o homem (re) avalia a relação vivida com o próprio genitor, mas não deixa de questionar essas concepções dadas *a priori*, tomando para si tanto o modelo de paternagem recebido, como o modelo de como um bom pai deve ser, de acordo com o seu próprio imaginário. Ao tomar essa atitude, o homem concebe uma nova e singular maneira de ser pai (Colleti e Scorsolini-Comin, 2015, p. 379).

Portanto, as características de um pai só vão aflorar no jovem a partir do momento que ele se sentir pai. Passará, então, a compreender também aquele que o gerou. Essas percepções

ajudam a compreender o mundo do jovem, antes voltado apenas para si, sem a preocupação com uma terceira pessoa em sua vida. A paternidade passa a ser também uma forma de mudança de vida. As adversidades antes mencionadas se tornam situações reais, mas também servem de motivação para o ato de assumir a paternidade, tanto no que diz respeito ao saber que será pai quanto na relação com os familiares. Em outras palavras, a vida não é mais tão livre como antes e as necessidades se apresentarão a partir do momento em que a criança surgir. Esses medos e percepções podem ser vistos no depoimento captado na pesquisa de Paulino, Patias e Dias (2013) e exposto a seguir:

Como a gente era muito novo ainda, daí eu fiquei com medo de, tipo, não ter como sustentar a criança [...] Pensei em tudo, tudo, tudo, tudo, um misto de pensamento, como seria o nenê, se seria normal a gravidez. Se tudo ia ocorrer bem, pensei... em tudo [...] eu senti que, como a J. ficou mais sensível, né!? Ela ficou mais, mais sensível em tudo, ela precisava de... às vezes, ela precisava de ajuda, né!? Daí eu tentei acolher ela o máximo que eu pude (p. 233).

Nesse sentido, fica claro que o discurso do adolescente reúne ao mesmo tempo uma reação de medo, com a preocupação tanto com o futuro da criança quanto da mãe. Tal situação demonstra que o jovem passa a perceber que uma nova fase em sua vida está surgindo, que algo de novo está acontecendo e que mudará sua relação consigo e muitas das suas relações com a sociedade. Há, também, um sentimento de orgulho e até mesmo de vaidade. Uma expressão de que ser pai lhe transformará a vida que, antes, era de uma pessoa preocupada apenas com suas próprias circunstâncias e, agora, passa a ser outro homem, capaz de se preocupar com circunstâncias alheias – a mãe, o filho –, e aspectos que ele não estava acostumado a lidar.

Beltrame e Bottoli (2010) salientam que a paternidade deve ser vista como uma experiência humana, e que, por essa razão ela também deve ser tratada como um fator natural e até mesmo circunstancial, ou seja, compreender que são situações circunstanciais dentro de um “contexto sociocultural de uma determinada época” (Beltrame & Bottoli, 2010, p. 207).

O que faz a paternidade tornar-se uma situação atípica são as convenções sociais e outros fatores como a falta de condições financeiras ou o fato de não estar preparado para ser pai. Todavia, é preciso que isso seja concebido como uma construção psicossocial, tanto por quem está envolvido como por quem observa. A relação do jovem ou adolescente com a vivência como pai demonstra que há uma nova situação a ser vivida, pois ele passa a ter dupla função: no momento em que ele se descobre pai, também passa a se descobrir como filho, passando a ter um papel maior dentro do contexto familiar, conforme se observa a seguir:

O processo identificatório com a paternidade é mais lento de ser construído, sendo que, para alguns pais adolescentes, ele pode não chegar a se desenvolver devido às próprias dificuldades da adolescência, pois é nesse período que o indivíduo constrói sua identidade. Quando o adolescente se torna pai nesse período de vida, possui dupla tarefa — ser filho e ser pai (Paulino, Patias & Dias, 2013, p. 239).

Dessa forma, é muito importante o apoio da família para que esse jovem possa viver essa dualidade em sua vida, ou seja, ao mesmo tempo em que ele é filho, ele também passa a ter um filho e torna-se assim pai, sendo este um papel social. As relações de vida e de conceito social mudarão para ele, pois a liberdade passa a se modificar, não necessariamente ficar comprometida, e muda o estabelecimento das suas relações e práticas sociais.

Antes, é preciso que a própria sociedade não apenas dê crédito ao que pensam os jovens e adolescentes e, mais ainda, contribua para que ele possa se tornar um bom pai, capaz de compreender a função para a qual está sendo preparado e com a qual, mais cedo ou mais tarde, se depararia (Souza, 2013). Por isso é importante compreender que o que gera a desconfiança quanto ao ser pai na adolescência pode estar ligado ao fato de generalizar-se o jovem/adolescente como um ser totalmente irresponsável. Entretanto, “nem sempre a paternidade assume um caráter negativo na vida dos jovens, como é representado, frequentemente, pela literatura” (Paulino, Patias & Dias, 2013, p. 240).

2.2 Paternidade na meia idade

Diferente da situação anterior, na qual ser pai na adolescência é um desafio para o homem, na meia idade, ou seja, entre a maturidade juvenil e a idade adulta, a função do pai se torna quase uma obrigação. Internamente, o homem se sente quase obrigado a ser pai, por uma convenção social, através da naturalização da paternidade e maternidade, com que a sociedade compreende a partir do seu imaginário social que homens e mulheres nasceram para procriar.

Tal convenção não pode ser considerada regra, mas é internamente, a partir de uma perspectiva biopsicossocial, que o homem sente a necessidade de ser pai. Dessa forma pode-se compreender que “a paternidade é um constituinte da identidade adulta do homem e representa a certeza de ter concluído mais uma fase da vida e de começar uma outra com novas experiências e compromissos sociais, sendo a provisão material o eixo orientador” (Freitas et al., 2003, p. 88). Esta asserção pode ser considerada uma realização do homem ou um projeto de vida maior do que uma exigência social. Evidentemente que, em alguns casos, há existência de uma imposição social de que torna-se homem - adulto precisa passar pela experiência da paternidade.

Além dessas anotações anteriores de que o homem deseja se tornar pai e que isso é um projeto de vida, esse mesmo tornar-se pai pode ser percebido como processo de transformação entre a infância e a vida adulta (Freitas, 2003). A partir do momento em que o homem assume essa responsabilidade passa a ter a noção do que é ser adulto, podendo considerar que isso reflete não apenas uma simples necessidade, mas a concretização dos projetos que são elaborados mentalmente nesse indivíduo a partir das exigências internas e externas.

Ainda na concepção de Freitas et al. (2003, p. 88), “o filho transforma a vida do pai, no sentido de fazê-lo perceber que, sendo pai, é menos filho e mais adulto, o que resulta em ser objeto de identificação para seu filho”. Isto corrobora o pressuposto de que é uma previsão natural e mental de que o ser humano pretende realizar suas ações para atingir a finalidade de sua própria vida. Por outro lado, há também inúmeros desafios a serem cumpridos pela função paternal. Dentre alguns, cuidar, dar carinho e sustentar, além de educar. É frequente na literatura encontrar análises sobre as funções diferenciadas do pai e da mãe. Essa situação se desenvolve em razão das culturas ocorridas nas diversas sociedades e em diversas épocas da história da humanidade.

Diferente de outras épocas em que a função do pai geralmente estava limitada ao sustento, na sociedade atual esse papel passa a ser compreendido e até mesmo cobrado muito além dessas funções básicas, ou seja, “o exercício do ser pai e do ser mãe requer olhar sob uma nova ótica para a família contemporânea” (Beltrame & Bottoli, 2010, p. 206). Tanto o pai quanto a mãe devem ter funções similares e correlatas em relação aos filhos. Grzybowski & Wagner (2007) pontua que:

Se antigamente o exercício da paternidade requeria menor inserção na família nuclear, hoje a parentalidade e a conjugalidade são exercícios separados, inclusive juridicamente, pois pode ser exigido do pai o envolvimento na vida dos filhos, mesmo quando houver separação (como citado em Beltrame & Bottoli, 2010, p. 206).

Essa afirmação retoma outra discussão acerca da relação entre as atribuições do pai e do homem, posto que, em outras épocas, a relação homem/mulher deveria ser considerada indissolúvel, tendo assim uma concepção de família una: pai, mãe e filho. Parece haver nas sociedades atuais uma dissolução entre o homem e o pai, entre a mulher e a mãe. Os primeiros têm relações distintas de uma vida a dois ou não. Os segundos têm um compromisso exclusivo com uma terceira pessoa: o filho, fruto de cada um, embora concebido na junção dos dois. É que expressa Beltrame e Bottoli (2010).

As novas relações de gênero implicam redefinições nas identidades individuais, conjugais e parentais, o que significa dizer que gênero, casamento, maternidade e paternidade, na atualidade, são questões cada vez mais complexas, à medida que não há mais padrões tradicionalmente instituídos e a experiência torna-se particularizada e múltipla (p. 208)

Essa nova concepção é da nova ordem de família e de convívio e também converge para uma nova visão social do homem e da mulher, dado que a nova realidade aponta para uma maior participação social da mulher, antes submissa e restrita à casa e à educação dos filhos. Agora ela está inserida no mercado de trabalho, nas atribuições de organização da sociedade, apontando para um retorno do homem para dentro da família e da casa.

Pode ser considerada uma ruptura de padrões e valores no próprio homem, que antes era visto apenas pela virilidade e pela responsabilidade de nutrir e sustentar, enquanto a educação dos filhos ficava por conta da mãe, da mulher. Aos homens-pais, restava-lhes manter a sustentabilidade da família como um todo. A inserção da mulher no mercado de trabalho e nas decisões da sociedade tira-lhe de dentro de casa. Dessa forma, o homem precisa conceber uma nova função junto aos filhos no contexto da própria criação e educação. Tal processo aumenta a proximidade entre esses pais e seus filhos.

Paulino, Patias e Dias (2013) argumentam que um bom pai ou o pai ideal é descrito como aquele que está sempre junto com o filho. É presente na vida da criança, participa, comunica-se e demonstra cuidado e paciência com o filho. Dessa forma, contribui para a sua educação e para as formações pessoal e social. Essas atribuições estão relacionadas à convivência e à dedicação do homem para com os seus filhos. Na idade adulta, o homem também já tem formado um novo conceito de suas atribuições e isso inclui o cuidado e a presença junto aos filhos. Todavia, não se deve generalizar, pois ainda existem sociedades nas quais a função do pai permanece inalterada, quando esta é relacionada aos tempos passados. No Brasil isso vem sofrendo alterações em função das mais diversas culturas e sociedades em que as famílias brasileiras estão inseridas.

Nas sociedades modernas do mundo ocidental ou, mais precisamente, na cultura ocidental recente, o ser homem e o ser pai na sociedade e na família devem ocupar lugar de destaque nas discussões de planejamento educacional, econômico e de saúde (Freitas, et al. 2003).

Tais mudanças não devem se limitar aos espaços de transformações exteriores, mas ser incorporadas às visões de mundo e ao modo de ser no mundo. Assim, caminhar-se-á

para relações mais equitativas entre homens e mulheres, transformando a geração de pais que hoje vive no papel de filhos (Freitas, et al., 2003, p. 90).

Essas alusões estão muito presentes na vida do homem e ele entende ou deve entender que seu papel transcende a função de gerar e sustentar. Evidentemente que, na vida adulta, essas atribuições estão mais claras para o homem, ou pelo menos deveriam estar, por compreender que as mudanças ocorridas em função das transformações que ocorrem na sociedade fazem com que surjam novos estilos. O novo homem deve ser corresponsável pela inserção do seu filho na sociedade e isso passa pela formação inicial, pelo cuidar, pelo estar junto e presente na vida dos filhos. Isto é, a paternidade na atual formação social traz consigo o caráter de cuidado e companheirismo e, dessa forma, ser pai é, acima de tudo, ter a presença na vida dos filhos (Paulino, Patias & Dias, 2013).

2.3 Paternidade na velhice

A literatura sobre a paternidade na velhice não é muito ampla e, em muitos casos, pode ser encontrada com maior frequência uma inversão das funções de pais e filhos. Em linhas gerais, a terceira idade passa a ser uma faixa etária na qual os pais deve(riam) receber mais do que dar aos filhos. Além disso, há uma percepção às vezes mais distorcida sobre o ser pai na velhice, que caracteriza as pessoas idosas apenas como avós, como se não fosse possível ter acesso à paternidade.

De acordo com Vale (2013, p. 37), “quando se pensa sobre idosos nas suas relações com crianças e jovens, se estabelece essa relação que explicita o exercício da *avosidade*. Em outros termos, velho tem filho adulto, crianças e adolescentes representam netos”. Essa afirmativa também retoma o não entender que o avô só chega a essa condição porque foi e pode ser pai.

Collet e Scorsolini-Comin (2015) mostram que o ciclo de vida ajuda a compreender a própria experiência como requisito para entender cada faixa etária da vida. Além disso, reporta-se também ao fato de que a vida é feita em ciclos que se movimentam sempre para a frente e que devem estar relacionados entre si. Ou seja, não se pode renegar o futuro e, portanto, não se pode abandonar a ideia de que, nesse cenário, o ser pai é uma construção da vida que vai passando de geração para geração. Mesmo assim, é necessária a noção de que as fases da vida estão interligadas e, portanto, o ser pai na velhice não é uma linearidade da adolescência, juventude e vida adulta.

O ciclo de vida nos ajuda a pensar em possibilidades e limitações para essa experiência, embora devamos reconhecer que a qualidade do vínculo estabelecido extrapole os

aspectos etários e refira-se, de modo bastante particular, às experiências emocionais construídas em toda a vida, quer seja com o próprio pai, com a esposa ou com a rede de apoio mais próxima (Colleti & Ccorsolini-Comin, 2015, p. 384).

O trecho acima remonta a ideia de que cada etapa da vida do homem (nesse caso específico) seja uma realidade própria. No entanto, não se exclui da realidade constante do homem a função do pai, ou seja, também na velhice o homem é pai, e não apenas avô. Por outro lado, além de haver uma negação com relação à paternidade, ainda assim, em certas realidades, e, sobretudo, nas sociedades atuais, há uma negação da importância da pessoa idosa no contexto social. Em outras palavras, “a cultura de jovem é tão forte que alguns passam a negar a velhice como se pudessem escolher ser ou não ser velho” (Vale, 2013, p. 31).

Contraopondo-se a essa teoria, Azevedo (2004, p. 14) evidencia que “envelhecer é um processo natural do ser humano”. Afirmação mais propícia à compreensão sobre a importância da paternidade na vida do idoso. A principal preocupação quanto à aceitação do ser pai na idade avançada é compreender que, nessa fase da vida, há inversão de responsabilidade. Nas fases anteriores da vida são os pais que devem ter atenção pelos filhos, cuidar, educar, sustentar e induzi-los a seguir o caminho da construção de um meio social e de uma família condizente com suas experiências. Essa responsabilidade se constrói imaginando ou vivenciando as duas pontas da vida em que há vulnerabilidade: a infância e a velhice, ou seja, o “ser humano tem necessidade de atenção do outro, sobretudo nos períodos em que se vê fragilizado, vulnerável, como na infância e na velhice” (como citado em Barros, 2013, p. 12).

Retomando o texto sobre o ser pai, Freitas et al. (2003, p. 88) diz que “ser pai é, além de garantir a sobrevivência do filho, construir um aprendizado que se perpetue nos netos, bem como garantir a sua própria sobrevivência na velhice”. Dessa forma, não se extingue durante a vida adulta a função do pai. Esta perdura por toda a vida e, na fase da velhice ou terceira idade, é completada com as experiências vividas que garantem que os frutos dos seus frutos (filhos e netos) deem continuidade a função de pai com as mesmas responsabilidades que os idosos construíram ao longo da vida.

Uma das preocupações relevantes sobre o ser pai na velhice está associada à questão do abandono, ou mesmo ao simples descarte. Quer dizer, o fato de chegar na velhice implica dizer que são pessoas que não têm mais como contribuir para a sociedade. Tal como já mencionado, a cultura de juventude exclui a ideia da terceira idade e refuta a velhice (Vale, 2013), achando-se que ser velho é um estorvo e não uma consequência da própria vida. Sobre esse aspecto, o Estado passa a ter a responsabilidade de assumir, cobrar da família e da sociedade o cuidado

com os pais, para evitar o abandono, tal como retrata o texto a seguir, tirado a partir de uma realidade prática:

“O abandono talvez seja o sentimento mais cruel que o ser humano possa sentir, pois a indiferença do amor de um filho faz com que a pessoa perca o sentido da vida. A gente precisa, da valorização de um filho, de estímulo do amigo e da compreensão de um parente (N. L., 66 anos, domiciliado)” (Bonho, Merloti & Assunta, 2007)

Sobre essa realidade de abandono por parte da família, Azevedo (2004) enumera que a própria Constituição Federal de 1988 reconhece em seu art. 229 que é dever da família zelar pelos seus idosos, ao determinar que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (p. 13).

Compreende-se assim que a função do pai na velhice está mais associada a uma volta as experiências da paternidade vivências ao decorrer dos tempos para com os filhos, responsabilidades dos filhos de cuidar daqueles que, durante sua juventude e idade adulta, cuidou para que ele pudessem estar ali, crescendo, se educando e tornando-se pais capazes de crescer e construir seu próprio legado.

3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O embasamento teórico-metodológico que norteia essa pesquisa é a Teoria das Representações Sociais, que se funda na compreensão de que os sujeitos constroem a realidade a respeito de um determinado objeto social. Segundo Santos (2005), as Representações Sociais são conhecimentos produzidos a partir da construção do senso comum, de modo que sua sistematização necessita de um modelo teórico que visa compreender e explicar a construção das representações sociais de forma científica.

Tomando a paternidade como eixo problematizador desta pesquisa e compreendendo-a como construída e constituída ao longo de processos sócio-históricos, as suas respectivas representações sociais enredam características do espaço familiar e momento histórico vivido. Nesse sentido, o estudo das representações sociais a respeito da paternidade se torna relevante por sua importância de imiscuir-se no contexto familiar e sociocultural, possibilitando compreensões de práticas psicossociais.

A escolha da Teoria das Representações Sociais para compreender a paternidade em seu exercício é justamente por ela se respaldar no conhecimento do senso comum articulado às práticas cotidianas desse grupo social. Dessa forma, o interesse dessa pesquisa é compreender como esses pais passam a representar a paternidade no processo de pai para os filhos.

3.1 Breve Percorso sócio-histórico da Teoria das Representações Sociais

Em 1961, na França, Serge Moscovici publica *La psychanalyse, son image et son public*, onde formulou a Teoria das Representações Sociais. Porém, em 1976 a obra seminal de Moscovici é reeditada e reformulada numa perspectiva de caráter transdisciplinar, principalmente no bojo da Psicologia Social.

Nos seus estudos e pesquisas na década de 1950, na sociedade francesa, Moscovici objetivou, através da análise de questionários e entrevistas e dos meios de comunicação de massa da França, como tal sociedade elaborava as Representações Sociais (RS) sobre o conhecimento psicanalítico. Vale salientar que o autor não pretendia validar o arcabouço teórico da Psicanálise, mas pesquisar como o conhecimento científico é propagado e apreendido na sociedade francesa através dos processos de comunicação, e se transforma em um conhecimento do senso comum, o qual seria compartilhado pelos grupos que constitui a sociedade (Moscovici, 2012).

Através de sua pesquisa, o autor percebe que os sujeitos não falavam apenas de uma Psicanálise, mas de várias representações desse conhecimento, pois a difusão de um conhecimento não teria uma relação passiva entre o sujeito e o objeto que o indivíduo mantém

nas suas práticas sociais. O senso comum apontado por Moscovici se torna objeto de investigação científica, sendo desta forma também considerado um conhecimento que reflete o cotidiano dos sujeitos. Nesse sentido, Moscovici (1991/2012) como citado em Banchs (2011) questiona a inteligibilidade do real, o que implica numa crise no modelo de ciência até então vigente, podendo ser produzido a partir de uma epistemologia baseada nas regras formais da ciência ou numa epistemologia baseada no conhecimento cotidiano (senso comum).

Em suas pesquisas e estudos de 1961, Moscovici percebe que os participantes mais instruídos revelam que o contato com a Psicanálise foi principalmente através da leitura e estudo de livros. Mas, considera-se que, levar em conta tudo o que chamamos comumente de os 'canais de comunicação de massa' (imprensa, rádio, espetáculos), esses contribuem significativamente para a difusão da psicanálise em população cuja atividade principal não é intelectual e tem um nível de instrução menor. (Moscovici, 2012, p.409).

Para Moscovici (2007) as Representações Sociais são construídas em parte pelas crenças, tendo estas o poder de possibilitar a propagação de ideias e o conhecimento que foi fundamentado na verdade socialmente compartilhada. As representações sociais preparam o sujeito para a ação, pois elas conduzem o comportamento das pessoas. O autor afirma que as RS interagem com o pensamento simbólico e a vida mental dos sujeitos que pressupõem a construção da linguagem, sustentadas pela influência social da comunicação, o que as tornam senso comum. Neste sentido, “elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos que elas constituem a realidade de nossas vidas cotidianas” (Moscovici, 2007, p. 08).

Dessa forma, as RS servem também como meio para instituir associações necessárias com as quais se estabelecem ligações entre as pessoas. Elas circulam, se cruzam e se modificam constantemente através do processo comunicativo. De acordo com Jodelet (2001), as RS seriam uma modalidade com característica de um conhecimento particular, com a função de organizar comportamentos e a troca de informações entre os sujeitos. A partir dessas considerações, Jovchelovitch (2008) ressalta que Moscovici formulou sua ideia de RS do conceito de Representações Coletivas (RC) de Durkheim.

A concepção desse sociólogo era que as RC eram construídas pelo ambiente externo e impostas ao sujeito, além de apresentarem estabilidade ao longo do tempo. De acordo com a autora, as RC são “enquadres para o pensamento e ação compartilhados de forma homogênea por uma comunidade. Elas compreendem as ideias, as emoções, os rituais e os costumes que os indivíduos carregam e desempenham, mas sobre os quais eles têm pouco controle” (Jovchelovitch, 2008, p.159). Dessa forma, as RC garantem a coesão e vinculação grupal

objetivando “as diferenças internas, e constituem um recurso de preservação e sobrevivência de identidade e modos de vida” (Jovchelovitch, 2008, pp. 159-160).

Vale ressaltar que Durkheim defendeu a ideia de uma autonomia científica para a Sociologia. Neste caso, para que esse projeto fosse viável, foi proposto que as RC fossem divididas entre duas instâncias: individual e coletiva. Nessa perspectiva, para ele, a primeira instância seria objeto da Psicologia e a segunda da Sociologia. No entanto, Moscovici amplia este conceito conforme o seu pensamento de que a história entre os sujeitos e os grupos sociais, embora se trate de um fato social, não é estável, homogêneo e fragmentado, como preconiza as RC de Durkheim, mas um processo sócio-histórico por meio da construção de um processo psicossocial.

A diferença que Moscovici (2012) apresenta entre as RC e as RS não é só a troca de palavras entre coletivas e sociais, mas, ao adotar o termo social, ele enfatiza no caráter dinâmico das representações, ao contrário da RC de Durkheim que evidencia um caráter fixo e estático. Dessa forma, as Representações Sociais são definidas por Moscovici como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (2012, pp. 28-29).

Nesse advento da obra e pesquisa de Moscovici, em 1961 emerge uma nova perspectiva de um campo que se introduz na Psicologia Social. Farr (1998) apresenta a distinção entre estes dois campos: uma "psicologia social psicológica", em que o sujeito seria o objeto de análise e o social teria um papel secundário contextual e uma "psicologia social sociológica", na qual o centro de estudos seria a interação social. A perspectiva “Moscoviciana” seria a segunda. O autor salienta que a pesquisa de 1961 centra a representação social como o objeto da Psicologia Social por seu caráter psicossocial. Nesse sentido, Moscovici percebe em seus estudos e pesquisas que a sociedade está em constante metamorfose, resalta as características da construção dos sentidos compartilhados socialmente, evidenciando que a visão sobre o sujeito não é estática, fixa e fragmentada, pois ele é ativo na construção da realidade através dos processos interativos. É importante salientar que as representações sociais estão imbricadas num processo interativo entre a micro e a macroestrutura.

De acordo com Santos (2005), é fundamental esclarecer a expressão "representações sociais" que é utilizada na Psicologia Social, pois ao referir-se a este termo concomitantemente relacionamos à teoria e ao objeto. Então:

Falar em representações sociais é remeter-se ao conhecimento produzido no senso comum. Porém, não a todo e qualquer conhecimento, mas a uma forma de conhecimento compartilhado, articulado, que se constitui em uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais. Por sua vez, falar na teoria das representações sociais é referir-se a um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção desse conhecimento leigo, dessas teorias do senso comum (p.21).

Portanto, as RS são um conhecimento inerente, produzido socialmente e compartilhado pelos sujeitos, que constituiriam o senso comum, sendo o objeto teórico das Representações Sociais que, por sua vez, estuda “um conjunto de conceitos articulados que buscam explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social” (Jovchelovitch, 2008, p.86). Ressalte-se que Moscovici alertava que o conhecimento científico e o senso comum são conhecimentos complementares. Nesse caso, há uma distinção entre tais conhecimentos: em que o conhecimento científico é definido como especializado, "é construído a partir de passos formalmente delimitados e tem como função principal conhecer a natureza e dominá-la" (Santos, 2005, p.21), já o conhecimento do senso comum tem como característica principal a experiência. Na perspectiva da TRS, “o senso comum é elaborado a partir de processos de objetivação e ancoragem (melhor explicado, adiante) segue uma lógica natural, e tem como funções orientar condutas, possibilitar a comunicação e explicar a realidade" (p.21).

Dessa forma, conforme Almeida (2005), a Teoria das Representações Sociais vai além de ser um modelo teórico. Visa entender como os grupos constroem um conjunto de conhecimentos que são classificados e hierarquizados, e conduzem comportamentos sociais. Segundo a autora, é necessário não só conhecer o conteúdo das representações sociais, mas buscar compreender como as pessoas pensam, sentem e agem nos grupos e em sociedade, e como tais processos se organizam e se estruturam. A seguir ver-se-á como são construídas as Representações Sociais.

3.2 A construção da Representação Social: ancoragem e objetivação

A construção das Representações Sociais possui dois processos fundamentais denominados ancoragem e objetivação, produzidos a partir das experiências anteriores do indivíduo, de acordo com as vivências do presente e com fatores do contexto em que o sujeito

está inserido como a cultura, a religião e os grupos sociais a que está vinculado. De acordo com Sá (2007), estes dois processos teriam como função primordial fazer conhecido ou familiar objetos sociais desconhecidos ou não familiares ao sujeito.

Assim, Santos (2005) distingue os dois processos, em que a objetivação seria um processo que torna familiar o que era não familiar ao sujeito, concretizando o que era abstrato e, além disso, mudar uma ideia em imagem e, por sua vez, a ancoragem seria inserir no pensamento já existente um objeto social compartilhado em sociedade.

Vale lembrar que, a partir dessas perspectivas, os sentidos compartilhados pelos sujeitos nas Representações Sociais são produzidos por meio dos processos psicossociais do real, que são intermediados por classificações cujas construções são fundamentadas em transformações sócio-históricas e subjetivamente constituídas, e tal feito é denotado como uma forma de conhecimento. Contudo, o tornar familiar um objeto social entende-se como um processo da ancoragem e objetivação, em que o desconhecido se torna conhecido. A objetivação que vai tornar o objeto desconhecido em familiar, além de concretizar aquilo que era abstrato da realidade social, transforma um conceito em uma imagem ou núcleo figurativo. De acordo com o autor, “a objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então diante de nossos olhos, física e acessível” (Moscovici, 2007, p. 71).

Segundo Santos (2005), a objetivação possui três movimentos: 1) A seleção e a descontextualização que se constitui na retenção de informações consideradas importantes para aquele sujeito a partir do conhecimento prévio, valores culturais, religiosos, tradições e experiências; 2) A formação de um núcleo figurativo é um modelo, um núcleo do imaginário através da transformação do conceito do objeto social; 3) A naturalização dos elementos, que são construídos e identificados socialmente como elementos da realidade do objeto.

A ancoragem se caracteriza pela inclusão do objeto na rede de pensamentos já existentes socialmente, o que vai implicar no estabelecimento de um sistema de significações em torno do objeto social. Portanto, ancorar é classificar e nomear um objeto social, imaginado e representado nas práticas sociais. Moscovici (2007) definiu ancoragem como um “processo que transforma algo em estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos a ser apropriada” (p. 61).

A ancoragem requer três movimentos: 1) Atribuição de sentido, que é o aprofundamento de uma representação que se insere na rede de significados hierarquizados e juntos, através de

conhecimentos e valores culturais preexistentes. 2) A Instrumentalização do saber, com a possibilidade de atribuir um valor funcional para a representação, e uma referência que possibilita a tradução e o entendimento das relações sociais. 3) O Enraizamento no sistema de pensamento, que consiste em novas representações que se inserem no sistema de pensamento preexistentes, torna o novo familiar e transforma o saber já adquirido.

Para Moscovici (2007, p. 66) “Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura”. Todavia, Farr (1998) argumenta que em qualquer sociedade existem posições diferentes, sem sentido, emergindo novas representações (formas de construções coletivas). Nesse caso, as sociedades necessitam instituir a ordem, criam representações para converter o não familiar em familiar. A partir do processo de construção das Representações Sociais através da ancoragem e objetivação, a seguir, serão expostas as funções de tais construtos.

3.3 As funções das Representações Sociais no cotidiano

Todo conhecimento em sua construção tem funções que o delimitam e, ao mesmo tempo, ampliam a sua dimensão na realidade. Na Representação Social não é diferente. De acordo com Menandro, Trindade e Almeida (2010) e Santos (2005), as funções das Representações Sociais fundamentam a dinâmica da vida cotidiana e as práticas e relações sociais. As funções são as seguintes: a função do saber e a função de orientação formulada por Moscovici (2009). Além dessas duas funções, Abric em 1994 amplia com a função identitária e justificadora das Representações Sociais.

Dessa forma, será explanada cada função de forma breve: 1) A função do saber: nesta, as Representações Sociais explicam e integram através dos processos comunicativos, compreendem e dão sentido às práticas sociais e à realidade dos sujeitos. 2) A função de orientação: aqui, as Representações Sociais são consideradas orientadoras de comportamentos e geradoras das práticas sociais, levando os sujeitos a refletirem suas ações de acordo com o contexto no qual eles estão inseridos e como eles representam a realidade social. 3) A função identitária: as Representações Sociais compartilhadas definem um grupo, o que o diferencia de outros grupos sociais e possibilita uma identidade grupal, pela qual os sujeitos que compartilham tal representação têm um sentimento de pertença. 4) A função justificadora: as Representações Sociais servem como balizadoras e legitimam as práticas sociais dos sujeitos. O que percebemos em comum nas funções é que todas têm como objetivo o equilíbrio entre o indivíduo e os grupos sociais em que ele está inserido, pois as RS são utilizadas como

ferramentas de proteção e defesa quando os sujeitos são confrontados com situações que não lhe são familiares.

3.4 Teoria das Representações Sociais: a Teoria sobre o Senso Comum

De acordo com Jovchelovitch (2008), no início do século XX, a comunidade científica, principalmente os cientistas sociais, questionaram e refletiram sobre as diversas formas da produção racional do conhecimento. A perspectiva dos estudos e pesquisas de Moscovici surge nesse cerne de reflexões e transformações da produção do saber. A partir de tais questões, duas prerrogativas se afirmam nessa discussão: numa primeira perspectiva os cientistas tentavam agrupar os pressupostos da evolução linear do pensamento, ou seja, pressupõe a construção do pensamento como portadora de uma linearidade natural, na qual se inicia um raciocínio pré-lógico fragmentado e passa a um raciocínio lógico.

Desta forma, o conhecimento era produzido e imbricado com as questões emocionais e relacionais que punham em perigo a construção racional do saber, considerados como uma distorção, desvio, irracionalidade do conhecimento. Nesse caso, o conhecimento deveria ser excluído da subjetividade, considerada irracional. Já a segunda prerrogativa, diz respeito à evidência de que os povos possuem diversas formas de pensar, principalmente a diferença entre os povos ocidentais e os orientais. Tais diferenças fazem surgir questões sobre os costumes, os processos culturais, as várias formas de viver e a economia.

Diante de tais questionamentos, Moscovici (2012) recorre a estudos e pesquisas que irão refletir numa nova forma de vislumbrar o conhecimento. Ele forja o conceito de representações sociais como explicação de como a produção do senso comum se torna um produto para o conhecimento científico. Nesse sentido, para Moscovici, o saber do senso comum não se opõe ao saber científico. As representações sociais são definidas pelos estudiosos como uma forma de saber, que é elaborada socialmente e compartilhada, são forjadas a partir de uma perspectiva prática, que concerne à construção de uma realidade em comum para determinados grupos sociais (Moscovici, 2012; Santos, 2005 & Jodelet, 1989).

Além dessa definição, ela é conhecida também como o conhecimento do senso comum, natural, diferente do conhecimento científico, porém, considerado importante na construção da vida social e, desta forma, foco de pesquisas e estudos. O senso comum é produzido a partir de um sistema de crenças que os indivíduos compartilham entre si, de acordo com uma perspectiva psicossocial.

Conforme Moscovici (2012) e Santos (2005), conhecimento científico se caracteriza como um saber especializado, construído individualmente, que leva o sujeito a interpretar a

realidade de acordo com critérios delimitados pelo saber científico, cuja função central é conhecer a natureza e dominá-la. Em relação ao conhecimento do senso comum, é transmitido transgeracionalmente através dos processos comunicativos e culturais entre os indivíduos e grupos nas práticas sociais. Não é um conhecimento formulado, mas vivenciado de maneira relacional com o outro, sem “muito esforço individual e sem muita mudança cognoscível” (Marková, 2006, p.191). O conhecimento do senso comum que se traduz na cultura, na forma de viver das pessoas, nos valores e no comportamento é que “orienta o ser humano através da vida” (p.196).

Dessa forma, na Teoria das Representações Sociais a produção do conhecimento do senso comum é de suma importância e se torna tão válida quanto o conhecimento científico. É através de tal conhecimento que construímos um conjunto de relações “intercoordenadas que produzem fenômenos como a comunicação e o diálogo, as identidades sociais, a memória social, a vida pública e, ligado a todos estes, os saberes sociais” (Jovchelovitch, 2008, p.121).

Ainda de acordo com a autora, a Teoria das Representações Sociais tem como foco estudar as teorias do senso comum, por ser um conhecimento compartilhado por quem pertence a um determinado grupo social que a designa como “um espaço intermediário que nos oferece os recursos simbólicos e materiais para a vivência da dialética entre o sujeito singular e o mundo social” (p.127).

Todavia, se nos aproximarmos de tais grupos nos quais as pessoas estão inseridas iremos conhecer e compreender a sua construção identitária, saberes e conflitos compartilhados. Jovchelovitch (2008) afirma que os conhecimentos do senso comum se tornam instrumentos e referenciais, por meio dos quais deles os indivíduos produzem significados compartilhados, teorizam sobre a vida e desenvolvem práticas sociais para lidar com o cotidiano. Portanto, a Teoria das Representações Sociais tem como principal foco compreender como os grupos sociais constroem representações em relação a si mesmos e acerca o mundo. Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais corrobora a ideia disseminada nessa pesquisa, uma vez que aborda, como já mencionado no início deste Capítulo, a prerrogativa do senso comum sobre os temas sociais, estando também inseridos nesses temas (sociais) a questão das práticas cotidianas dos pais em relação aos filhos e a sua representação de paternidade em sentido amplo.

3.5 As três abordagens na Teoria das Representações Sociais

Os estudos e pesquisas de Moscovici na década de 1960 foram acompanhados por seus colaboradores Jean-Claude Abric, Willem Doise e Denise Jodelet no Laboratório de Psicologia Social dirigido por ele na França. A partir das pesquisas, seus colaboradores criaram diversas

formas de investigar as representações sociais. Eles perceberam a riqueza e profundidade da TRS. Porém, cada um com uma perspectiva diferente de abordar os fenômenos de tais representações. É pertinente ressaltar que cada um contribuiu para investigar de forma diferente, além de serem complementares e impulsionarem o desenvolvimento e ampliação dessas Teorias.

Na abordagem culturalista formulada por Denise Jodelet, as representações sociais são utilizadas como um recurso teórico, com o objetivo de investigar as práticas cotidianas dos sujeitos inseridos na sua dimensão social. A corrente culturalista compreende as representações como um estudo "dos processos e dos produtos, por meio dos quais os indivíduos e os grupos constroem e interpretam seu mundo e sua vida, permitindo a integração das dimensões sociais e culturais com a história" (Jodelet, 2001, p.10). Nessa perspectiva, é evidenciada a ligação entre os processos culturais e sociais que articulam a construção do pensamento coletivo. Assim, as representações sociais são consideradas um instrumento para "enfocar o jogo da cultura e de suas especificidades históricas, regionais, institucionais e organizacionais, sem cair em um particularismo daninho ao intercâmbio e à cooperação" (Jodelet, 2000, p.11).

Denise Jodelet é apontada (Almeida, 2005 & Sá, 1998) como a responsável por continuar a proposta original teórica de Moscovici. A iniciativa dela possibilitou a organização e propagação da teoria. De acordo com Almeida (2005), Denise Jodelet evidenciou a necessidade do estudo das Representações Sociais, que primam por quatro fatores fundamentais. São estes: a) apreensão dos discursos que sustentam a representação de dado objeto; b) compreensão dos comportamentos e práticas sociais relacionados às representações; c) análise de documentos e registros que institucionalizam os discursos, os comportamentos e as práticas sociais; e d) a análise também dos discursos difundidos pela mídia que exercem influência tanto na manutenção de RS quanto na sua transformação.

Na abordagem societal criada por Willem Doise, a proposta é a articulação entre a explicação individual a partir da perspectiva societal. Ela estuda as formas de funcionamento entre o indivíduo e a sociedade onde está inserido. De acordo com Doise (2002), os comportamentos dos sujeitos são formulados por processos que possibilitam viver em sociedade, conforme as dinâmicas, as interações, os valores e as crenças que orientam os indivíduos nas práticas diárias. Nessa abordagem, Doise (2002) propõe quatro níveis de análise, da mesma forma que a Psicologia Social também se utiliza.

No primeiro nível, o objetivo dos estudos são os processos intraindividuais e foca como os sujeitos formam suas experiências conforme o contexto em que estão inseridos. Já no segundo nível, o foco é nos processos interindividuais e situacionais para explicar a partir dos

sistemas interativos das dinâmicas sociais. No terceiro nível, são remetidas as diversas posições que os sujeitos desempenham e ocupam nas práticas sociais, as particularidades de determinadas sociedades e as analisa, de acordo com as posições dos indivíduos, que interferem nos processos do primeiro e segundo níveis. No quarto e último nível, são levados em conta os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais. Essas proposições são centradas nos processos culturais e de ideologia característicos dos grupos e das sociedades que, por sua vez, fornecem significados às práticas sociais dos indivíduos e formulam e servem de suporte às diferenças em consonância com as normas primárias.

No subitem a seguir, será explanada a abordagem do núcleo central ou estrutural de Jean-Claude Abric, por se tratar da perspectiva teórico-metodológica que será adotada na pesquisa.

3.6 A abordagem do núcleo central ou estrutural

A abordagem da Teoria do Núcleo Central surgiu em 1976, baseada na tese de Jean-Claude Abric, orientada por Serge Moscovici, com o título *Jeux, conflits e et représentations sociales*. Nesse estudo, ele apresenta como hipótese explicativa que as representações sociais se organizam internamente, através de uma representação que apresenta uma modalidade particular, específica: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas ainda, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação sua significação (Abric, 1994, p. 19).

De acordo com Sá (1998), a Teoria do Núcleo Central complementa a Teoria das Representações Sociais e foca nos conteúdos cognitivos das representações. Conforme Abric (1998), as representações sociais são um sistema conjuntural que se organiza em torno das “informações, crenças, opiniões e de atitudes, ela constitui um sistema sociocognitivo particular composto de dois subsistemas em interação: um sistema central e um sistema periférico” (p. 2). Por esse ângulo, toda representação social se estrutura em volta de um núcleo, o qual funda a representação a partir dos conteúdos cognitivos e determinam sua organização e significação internas.

O sistema do núcleo central possui características de certa rigidez, consensual, estáveis, coerentes e definidos numa perspectiva sócio-histórica, sua importância é vital, pois sua ausência aniquilaria ou transformaria o significado da representação social. Além desses elementos, ele certifica três funções fundamentais. É o núcleo central que determina: 1) a significação da representação (função geradora); 2) sua organização interna (função organizadora); e 3) sua estabilidade (função estabilizadora) (Abric, 1998). Já o sistema

periférico possui uma relação direta com o núcleo, desempenha a função de organizar a representação social de acordo com as práticas cotidianas ligadas ao objeto social, ele é a parte mais acessível e mais viva da representação social. Neste sistema, as características que o compõem são instáveis e maleáveis a depender das variações contextuais.

De acordo com Abric (1998), este sistema possui cinco funções essenciais na estruturação das representações sociais, que são: 1) concretização: é na periferia que a representação se formula (se fala) em termos concretos, ancorados na realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis; 2) regulação: permite o ajuste da representação às evoluções do contexto, pela integração dos elementos novos e pela modificação de certos elementos, em função da transformação da situação; 3) prescrição dos comportamentos: os elementos periféricos funcionam como esquemas, organizados pelo núcleo central “assegurando de modo instantâneo o funcionamento da representação como grade de decodificação de uma situação” (Flament, 1989, p. 209), definindo, assim, o que é normal de dizer ou de fazer, numa situação dada, levando em conta a significação e a finalidade da situação. Eles guiam a ação de maneira instantânea; 4) proteção do núcleo central: o sistema periférico constitui o sistema de defesa da representação. Ele permite absorver, levar em conta os elementos novos e contraditórios com o núcleo sem, entretanto, pôr em questão a representação, e isto se dá graças a processos cognitivos clássicos (interpretações defensivas, dicotomização etc.) ou próprios para o funcionamento das representações sociais (como o são os “esquemas estranhos” postos em evidência por C. Flament); e 5) modulações personalizadas: o sistema periférico permite, enfim, uma diferenciação do conteúdo da representação em função do vivido e das características individuais. Ele torna possíveis as modulações pessoais em relação a um núcleo comum, chamados de representações sociais individualizadas (p. 03).

Conforme Almeida (2005), as representações sociais, no que concernem às características centrais e periféricas são “ao mesmo tempo, estável e instável, rígida e flexível; é tanto consensual como marcada por fortes diferenças interindividuais” (p. 132). Vale salientar que a Teoria do Núcleo Central ou Abordagem Estrutural amplia e contribui na compreensão e explicação das representações sociais a partir de seu processo de transformação. Além disso, demonstra que a mudança das representações sociais se daria de acordo com as transformações das características do núcleo central – os quais lhe conferem significados (Almeida, 2005 & Sá, 1998).

Para acontecer tais transformações nas representações, Abric (1994) aponta três possíveis fases de transformação. As transformações resistentes acontecem quando “novas práticas contraditórias podem ainda ser geridas pelo sistema periférico e pelos mecanismos

clássicos de defesa: interpretação e justificações *ad hoc*, racionalizações, referência às normas externas da representação etc.” (p. 82).

Os elementos não entram em conflito com o núcleo central, as transformações ficam apenas no sistema periférico. Já nas transformações progressivas as novas práticas sociais dos sujeitos não são totalmente contrárias aos do núcleo central. Elas vão progressivamente se integrando às representações do núcleo central, e será constituído um novo núcleo central, uma nova representação será estruturada. Por fim, nas transformações brutais, as novas práticas sociais põem em questão o significado do núcleo central das representações, que impossibilitam recorrer aos mecanismos de defesa. Dessa forma, “a importância destas novas práticas, sua permanência e seu caráter irreversível desencadeiam uma transformação direta e completa do núcleo central e, portanto, de toda representação” (p. 84).

Além da contribuição na construção e ampliação da Teoria das Representações Sociais, Abric (2003) propõe processos metodológicos para serem utilizados nas pesquisas e estudos dessas Representações. Uma forma de ter acesso às RS é através do método de Associação Livre, pelo qual o sujeito enuncia livremente suas ideias, pensamentos e sentimentos. De acordo com o autor, não se julga importante neste método a ordem evocada em que o sujeito profere as palavras, devido aos conteúdos relevantes emergirem depois de ser estabelecida uma relação confiável, minimizando os mecanismos de defesa do participante. Desta forma, o autor reformulou sua ideia inicial e considerou relevante a ordem de importância das palavras, cujo próprio indivíduo estabelece a hierarquia das palavras.

A aplicação dos questionários de associação livre é realizada em duas etapas: na primeira, solicita-se que os sujeitos expressem a partir de palavras, frases ou imagens indutoras as palavras que lhes vêm à mente. Logo em seguida, os participantes são orientados a hierarquizar as palavras proferidas, de acordo com a importância que o sujeito atribui ao objeto estudado. De acordo com Abric (1994), a identificação do núcleo central da representação parece ser realizável através de um conjunto de técnicas, cuja utilização é recente e que repousem todas sobre um mesmo princípio: solicitar ao sujeito que ele mesmo efetue sobre sua própria produção um trabalho cognitivo de análise, de comparação e de hierarquização (p. 71).

Na análise do núcleo central do presente trabalho, observou-se basicamente os sinônimos ligados ao objeto de pesquisa, sendo os elementos que melhor particularizam o objeto pesquisado. Já na primeira periferia, aparecem os elementos mais importantes no campo da representação, na segunda periferia observou-se elementos de menos importância e menos presente na estrutura das representações. Os elementos contrastantes fazem referência aos poucos temas proferidos pelos participantes, porém são também considerados importantes.

A perspectiva teórica do núcleo central proposta por Abric (1994) leva a concluir que os estudos de uma representação social não devem se limitar só à identificação do seu conteúdo. Deve, contudo, integrar os estudos de sua estrutura e organização interna. Conforme Almeida (2005), vale salientar que as três abordagens explicitadas anteriormente advindas da Teoria das Representações Sociais são independentes, porém, ao mesmo tempo, complementares. Embora cada uma delimite suas diferenças e convergências, o que não provocou dissidência na Teoria das Representações Sociais formulada por Serge Moscovici. Após a discussão sobre as RS, será feita agora a discussão metodológica propriamente dita.

4 A Construção Metodológica

O planejamento da pesquisa teve como cunho principal um estudo quali-quantitativo baseado na perspectiva da Teoria das Representações Sociais. No paradigma qualitativo, de acordo com Minayo e Sanches (1993), utilizou-se um processo que descreve, compreende e explica os fenômenos que possibilitam a análise das práticas sociais com eficiência na compreensão da generalização e da particularização. Ainda de acordo os autores, “desta forma, uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes” (p. 246). Nesse sentido, a abordagem qualitativa possibilita a compreensão dos fenômenos psicológicos e sociais, de acordo com a visão dos participantes implicados na situação pesquisada.

Jodelet (2005) evidencia que a utilização de técnicas e instrumentos de análise de origem quali-quantitativa, em que as pesquisas fundamentadas na Teoria das Representações Sociais possuem características plurimetodológicas, essa abordagem teórica não privilegia um modelo específico na adoção de um método de pesquisa, o que amplia consideravelmente a compreensão do fenômeno estudado. O que baseia tal posicionamento teórico-metodológico da TRS é a possibilidade de favorecer ao objeto pesquisado as particularidades de o fenômeno indicar como adequar melhor as escolhas das técnicas e métodos da pesquisa.

De acordo com Minayo e Sanches (1993) a pesquisa quantitativa se caracteriza por ter amostras grandes e que são consideradas representativas daquela amostra pesquisada se fundamenta na objetividade, e que a realidade do objeto pesquisado deve ser compreendida com suporte de análise de dados através de instrumentos técnico-científicos e padronizados. Em relação aos aspectos quantitativos da pesquisa, o objetivo foi de complementaridade em que é possível utilizar a “linguagem matemática para descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações” (Minayo e Sanches, 1993, p. 241).

4.1 Tipo da Amostra

A seleção da amostra foi realizada, inicialmente, utilizando os prontuários (no caso da saúde) arquivados para levantar e coletar dados e informações sobre os possíveis participantes. Esse procedimento foi de extrema importância, pois os homens são muito resistentes para se dirigirem às Unidades Básicas de Saúde. Os dados coletados nos prontuários dizem respeito aos dados gerais (nome, endereço, cidade, estado, filiação, estado civil, quantidade de filhos etc.) e informações mais específicas, como o estado de saúde. Vale ressaltar que no setor de

arquivo existem (em média) 1.000 (mil) prontuários. O setor não era informatizado, o que gerou a necessidade de verificar (no arquivo) pasta por pasta.

No início, houve ajuda de um auxiliar administrativo. Porém, dadas as mudanças no setor, o levantamento passou a ser feito pelo autor da pesquisa. Esse processo consumiu bastante tempo, devido às frequentes desistências dos usuários. A partir de todas as informações e dados coletados, pôde-se traçar um perfil desses homens-pais, além de ajudar a localizá-los nas comunidades e, assim, convidá-los para uma possível participação na pesquisa.

No segundo momento, esses pais foram acessados através da Rede de Assistência Social e da Rede de Saúde, ambas pertencentes à Prefeitura da cidade de Petrolina. Os participantes foram abordados através dos programas oferecidos. Alguns deles também foram indicados pelos agentes de saúde como possíveis participantes para a coleta de dados, de acordo com os requisitos da pesquisa. Além dessa estratégia, foi utilizada a técnica de snow-ball – bola de neve, em que os pais participantes indicaram outros de seus respectivos círculos sociais.

4.2 A inserção no campo

A inserção no campo da pesquisa aconteceu no mês de dezembro de 2016, precisamente no dia 15, após o Comitê de Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF aprovar o referido projeto. Inicialmente, procurou-se as Secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social e Cidadania, ambas no município de Petrolina, com objetivo de coletar informações que pudessem contribuir na estruturação e operacionalização. Essa abordagem durou cerca de 1 (um) mês para que as secretarias liberarem o acesso aos equipamentos, e tudo estivesse de acordo com as informações e os requisitos documentais para a realização do trabalho de campo. A partir das informações expostas pelos funcionários e técnicos dos equipamentos, fomos direcionados para a psicóloga do Serviço Psicossocial de ambas secretarias, a qual informou que o serviço possuía trabalhos em grupo. Isto facilitou o acesso aos sujeitos que participariam da pesquisa.

A partir daí o Serviço Psicossocial dos equipamentos, autorizou o pesquisador a frequentar os integrantes durante os dias que havia trabalho em grupo. Ao chegar ao Centro de Referência Social, num bairro da periferia de Petrolina, percebeu-se que os grupos tinham poucos homens participantes. Porém, houve êxito na inserção ao ser solicitado aos homens-pais que estavam no grupo que indicassem outros, o que configurou na técnica do snow-ball (bola de neve). Já em relação ao Serviço Psicossocial da Saúde, houve dificuldades no que se refere ao acesso aos homens-pais. No entanto, essas dificuldades foram superadas após a coordenação

da Unidade Básica de Saúde da Família orientar a acompanhar os agentes de saúde, podendo assim, identificar nos prontuários os possíveis sujeitos que se adaptavam ao perfil da pesquisa.

4.3 Participantes da Pesquisa

O estudo contou com um total de 62 participantes homens-pais, moradores da região do Vale do São Francisco, que residem nas cidades de Petrolina e Juazeiro, nos estados de Pernambuco e da Bahia, respectivamente. A delimitação do número de participantes se baseou no critério relacionado a uso do software EVOC, pois, de acordo com Santos (2011), há uma delimitação de, no mínimo, 60 participantes para usar esse software. O intuito era ter 20 participantes de cada geração (bisavô, avô e pai), contudo, não foi possível atingir o número necessário de bisavôs, gerando uma diferença no número de cada parte, assim a pesquisa foi realizada com 30 pais, 23 avôs e 9 bisavôs. A tabela a seguir apresenta as informações gerais sobre os referidos participantes de forma geral.

Tabela 1.0
Dados Sociodemográficos Gerais

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS		f	%
IDADE	10 – 29 anos	04	06,45
	30 – 49 anos	24	38,70
	50 – 79 anos	24	38,70
	80 – 99 anos	10	16,12
ESCOLARIDADE	Ens. Fund. I Incompleto	15	24,19
	Ens. Fund. I Completo	13	20,96
	Ens. Fund. II Incompleto	04	06,45
	Ens. Fund. II Completo	04	06,45
	Ens. Médio Incompleto	00	00,00
	Ens. Médio Completo	07	11,29
	Ens. Superior Incompleto	03	04,83
	Ens. Superior Completo	07	11,29
	Especialização	08	12,90
	Mestrado	01	01,61
	Doutorado	00	00,00
	Pós- doutorado	00	00,00
ESTADO CIVIL	Solteiro	02	03,22
	Casado	43	69,35
	Separado	06	09,67
	Viúvo	11	17,74
NÚMERO DE FILHOS	01 – 03 filhos	38	61,29
	04 – 05 filhos	17	27,41
	07 – 09 filhos	04	06,45
	10 – 12 filhos	02	03,22
	13 – 15 filhos	01	01,61
IDADE DOS FILHOS	00 – 15 anos	21	33,87
	16 – 31 anos	18	29,03
	32 – 47 anos	09	15,50
	48 – 63 anos	11	17,74
	64 – 79 anos	03	04,83
SEXO DOS FILHOS	Masculino	38	61,29
	Feminino	24	38,70

Nota: dados elaborados pelo pesquisador

Conforme observado na tabela geral, em relação à faixa etária dos pais, a prevalência foi dos 32 aos 42 anos de idade, o que representa 43,33% dos participantes. Com relação aos avôs, a prevalência da faixa etária é entre 62 – 72 anos, somando-se 43,47%. Por fim, 66,66% dos bisavôs ficam entre 75 e 85 anos de idade.

A tabela geral demonstra que, no quesito escolaridade dos pais, variou graduação 26,66% e pós-graduação 26,66% o que juntos totalizaram 53,32% dos mesmos com nível superior. Já nos avôs, variou entre ensino fundamental incompleto e especialização, porém, prevaleceu na faixa entre ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo I perfazendo uma porcentagem de 45,15% no total dos participantes. Em relação aos bisavôs, prevaleceu a escolaridade do ensino fundamental I completo, representando 55,5%, do total dos integrantes dessa faixa. Em relação ao estado civil de todos os participantes (pai, avô e bisavôs), 69,35% responderam que são casados, ou vivem em união estável. No que se refere à atividade laboral dos mesmos, a maioria tem baixa escolaridade, o que pode refletir na ocupação das atividades profissionais que exercem no mundo do trabalho.

Tais fatos refletem em baixa remuneração e, por vezes, estão à margem do mercado de trabalho. Nesse caso, a maioria dos pais pesquisados informaram estarem trabalhando como autônomos, e isso resultou em 20,96% da maioria dos participantes. Entre o percentual de autônomos, 16,12% afirmaram possuir a profissão a de professor, o que gera contraste com a informação anterior. De acordo com a tabela geral, em relação a autônomo, muitos sujeitos se denominam agricultores e trabalham na zona rural das cidades onde moram. No entanto, grande parte dos sujeitos está incluída numa faixa salarial de acordo com a atividade laboral entre 01 e 02 salários mínimos.

Na tabela que apresenta os dados sociodemográficos gerais, no que se refere a quantidade de filhos dos participantes, variou entre 01 e 15 filhos. No entanto, o número de pais que têm entre 01 e 06 filhos resulta no total de 88,7% dos pesquisados. Alguns filhos são frutos de mais de uma relação com mulheres diferentes. Para a pesquisa, a informação relevante era que os participantes fossem homens-pais. Essa questão possibilitou a compreensão do processo de construção da representação social da paternidade no contexto sociocultural do sertão. Só assim foi possível compreender melhor como o próprio sujeito representa o exercício de sua paternidade no contexto em que está inserido. Quanto aos filhos, não se delimitou a idade devido esse dado não ser um fator determinante para a pesquisa. No tópico sexo da tabela geral, os participantes têm mais filhos do sexo masculino (61%) do que do sexo feminino (39%).

A tabela a seguir apresenta as informações sobre os participantes da pesquisa, em relação aos dados sociodemográficos específicos para se ter uma visão entre a diferença dos dados numa perspectiva intergeracional.

Tabela 2.0

Dados Sociodemográficos específicos:

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	PAI		AVO		BISAVO	
		%		%		%
IDADE	10-20 anos	02 06,66	40-50anos	06 26,00	53-63 anos	01 11,11
	21-31 anos	03 10,00	51-61anos	07 30,43	64-74 anos	01 11,11
	32-42anos	13 43,33	62-72 anos	10 43,47	75-85anos	06 66,66
	43-53anos	06 20,00			86-96anos	01 11,11
	54-64anos	05 16,66				
	65-75anos	01 03,33				
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental	09 30,00	Ensino Fundamental	17 73,91	Ens. Fund. I Incompleto	04 44,44
	Ensino Médio	05 16,66	Ensino Médio	02 08,69	Ens. Fund. I Completo	05 55,55
	Ensino Superior	08 26,66	Ensino Superior	01 04,34		
	Pós-graduação	08 26,66	Pós-graduação	03 13,04		
Estado Civil	Solteiro	01 03,33	Solteiro	01 04,34	Casado	05 55,55
	Casado	21 70,00	Casado	17 73,91	Separado	01 11,11
	Separado	02 6,66	Separado	03 13,04	Viuvo	03 33,33
	Vive com companheira	06 20,00	Vive com companheira	06 26,00		
Quantidade de filhos	01-02 filhos	22 73,33	01-03 filhos	13 56,52	01-03 filhos	03 33,33
	03-05 filhos	06 20,00	04-06 filhos	08 34,78	04-05 filhos	05 55,55
	06-09 filhos	02 06,66	07-09 filhos	02 08,69	07-09 filhos	00 00,00
Faixa etária	00-10 anos	11 36,66	20-30 anos	23 23,71	00-15 anos	06 11,76
	11-21 anos	21 70,00	31-41 anos	46 47,42	16-31 anos	20 39,21
	22-32 anos	07 23,33	33-43 anos	18 18,55	32-47 anos	18 35,29
	33-43 anos	05 16,66	44-54 anos	13 13,40	48-63 anos	05 09,80
					64-79 anos	02 03,92

Nota: dados elaborados pelo pesquisador.

Como observado na tabela acima, em relação à idade, os pais estão mais concentrados na faixa etária entre 32-53 anos, o que representa 63,33%, enquanto os avôs prevaleceram entre 62-72 anos, o que representa 43,47 e os bisavôs massivamente entre 75-85 anos com 66,66% dos participantes. Esses dados revelam que na categoria de pai, estes estão procriando cada vez mais tarde.

Já no que se refere à escolaridade dos participantes, observa-se na tabela que vem aumentando o nível de escolaridade. Juntos, o nível de ensino superior e pós-graduação representa 53,32% dos participantes na categoria pai. Entre os avôs prevalece o ensino fundamental com 73,91% e entre os bisavôs o ensino fundamental I incompleto e/ou completo representa 100%. O que chama a atenção, é que a cada geração o nível de escolaridade vem aumentando significativamente.

Outro dado que chama a atenção diz respeito à quantidade de filhos, a tabela acima aponta um declínio no número de filhos numa perspectiva intergeracional. Em que os bisavôs apresentam os dois itens na quantidade de filhos 04-05 e 10-12 respectivamente, o que representam 77,77%, os avôs com a quantidade entre 1-3 filhos, com 56,53% e os pais entre 1-2, o que representa 73,33% na quantidade de filhos.

4.4 Instrumentos para coleta de dados

Os instrumentos adotados para realização da coleta foram o Questionário de Associação Livre e a Técnica de Entrevista Semiestruturada. O Questionário de Associação Livre (QAL): tem um caráter espontâneo e indutivo possibilitando, através do campo semântico das representações, identificar os elementos latentes. O QAL é composto por duas fases: na primeira, a partir de um termo indutor, frase ou expressão, é solicitado ao sujeito a produção de palavras que vierem à mente; e, na segunda, é feita a hierarquização, em que se requisita uma classificação em função da sua importância das palavras evocadas referentes ao objeto.

No questionário de associação livre foram adotados os seguintes temas indutores: (1 – Ser homem é... 2 - Ser pai é... 3 – Educar o filho é... 4 – Ser família é... 5 – Como pai, me sinto...). Os participantes iriam evocar os primeiros 5 vocábulos que fossem associados mentalmente, logo após a leitura do tema indutor pelo entrevistador. Em seguida, esses vocábulos foram organizados na ordem de importância para os sujeitos.

Na Técnica de Entrevista Semiestruturada, as entrevistas permitiram explorar os conteúdos e as informações relativas às representações sociais dos participantes sobre os objetos de pesquisa. A entrevista foi organizada em um roteiro pré-estabelecido, que tinha o objetivo de investigar os fatores vinculados ao exercício da paternidade e como eles representavam o que seria ser pai no contexto do sertão.

No roteiro pré-estabelecido da entrevista constava os seguintes eixos temáticos, os quais também foram elaborados a partir do Questionário de Associação Livre: a) informações de caracterização dos participantes; b) o que eles pensam/representam sobre o que é ser pai; c) dados sobre a vida pregressa dos sujeitos na construção de sua identidade como pai; d) o exercício da paternidade no contexto familiar; e) a vivência da paternidade nos aspectos intergeracionais; e, e) as mudanças que aconteceram na construção da paternidade ao longo do tempo.

Para Minayo, M.C.S. & Sanches O. (2009) a entrevista semiestruturada, um dos modelos mais utilizados, permite uma organização maleável e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. Corroborando com o

exposto, em relação a essa técnica, Flick (2004) relata que o entrevistado tem um conhecimento acerca do assunto pesquisado. Esse conhecimento é denominado de *teoria subjetiva*, pelo qual ele afirma ser “mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário” (Flick, 2004, p. 89).

4.5 Procedimento Ético

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal Vale do São Francisco - UNIVASF. Num primeiro momento, por ser uma pesquisa com seres humanos, o referido comitê orientou e sugeriu melhor esclarecimento sobre todo o processo em relação à entrada nos equipamentos. Além disso o Comitê recomendou cautela no que se refere à segurança do pesquisador. Após todas as alterações realizadas, foi aprovada, tendo como respaldo o parecer consubstanciado de nº: 1.803.932; e, logo em seguida, deu-se início à coleta de dados nas instituições. Além disso, tomou-se o cuidado ético de como acessar os participantes nos equipamentos para que fosse resguardada a identidade dos mesmos. Outro fator importante foi o sigilo das informações e a leitura do TCLE detalhadamente e explicando todos os detalhes e dissipando as dúvidas que surgiam no processo de coleta de dados.

4.6 Procedimento para coleta de dados

No primeiro contato com os participantes foi apresentado o projeto de pesquisa e lhes foi explicado do que se tratava. Em seguida, foi lançado o convite de forma individual, referente à participação deles no projeto. Esclarecidas todas as informações, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para todos os sujeitos (anexo 01), o qual contém todas as informações e procedimentos a serem realizados durante a pesquisa e qual a implicação de cada participante na mesma. Depois de lido o termo por ambos (pesquisador e participantes), iniciou-se o processo da coleta de dados em um local reservado e com autorização prévia do participante.

A partir da obtenção do TCLE foram aplicados os instrumentos de forma individual e de acordo com a disponibilidade e aceitação de cada participante. A aplicação iniciou-se com o QAL, em que alguns participantes expressaram verbalmente, e o pesquisador anotou as palavras conforme foram sendo ditas, pois, apresentaram dificuldades na articulação entre pensamento e a comunicação escrita. Posteriormente, foi aplicada a entrevista semiestruturada, para a qual foi utilizado um gravador para registrar as respostas, onde todo o material foi salvo em processador Word@.

4.7 Análise dos dados

Terminada a etapa de coleta, o material passou por uma organização e classificação em três categorias intergeracionais (Bisavô, Avô e Pai), segundo cada banco de dados:

1 – O primeiro banco foi a análise de informações sobre os dados sociodemográficos dos participantes de acordo com a idade, escolaridade, estado civil, quantidade de filhos e sexo dos filhos.

2 – O segundo banco correspondeu à análise do questionário de associação livre, o qual foi estruturado numa perspectiva intergeracional e de acordo com a faixa etária.

3 – O terceiro banco para o material coletado referente à entrevista semiestruturada foi classificado pelo número de entrada que era representado pela intergeração, idade, quantidade de filhos, estado civil, tipo de residência, renda, escolaridade e religião.

Vale salientar que as etapas de análise dos dados foram interpretadas tendo como suporte a concepção teórica adotada da Teoria das Representações Sociais conforme os objetivos da pesquisa.

4.8 Procedimentos de análise das entrevistas

Com relação aos dados provenientes das entrevistas, foram transcritos na íntegra e submetidos ao software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) que realiza a análise lexical de dados textuais. O IRAMUTEQ é um programa de informática acessado de forma gratuita que permite, de acordo com Camargo e Justo (2013), analisar diferentes corpus textuais como a lexicografia básica, que são mais simples, até análises multivariadas, como a Classificação Hierárquica Descendente e Análise de Similitude. Para os autores, esse software, além de integrar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), incorpora outras análises lexicais que são produzidas pelo programa.

A escolha de tal programa se deu devido a este facilitar a sistematização e organização dos dados coletados na pesquisa. Outro ganho secundário é que ele ajuda durante o processamento da análise de conteúdo. Contudo, a análise de conteúdo não é a mesma do procedimento de análise desenvolvido por Bardin, mas sim de uma análise de conteúdo temática proposta pelo software utilizado no processamento dos dados coletados. De acordo com Camargo e Justo (2013), ele ainda possibilita a organização de “distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem palavras)” (p. 515).

Neste estudo, para o processamento de dados utilizou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Dessa forma, as palavras são agrupadas em segmentos de texto que as

classifica em função dos seus respectivos vocabulários e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas. Obtendo classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes (Camargo & Justo, 2013). A partir dessas análises, é gerado um dendograma da CHD, que ilustra as relações entre as classes. Além disto, através de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD, o programa calcula e fornece os segmentos de texto mais característicos de cada classe.

4.9 Procedimentos de análise dos questionários de associação livre

A aplicação dos questionários de associação livre se deu conforme as palavras expressas pelos sujeitos. Em seguida, para analisar as expressões emitidas utilizamos como suporte o software EVOC e, de acordo com Almeida (2005), essa técnica possibilita apresentar ao participante uma palavra ou frase que “funcionará como um termo indutor, correspondendo ao objeto de representação que está sendo investigado” (p. 152). Além da possibilidade de verificar o objeto de representação, essa técnica fornece informações para identificar a estrutura das representações sociais e os elementos centrais e periféricos. Essa análise da evocação possibilitada pelo EVOC facilita reconhecer a estrutura das representações sociais na utilização de associar dois fatores fundamentais: a frequência das palavras expressas pelos sujeitos e a ordem de importância concedida às expressões evocadas pelos participantes da pesquisa.

Após o cruzamento desses dois fatores, o EVOC estabelece a importância dos elementos que se relacionam ao termo indutor de acordo com os seguintes critérios:

- Núcleo central: expõe as palavras e/ou expressões mais presentes e as primeiramente apontadas como mais relevantes no critério de julgamento dos sujeitos;
- Primeira periferia: mostra as palavras e/ou expressões mais presentes e de forma ordenada por último nos critérios de julgamento dos participantes;
- Elementos de contraste: apresenta as palavras e/ou expressões menos presentes e que foram ordenadas como as primeiras apontadas pelos participantes;
- Periferia distante: exhibe as palavras e/ou expressões menos presentes e que foram ordenadas por último nos critérios de significação dos sujeitos.

Diante dos resultados das informações coletadas, são apresentados quadros organizados em dois eixos: 1) o eixo horizontal, que representa a ordem de evocação das palavras ou expressões; e 2) o eixo vertical, que representa a frequência de evocação das palavras ou expressões. Abaixo, um exemplo da estrutura mencionada:

Quadro 01

Organização da estrutura dos dados analisados pelo EVOC.

F R E Q U Ê N C I A	ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO			
		1° Quadrante Núcleo central		2° Quadrante Primeira periferia
	3° Quadrante Elementos de contrastes		4° Quadrante Periferia distante	

Nota: Quadro produzido pelo autor. Adaptado do – Programa Ensemble of Permettant Programs I´analyse des Évocations.

Em relação aos sentidos e significados relacionados às palavras ou expressões, evocadas no decorrer da aplicação do questionário de associação livre, pôde-se ampliar e aprofundar relacionando-as com as entrevistas. As informações verificadas nos questionários de associação livre foram analisadas a partir da Teoria do Núcleo Central de Abric. Essa teoria afirma que as representações sociais se organizam em volta de um núcleo central e que são constituídos de um ou mais elementos, os quais fornecem significados fundamentais que compõem a representação social.

Ao analisar as estruturas da representação social ampliou-se a compreensão acerca da representação social da paternidade dos pais numa perspectiva intergeracional. A partir disso, foi possível inferir a natureza do objeto e os tipos de relações que esse grupo estabelece com a paternidade. Ainda pôde-se verificar o sistema de normas, regras e valores sociais que constituiu o contexto do grupo pesquisado.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após ser explicado o passo-a-passo metodológico dessa pesquisa, será feita a discussão das análises dos resultados emitidos pelo software EVOC. Percebe-se abaixo, nos quadros, como se estrutura o núcleo central no exercício da paternidade para cada geração.

Quadro 2.0

Pai – educar filho é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
≥10		10 – Compromisso	1,800	10 – Cuidar	2,600
		12 – Ensinar	2,333	10 – Futuro	2,800
		10 – Exemplo	2,000	10 – Respeito	2,800
BAI XA	3º Quadrante			4º Quadrante	
	8 – Educar	1,750	6 – Educação	4,000	
<10					

Nota: O quadro 2.0 - Estrutura da representação social de “EDUCAR FILHO É...” num grupo de pais, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 3.0

Avô – educar filho é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
≥10		33 – Educar	2,242	10 – Estudar	3,100
		11 – Ensinar	1,273	11 – Trabalhar	2,545
		23 – Orientar	2,348	19 - Trabalho	3,421
BAI XA	3º Quadrante			4º Quadrante	
	9 – Auxiliar	2,333	9 – Aconselhar	2,667	
<10		8 – Escola	1,500	5 – Amigo	2,800
		5 – Exemplo	1,800	8 – Carinho	3,625
		5 – Futuro	1,600	6 – Cuidar	3,500
		5 – Respeitar	2,200		

Nota: O quadro 3.0 - Estrutura da representação social de “EDUCAR FILHO...” num grupo de avôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 4.0

Bisavôs – educar filho é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,5)		PEQUENA (≥ 2,5)	
		≥10	1º Quadrante		2º Quadrante
		20 – Aconselhar	2,250	14 – Escola	4,000
		46 – Educação	2,152		
		13 – Estudar	1,538		
		39 – Orientar	1,795		
		27 – Trabalhar	2,000		
	BAI XA	3º Quadrante		4º Quadrante	
		6 – Compreender	2,000	7 – Apoio	3,000
		7 – Palavra	1,000	6 – Bom	4,000
	<10	7 – Responsabilidade	2,000	7 – Certo	3,000
				7 – Cuidado	4,000
				6 – Entender	4,000
				7 – Escolha	4,000
				7 – Gratidão	4,000
				7 – Tempo	4,000

Nota: O quadro 4.0. - Estrutura da representação social de “EDUCAR FILHO...” num grupo de bisavôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

A partir dos quadros acima, destaca-se que o núcleo central da Representação Social de “Educar Filho” para o grupo de pais, avôs e bisavôs tem em comum os termos “ensinar”, “educação” e “orientar”. As três palavras remetem ao modo como os participantes da pesquisa acreditam que os filhos devem ser educados. As estruturas familiares, independente da geração, creem que a “educação” de seus dependentes se relaciona com o ensinamento que os pais dão, junto à orientação oferecida.

Para Lino (2009), educar os filhos na contemporaneidade se tornou uma prática difícil dada às complexidades das dinâmicas familiares no sistema capitalista exigindo, assim, esforço dos membros da família para alcançar a finalidade. Contudo, parece que essa Representação Social é pautada numa relação de negociação, uma vez que se afirma que a educação dos filhos depende de orientação e não de controle, coação ou punição. Entretanto, a “educação” é concebida como transmissão de valores, crenças familiares e ligada ao ensino formal: a escola (Lino, 2009). Não obstante, é nessa perspectiva que a palavra “escola” aparece repetida nos outros quadrantes, dentro dos três grupos participantes. A primazia da educação escolar responsabiliza esta instituição pela formação dos sujeitos que se encontram nelas.

De acordo com Pagni (2010), é através da educação que a criança irá aproximar-se da cultura, da linguagem e do mundo existente. Para o autor, na contemporaneidade a sociedade

tem compreendido que é a escola a responsável pela regulamentação dos saberes e construções de sujeitos ético-morais. É por intermédio de indivíduos mais velhos, mais experientes e, conseqüentemente, considerados mais sábios que as crianças compreendem os fenômenos sociais. Neste sentido, pressupõe-se que os filhos detêm saber, além dos conhecimentos adquiridos na escola. Historicamente, acredita-se que

embora nasçam com as inclinações e as potencialidades para a formação da consciência, [...], as crianças e jovens deveriam, num primeiro momento do processo educativo, ser subjugados por tutores e obedecerem enquanto não são capazes de julgar moralmente; somente, num segundo momento, eles exerceriam a sua liberdade moral, segundo as leis racionais e a razão prática (Pagni, 2010, p.105).

A lógica da modernidade como sociedade de controle é exercida pela instituição escolar a partir do momento em que esta unicamente submete a criança ao silenciamento, para que as vozes adultas sobressaiam. Ao contrário desta ação, a arte pedagógica deveria ser desenvolvida diante da negociação entre pais, crianças e escola, priorizando uma educação mais equânime e no processo de ensino-aprendizagem horizontal.

Já as palavras “trabalho” e “responsabilidade” aparecem nas representações dos avôs e bisavôs, respectivamente. Sugere-se que para essa população a educação dos filhos está atrelada ao esforço laboral. Assim, a educação não é entendida como atividade prazerosa. Para estes, o processo de socialização dos filhos é difícil e exige esforços para que a educação seja exitosa (Lino, 2009).

Quadro 5.0

Pai – Ser família é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A ≥10	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
		10 – Base 12 – União	1,800 1,833	10 – Amor	2,400
	BAI XA <10	3º Quadrante		4º Quadrante	
		8 – Companheiro 8 – Cuidado	2,000 2,250	8 – Amigo 8 – Bom 6 – Comportamento 6 – Compromisso 6 – Dificuldade	2,500 3,000 2,667 2,667 3,333

Nota: O quadro 5.0 - Estrutura da representação social de “SER FAMÍLIA É...” num grupo de pais, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 6.0

Avô - Ser família é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
≥10	15 – Amor	1,867	10 – Bom	2,500	
	21 – União	1,714	21 – Carinho	2,571	
			18 – Companheirismo	2,556	
			11 - Problema	3,000	
BAI XA	3º Quadrante		4º Quadrante		
	6 – Alegria	2,000	8 – Cuidar	3,250	
<10	6 – Bem-estar	1,500	6 – Parceria	3,000	
	5 – Tudo	1,400	5 – Trabalho	2,800	

Nota: O quadro 6.0 - Estrutura da representação social de “SER FAMÍLIA É...” num grupo de avôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 7.0

Bisavôs – Ser família é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,5)		PEQUENA (≥ 2,5)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
≥10	20 – Amor	1,650	13 – Ajudar	3,538	
	20 – Bom	2,350	14 – Companheiro	3,000	
	26 – Carinho	2,038	14 – Companhia	2,556	
	13 – Cuidado	1,538	12 – Respeito	3,500	
	34 – União	2,147	12 – Tudo	2,500	
BAI XA	3º Quadrante		4º Quadrante		
	7 – Aconselhar	2,000	7 – Acolhimento	3,000	
<10	7 – Intimidade	1,000	7 – Apoio	3,000	
			7 – Cordial	4,000	
			7 – Esperança	4,000	
			6 – Líder	3,000	
			7 – Vida	3,000	

Nota: O quadro 7.0 - Estrutura da representação social de “SER FAMÍLIA É...” num grupo de bisavôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Os quadros acima destacam que, os termos que compõem a Representação Social “Ser Família é”, dos três grupos participantes da pesquisa – pais, avôs e bisavôs –, são “amor” e “união”. Percebe-se que a representação da família está ancorada predominantemente em sentidos positivos. De acordo com Augustin e Frizzo (2016, p. 14), “família [...] é um sistema

em que cada membro afeta e é afetado pelo comportamento dos demais, processo que tem consequências não só no desenvolvimento de cada indivíduo, mas do sistema como um todo”. Neste sentido, a relação familiar é construída em um contexto amoroso e unido pelos membros da mesma.

Assim, a constituição da família é ancorada também nos pressupostos de “instituição afetiva e harmoniosa”, socialmente compartilhados (Diniz, Santos & Lopes, 2007, p. 02). Diante das palavras evocadas pelos participantes – em sua maioria, positivas –, pode-se sugerir que os sujeitos, ao pensarem em família, possuem uma concepção de grupos familiares que não há brigas, limitações e conflitos denotando, ainda, a prevalência de uma instituição familiar higiênica e burguesa. Fomentando um ideal de família, “do ponto de vista das representações sociais, que circulam no imaginário social, parece existir apenas esse modelo ‘ideal’ de família, mesmo que seja um padrão a ser atingido a qualquer preço” (Diniz, Santos & Lopes, 2007, p. 02).

O termo “problema” apenas surge no 2º quadrante do grupo de avôs, podendo supor um complemento do *núcleo da zona central* da Representação Social desse grupo. Contudo, as evocações que aparecem neste quadro correspondem às palavras mais lembradas tanto quanto as do 1º quadrante, porém tidas como pouco importantes (Abric, 2003). Têm-se também os termos “dificuldade” e “trabalho” reconhecidos por uma parcela pequena de pessoas e atribuída a eles pouca importância. Tal observação corrobora com o ideal de família que socialmente os sujeitos constroem, sendo a instituição familiar historicamente pensada com pouco ou mesmo nenhum conflito.

Em conformidade com Sibília (2008, p. 111), como citado por Lino (2009, p. 08):

Nesta cultura das aparências, do espetáculo e da visibilidade, já não parece mais haver motivos para mergulhar naquelas sondagens em busca dos sentidos abissais perdidos dentro de si mesmo. Em lugar disso, tendências exibicionistas e performáticas alimentam a procura de um efeito: o reconhecimento nos olhos alheios e, sobretudo, o cobiçado troféu de ser visto. Cada vez mais, é preciso aparecer para ser. Pois tudo aquilo que permanece oculto, fora do campo da visibilidade – seja dentro de si, trancado no lar ou no interior do quarto próprio – corre o triste risco de não ser interceptado por olho algum. E, de acordo com as premissas básicas da sociedade do espetáculo e da moral da visibilidade, se ninguém vê alguma coisa é bem provável que essa coisa não exista.

Desta maneira, propõe-se que a menor importância atribuída às palavras que denotam conflito, brigas, discussões e desentendimentos familiares ocorrem em prol dos sentidos que a contemporaneidade almeja construir para tal instituição: família, apenas enquanto unida pelo amor e harmonia. O estabelecimento desses significados somente é possível porque o advento

da sociedade burguesa moderna fortalece o grupo familiar como unidade de amor, afeto, carinho, pois há a crença de que ele pode e deve assegurar aos membros um ambiente de ordem e estabilidade (Lino, 2009), fomentando, conseqüentemente, a ordem social.

Assim, a família é uma das instituições que garantem os valores, as crenças, a moral da sociedade, responsável por controlar os desvios de conduta, as ilegalidades. Os laços familiares buscam corresponder mais às respostas sociais do que à parentalidade e consanguinidade. “Amor” e “união” são “Sentimento Moderno da Família” (Áries, 1981, p. 193, citado em Lino, 2009, p. 12). Contudo, denotam a frustração das relações familiares, uma vez que os afetos negativos não são tomados também como parâmetros para a construção do núcleo familiar (Lino, 2009).

Quadro 8.0

Pai – Ser Homem é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A ≥10	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
		14 – Respeito 16 – Responsabilidade	2,145 2,125	10 – Compromisso	2,400
	BAI XA <10	3º Quadrante		4º Quadrante	
		6 – Cuidar 6 – Não	2,333 2,333	8 – Companheiro 8 – Cumprir 6 – Trabalho	3,250 2,500 3,667

Nota: O quadro 8.0 - Estrutura da representação social de “SER HOMEM É...” num grupo de pais, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 9.0

Avô– Ser homem é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A ≥10	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
		11 – Chefe 16 – Cumprir 13 – Digno 18 – Honesto 16 – Palavra 12 – Sincero	2,455 2,125 1,769 2,167 2,125 1,750	13– Responsabilidade 11 – Trabalhador	3,000 3,545

	BAI XA <10	3° Quadrante		4° Quadrante	
		5 – Amar	1,400	6 – Compromisso	3,000
9 – Caráter	2,000	5 – Cuidar	3,400		
7 - Respeito	2,143	8 – Humano	4,000		
		8 – Pai	3,625		

Nota: O quadro9.0 - Estrutura da representação social de “SER HOMEM É...” num grupo de avôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 10.0

Bisavô – Ser homem é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A ≥10	ALTA (<2,5)		PEQUENA (≥ 2,5)	
		1° Quadrante		2° Quadrante	
		33 – Honesto	2,212	33 – Cumprir	2,606
		40 – Palavra	1,975	13 – Respeitar	3,462
		21 – Trabalhador	2,000		
	BAI XA <10	3° Quadrante		4° Quadrante	
		7 – Amigo	2,000	6 – Digno	3,000
		7 – caráter	1,000	6 – Direito	3,000
		7 – Cuidadoso	2,000	6 – Exemplo	3,000
		6 – Importante	1,000	7 – Firmeza	3,000
		6 – Personalidade	2,000	7 – Futuro	4,000
		7 – Responsabilidade	2,000	7 – Moral	4,000
				7 – Namorar	4,000
				7 – Obediente	3,000
				7 – Provedor	4,000

Nota: O quadro10.0. Estrutura da representação social de “SER HOMEM É...” num grupo de bisavôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

A partir dos quadros acima, os sentidos atribuídos para a masculinidade, segundo os participantes da pesquisa, são: “respeito”, “responsabilidade”, “trabalhador”, “honesto”, “palavra” e “cumprir”. Desta forma, “Ser Homem é”, para pais, avôs e bisavôs, sujeitos que buscam exercer suas práticas de forma moral e ética, assim como também possuem o trabalho como objetivo.

Os sentidos se encontram ancorados nos significados compartilhados socialmente sobre o papel social do homem, pois ao “se dizer homem ou mulher, o indivíduo não apenas se autoidentifica, como também se identifica com um grupo de pessoas que compartilham a mesma categoria de pertencimento e, presumivelmente, as mesmas características relevantes daquela categoria” (Wang; Jablonski & Magalhães, 2006, p. 55). A identidade masculina

moderna, ideal e construída tem relação com força, atividade, êxito, controle, racionalização, determinação, objetividade, profissional bem-sucedido (Wang et al., 2006).

A repetição pelos participantes do presente estudo corrobora com o que os autores supracitados afirmam: as histórias pessoais dos pais, para além dos contextos familiares de origem, também foram atravessadas pelas representações de mulher e de homem vigentes à época do desenvolvimento de suas próprias identidades. Dá-se, assim, uma espécie de superposição do contexto sócio-histórico no qual os pais cresceram àquele no qual o menino é socializado, reforçando determinadas crenças sobre gênero (p. 55).

Assim, tem-se que os comportamentos ditos “do homem” continuam historicamente sendo reproduzidos e repetidos entre as gerações. O desenvolvimento psíquico da identidade é realizado dentro do contexto social específico. Contudo, geracionalmente, as normas de comportamentos e os papéis sociais vêm sendo os mesmos (Wang et al., 2006).

Quadro 11.0

Pai – Ser pai é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		1º Quadrante		2º Quadrante	
≥10	10 – Amigo 10 – Amor 12 – Compromisso		2,400 1,400 1,500	10 – Educar 2,800	
	BAIX A	3º Quadrante		4º Quadrante	
6 – Cuidar 6 – Exemplo		1,333 2,000	6 – Responsabilidade 3,667		
<10					

Nota: O Quadro 11.0 - Estrutura da representação social de “SER PAI É...” num grupo de pais, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 12.0

Avô – Ser pai é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA					
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)		
		1º Quadrante		2º Quadrante		
≥10	12 – Ajudar		1,750	17 – Bom		3,118
	14 – Carinho		1,786	14 – Educar		3,286
	11 – Provedor		2,364	10 - Trabalhar		3,400
	11 – Responsabilidade		1,455			

	BAIXA	<u>3º Quadrante</u>		<u>4º Quadrante</u>	
	A	5 – Cuidar	2,000	9 – Aconselhar	3,222
		9 – Exemplo	1,333	9 – Amigo	2,556
	<10	9 – Orientar	1,333	8 – Chefe	2,500
		7 – Respeito	1,571	5 – Família	3,400
				5 – Líder	3,200

Nota: O quadro 12.0 - Estrutura da representação social de “SER PAI É...” num grupo de avôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 13.0

Bisavô – Ser pai é

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALTA	ALTA (<2,5)		PEQUENA (≥ 2,5)	
		<u>1º Quadrante</u>		<u>2º Quadrante</u>	
	A				
	≥10	20 – Amar	2,000	20 – Carinhoso	3,000
		19 – Bom	2,105	14 – Educar	3,500
		28 – Cuidar	2,000	19 – Respeitar	3,368
		13 – Sustentar	2,385	13 – Trabalho	2,538
	BAIXA	<u>3º Quadrante</u>		<u>4º Quadrante</u>	
	A	7 – Chefe	1,000	7 – Apoiar	3,000
		7 – Conselheiro	2,000	7 – Bênção	3,000
	<10	7 – Importante	2,000	6 – Certo	3,000
		6 – Lei	1,000	7 – Conviver	3,000
		7 – Orientar	2,000	6 – Cumprir	3,000
		7 – Responsável	1,000	7 – Maravilhoso	4,000
		7 – Zelar	2,000	6 – União	4,000

Nota: O Quadro 13.0 - Estrutura da representação social de “SER PAI É...” num grupo de bisavôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

De acordo com as evocações dos termos acima, pode-se sugerir que a Representação Social de “Ser Pai é” é composto pelo sentido de “amor/carinho” e “educar”, vicissitudes de um pai “bom”. A partir da literatura (Amaral & Fonseca, 2006), pode-se perceber que tais significados são contrários aos que os filhos afirmam sobre seus pais: “a figura paterna foi pouco mencionada e, quando referenciada, mostrou um pai repressor, inflexível em suas decisões e distante dos filhos, mas que se julga no direito de punir, muitas vezes de forma violenta” (Amaral & Fonseca, 2006, p. 472).

Esse contexto apresenta o que Wang, Jablonski & Magalhães (2006) definem como situação caótica e complexa sobre masculinidades e, conseqüentemente, o exercício da paternidade. Observa-se que o ideal paterno para homens se relaciona com aspectos positivos,

mas que a prática pode ser extremamente o oposto. A reprodução dos papéis de mães e pais está ligada aos estereótipos de gênero esperados socialmente. Logo, dos pais é aguardado um temperamento mais agressivo, incisivo e ativo, semelhante aos aspectos masculinos percebidos na análise acima. Portanto, a paternidade é exercitada também através da rigidez, da punição e do controle e, contudo, os homens veem isso apenas como formas de “cuidar”, “amar” e “educar”.

Vale ressaltar quanto à palavra “responsabilidade” que esta, para o grupo de pais, se encontra na *segunda periferia*, ou seja, foi pouco evocada e tida com baixa importância. Enquanto isso, no grupo dos avôs, o referido termo está localizado na *zona do núcleo central*, denotando que “Ser Pai é”, para estes homens, um elemento importante da Representação Social. Finalmente, para os bisavôs, tem-se “responsável” compondo a *zona de contraste*. Assim, o termo foi citado poucas vezes, mas a este foi atribuída muita importância.

Conforme Sutter (2008, p. 75), “a paternidade ancorada na identidade masculina, para muitos homens, continua associada ora à responsabilidade de mantenedor da família, ora à prova pública de macho reprodutor, como afirmação de potência e virilidade”. Pode-se observar o exposto a partir de alguns sentidos dados pelo grupo da pesquisa, como “exemplo”, “provedor”, “responsabilidade”, “sustentar” e “trabalho/trabalhar”.

Quadro 14.0

Pai – Como pai me sinto

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		<u>1º Quadrante</u>		<u>2º Quadrante</u>	
≥10		10 – Alegre	1,800	10 – Amigo	2,400
		12 – Amado	1,833	10 – Bem	2,400
<10	BAI XA	<u>3º Quadrante</u>		<u>4º Quadrante</u>	
		8 – Confiante	2,000	8 – Feliz	2,500

Nota: O Quadro 14.0 - Estrutura da representação social de “COMO PAI ME SINTO...” num grupo de pais, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 15.0

Avô – Como pai me sinto

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,0)		PEQUENA (≥ 2,0)	
		≥10	1º Quadrante		2º Quadrante
		35 – Bem	2,429	50 – Alegre	2,840
		13 – Prazeroso	2,231		
		19 – Realizado	1,684		
		19 – Satisfeito	2,105		
	BAI XA	3º Quadrante		4º Quadrante	
		5 – Amado	2,200	5 – Respeitado	3,600
		5 – Amigo	1,800	5 – Respeito	2,600
	<10	5 – Responsável	2,000	5 – Sabedoria	2,600

Nota: O quadro 15.0 - Estrutura da representação social de “COMO PAI ME SINTO...” num grupo de avôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Quadro 16.0

Bisavôs – Como pai me sinto

F R E Q U Ê N C I A	IMPORTÂNCIA				
	ALT A	ALTA (<2,5)		PEQUENA (≥ 2,5)	
		≥10	1º Quadrante		2º Quadrante
		32 – Bem	1,781	14 – Carinhoso	3,000
		13 – Feliz	1,000	14 – Digno	2,500
		14 – Orgulhoso	1,000	20 – Prazer	3,650
		34 – Realizado	2,441	19 – Respeitado	2,579
				35 – Satisfeito	2,800
	BAI XA	3º Quadrante		4º Quadrante	
		7 – Considerado	2,000	7 – Amoroso	4,000
		6 – Paz	1,000	6 – Cúmplice	3,000
	<10			7 – Reconhecido	4,000
				6 – Tranquilo	3,000
				6 – Triste	4,000

Nota: O Quadro 16.0 - Estrutura da representação social de “COMO PAI ME SINTO...” num grupo de bisavôs, pela frequência Média (Freq. Média) e ordem média de importância (O.M.I.).

Segundo os quadros acima, o grupo participante do estudo revela como os pais se sentem em sua maioria: “bem”, “alegre”, “realizado” e “satisfeito”. Todas as evocações remetem a sentidos positivos e experiências agradáveis obtidas através do exercício da paternidade. Chama a atenção a valoração positiva que é atribuída à vivência, sem essa ser atravessada por conflitos, dúvidas, incertezas, sentimentos contraditórios típicos da paternidade e maternidade (Freitas, Coelho & Silva, 2007).

Segundo esses autores, “ser pai”, “sentir-se pai” tem relação com os papéis de gênero que os homens desenvolvem na sociedade. Já que as atribuições das maiores dificuldades e limitações que as experiências de cuidar dos filhos traz são frequentemente citadas pelas mães, isso acarreta socialmente à mulher o dever de permanecer mais próxima aos filhos e a disponibilidade para seus cuidados (Freitas et al., 2007).

Apresenta-se, desta forma, a desigualdade nas vivências do cuidado para com as crianças. Uma vez que, a

reprodução social dos modelos masculino e feminino tem a sua base na maternagem (mothering), termo que significa cuidados de mãe, cujo valor cultural na reprodução da masculinidade tem um sentido ideológico na produção das desigualdades entre os sexos. Sendo assim, as mulheres, como mães, são agentes decisivos na esfera da reprodução social, pois são elas que educam e repassam aos filhos as ideologias vigentes na sociedade (Freitas et al., p. 38).

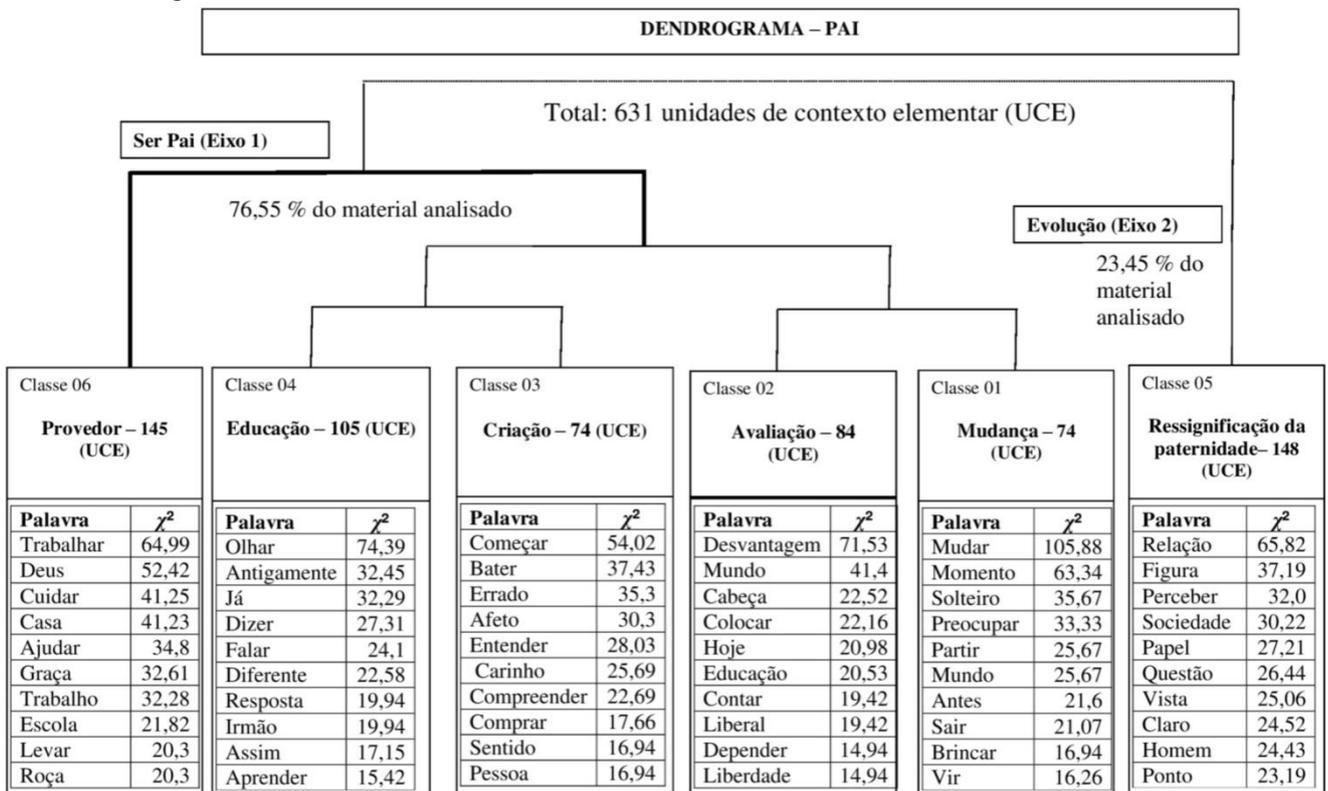
Cabendo aos pais considerarem a paternidade apenas como experiência sempre prazerosa, não acompanhando, muitas vezes, os conflitos presentes nas situações. No estudo realizado por König, Fonseca e Gomes (2008), quando mulheres mães foram perguntadas como se sentiam exercendo a maternidade, elas trouxeram frequentemente e atribuíram muita importância ao termo “responsabilidade”. Afirmaram gostar do processo de cuidados com a prole, mas que há a solicitação de desenvolver práticas que não sabem. Desta forma, os sentidos de sentir-se pai e mãe se relacionam com os papéis desenvolvidos por homens e mulheres na sociedade. Enquanto para estas a função social requerida é de cuidar dos filhos, da casa e do marido, para aqueles é predominantemente importante ser o provedor financeiro e construir sentidos sobre paternidade diferentes do de maternidade.

Diante da análise das representações sociais de homens-pais numa visão intergeracional, tem-se que a paternidade para eles é construída a partir do ideal de família burguesa, patriarcal e cunhada nos pressupostos da modernidade. Tanto os sentidos compartilhados sobre a dinâmica familiar como os significados atribuídos à função paterna, apontam para a prevalência das desigualdades sociais existentes historicamente e, como consequência, remetem aos papéis sociais de homens e mulheres. Nota-se que numa perspectiva intergeracional não há mudanças significativas sobre a paternidade. Antes, prevalecem os homens com práticas de cuidado voltadas para a família e para os filhos, que remetem aos papéis sociais estabelecidos para homens, no que diz respeito à dinâmica familiar.

5.1 Resultados e Análise pelo IRAMUTEQ

O Iramuteq computou uma lista de palavras que são características dessas classes: cada palavra e classe é expressada por um valor Qui-Quadrado (χ^2). As palavras que apresentam maiores valores Qui-Quadrado possuem maior representatividade na construção da classe. Sendo assim, foram utilizadas as dez palavras de cada classe que apresentaram os maiores χ^2 para a elaboração do dendrograma. O programa também é capaz de apontar o contexto em que as ideias aparecem nas entrevistas, extraíndo os trechos e dando destaque aos principais termos. Foram utilizados nomes fictícios para exemplificar as falas dos participantes da pesquisa. Apresenta-se, a seguir (Figura 1), o dendrograma obtido pelo IRAMUTEQ.

Figura 01
Dendrograma - PAI



Nota: Dendrograma do banco de dados Pai

Conforme pode ser observado na Figura 1, é possível verificar a existência de dois eixos principais: o primeiro, intitulado de **Ser Pai**, englobando cinco classes que, juntas, abarcam 76,55% de todo o material analisado. Esse eixo é composto pelas classes: **Provedor** (classe seis), que contém a segunda maior parte do banco, com 22,98% do corpus analisado, e expressa o papel social da figura masculina imposta e assumida pelos homens desde muito tempo: o de provedor da casa. Aquele que tem o dever de sustentar a casa e assumir as responsabilidades

financeiras da criação de um (a) filho (a). O que se evidencia nas entrevistas é o fato de que, desde cedo, esses atores precisaram trabalhar junto com seus pais para ajudarem nas despesas de casa, bem como os pais deles trabalharam em mais de um emprego para poderem oferecer uma vida mais confortável à família, como demonstra no trecho: *“vivia na roça trabalhando pra o sustento de casa e ajudar meu pai desde pequeno, desde os 10 anos de idade que eu trabalho”* (Raul, 56 anos, separado).

Para Sutter e Bucher-Maluschke (2008), as funções de sustentar e proteger a família são naturalizadas, sem muitas indagações. Ou seja, embora a percepção sobre o papel do pai venha sendo ampliada conforme a participação na educação e socialização dos filhos, este papel ainda continua sendo ancorado no modelo tradicional de paternidade, o de provedor. Freitas, Coelho e Silva (2007) falam que atualmente existe um aprofundamento na complexidade das relações conjugais que comporta acontecimentos nos quais os homens estão discutindo sua própria identidade social. Contudo, por ser algo cristalizado, o modelo tradicional de paternidade ainda serve como forma de a sociedade compreender o papel homem no contexto familiar.

Educação (Ser pai – Eixo 1, classe 04), correspondente a 16,8% do banco de Pai, aborda a questão dos limites estabelecidos na criação dos filhos, bem como a educação passada através do respeito pelo pai nessa relação. Porém, a característica marcante é a diferença que existe na criação que esses atores tiveram e a forma como está hoje. Antigamente, havia mais respeito. Só pelo olhar do pai, o filho já entendia o que podia ou não fazer. Hoje, com as mudanças no estilo de educar, muita coisa é diferente, como é retratado a seguir: *“antigamente, minha mãe e meu pai olhavam pra mim e eu já sabia que eu tinha que parar. Hoje em dia, você já vê de forma diferente, apesar de que nesses aspectos eu não mudo muito”* (Fernando, 57 anos, casado).

De acordo com Prado e Cols (2007), em seus estudos, explicam que a relação entre a interação pai-filho e a disciplina é tida como a maior participação paterna, uma vez que está vinculado ao papel do pai o papel patriarcal. Do século XVII ao XIX foi o período no qual a figura masculina ditava as regras que, por sua vez, não poderiam ser questionadas. Ainda hoje, podemos encontrar no imaginário social essa representação do pai como um disciplinador e como o responsável por ditar e punir na interação com os filhos. Esse imaginário faz parte de crenças e concepções partilhados pela sociedade. Moscovici (2007) fala que as crenças são elementos que também fazem parte das representações sociais.

Criação (Ser pai – Eixo 1, classe 03) possuindo 11,73% do banco analisado, retrata a forma como os pais criam seus filhos, destacando a forma como foram criados e a vontade de fazer diferente. Prevalece a forma cuidadosa e afetuosa de criar os filhos, deixando de lado a

ignorância e a punição com o bater. Prevalece, também, a preocupação em dar mais atenção e carinho e são priorizadas conversas e orientações sobre o que é o certo e o errado, como visualizamos através das falas que seguem: *“tudo é importante pra gente acompanhar a convivência da criança, conversar sério e orientar... as coisas erradas a gente já puni é punir e na forma de palavras, não de bater... forma de diálogo com ele, né!”* (Marcelo, 34 anos, casado).

Nessa perspectiva, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que antigamente o pai era caracterizado como alguém frio e distante, que trabalhava para o sustento do lar e era a autoridade. Hoje, o pai é tido como emergente, isto é, é aquele que participa dos cuidados dos filhos, dividindo as tarefas, favorecendo, assim, o desenvolvimento da criança. Essa diferença de opiniões sobre o modo de criação também é objeto de representação social, exatamente por ser um fenômeno dinâmico e que conduz o comportamento dos grupos sociais.

Avaliação (Ser pai – Eixo 1, classe 02) corresponde a 13,31% do corpus analisado, gira em torno de uma reflexão acerca da paternidade, do que é ser pai, das vantagens e desvantagens que abarcam essa função, avaliando haver mais pontos positivos, como é ser pai hoje e como era antigamente. Os atores falam sobre tornar-se mais responsável, o que reafirma a classe anterior. Porém, há algumas diferenças na criação do filho como, por exemplo, o pai ser mais liberal em detrimento da criação que teve:

Um cara que teve tudo na vida e não dá valor só isso, antigamente era mais rígido. Hoje os pais são mais liberais, é mais cabeça aberta e aceita as opinião dos filhos antigamente os filhos assume uma sexualidade ave Maria! (Paulo, 40 anos, casado).

Conforme Gomes e Resende (2004), a experiência de ser pai pode ser vivenciada tanto como um momento caracterizado por novos sentidos, mudança e responsabilidades na vida do homem, quanto pela oportunidade para este reviver e reavaliar como foi sua relação com seu próprio pai. Afinal, essa experiência, segundo Gabriel e dias (2011. p. 258), “é a referência mais próxima que o homem tem de como o papel paterno pode ser desempenhado”, onde o homem avalia o modelo de paternidade que foi recebido do seu genitor e pode repeti-lo no todo ou em apenas alguns aspectos, ou mesmo não repetir, rompendo totalmente com a forma como foi criado.

Mudança (Ser pai – Eixo 1, classe 01) corresponde a 11,73% do *corpus* do texto e é assim nomeada por girar em torno de uma transformação na vida dos atores entrevistados desde o momento que eles souberam que seriam pais. A partir do momento que se tornam pais, eles compreendem que uma vida depende deles. Desse modo, passam a ter mais responsabilidade, amadurecem na forma de pensar e agir com esse nascimento e percebem essa mudança como

algo positivo, como afirma o trecho a seguir: *“saio com eles pra brincar, pra tudo... e é muito bom isso, né? Mudou muita coisa, né? que eu antes de ser pai eu não pensava na vida, né? hoje eu penso, né? penso primeiramente neles”* (Renato, 36 anos, casado). Para Menendez (2004), existe uma representação associada ao homem e uma representação dele feita por si mesmo. Ele pode exercer a função de provedor, de esposo, mas, ao tornar-se pai, as mudanças começam a acontecer.

Entretanto, essa mudança é radical, pois esses pais deixam de lado seus planos e projetos e precisam repensar suas atitudes e comportamentos, abdicando, muitas vezes, de suas vidas para viverem em função de seus filhos. Jager e Bottoli (2011) relatam que, ao se depararem com uma realidade não vivida antes, os pais precisam fazer renúncias, tanto da vida social quanto da própria condição de filho ou filha, assumindo um novo papel perante seu próprio filho.

Ressignificação da paternidade (Evolução - Fase 2, classe 05), tendo 23,45% do banco analisado, diz respeito às novas configurações dos papéis exercidos pelas figuras do pai e da mãe, isto é, mudando a visão de que o homem deve trabalhar fora para sustentar a família e a mulher, ser dona-de-casa e cuidar da educação dos filhos. Nota-se que a percepção de tal mudança é tida como algo que veio para melhorar o convívio dessa relação pai-filho, ficando claro o vínculo existente nas relações paternas, como mostra o trecho: *“que o pai tem uma figura, uma participação que antes era só de bancar e hoje passa a ter uma participação mais efetiva no ponto de vista afetivo, né? de participar, se envolver mais na vida dos filhos”* (Humberto, 37 anos, casado).

Neste tocante, Goetz e Vieira (2009) afirmam que é possível que o interesse pelo papel do pai no desenvolvimento da criança esteja associado às mudanças que têm ocorrido nas configurações do conceito e na configuração de família, sobre as quais atribuições e responsabilidades do pai e da mãe não são mais rigidamente estabelecidas, tendo em vista, por exemplo, o aumento de mulheres que trabalham fora de casa e, também, o número de famílias constituídas por somente um membro parental.

Entretanto, também é percebido um enraizamento em épocas passadas, quando tanto o pai quanto a mãe tinham afazeres estritamente definidos. Isso quer dizer que, mesmo que o papel da figura paterna venha sendo discutida e modificada ao longo dos anos, essa representação é ancorada em um discurso patriarcal. Sobre isso, Jager e Bottoli (2011) falam que *“a percepção de ser pai é enraizada na representação que o homem tem de si e de suas experiências passadas com seus próprios pais”*. Dessa forma, para que os homens experienciem a paternidade de modo equânime e não somente de forma mais participativa, é necessário que

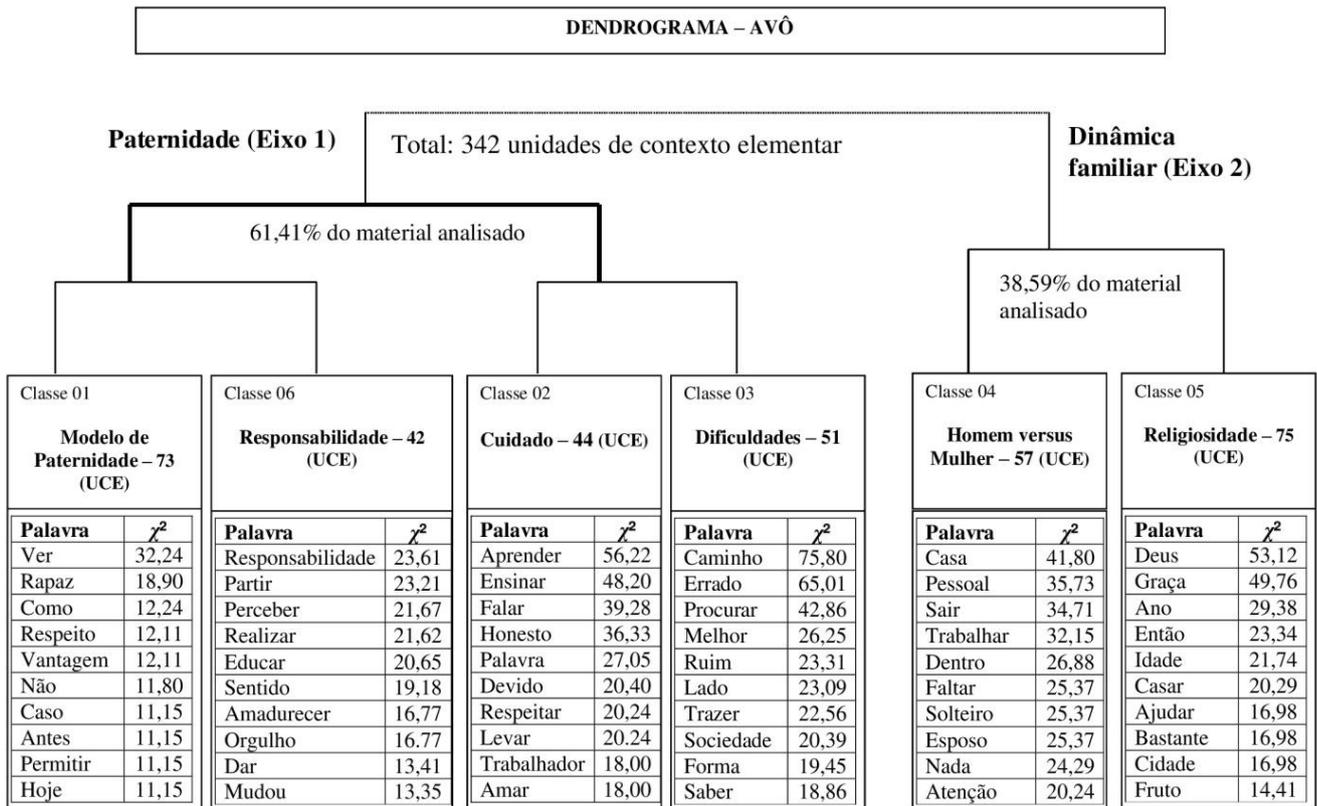
tanto os homens quanto as mulheres repensem suas atribuições sociais em meio à complexidade dessa vivência, tendo em mente que a paternidade é uma oportunidade de os homens expandirem suas dimensões internas e revigorarem suas relações com a vida.

A junção do Eixo 01 das classes: 03 e 04 foi denominada: **Formação**, e apresenta a aprendizagem desses pais ao elaborarem um modelo para educar seus filhos, adequando-se à realidade social, questionando a forma como foi instruído pela geração passada, tendo como propósito encontrar uma relação que contemple carinho e respeito. Uma formação que ajude não só na maneira de cuidar dos filhos, mas um processo que auxilie na maturação dos papéis de homem e de pai. Autores com Brandt (2014) e Silva e Carmo (2013) entendem que a paternidade serve como um espaço de amadurecimento do homem, na medida em que demanda uma reorganização da concepção do que é ser homem para se inserir nesse novo contexto cultural.

A junção do Eixo 01 das classes: 01 e 02, foi denominada **Reflexão**, e exibe a análise que os entrevistados fazem a partir do momento que se tornam pais, avalia as vantagens, as desvantagens e as metamorfoses acarretadas dentro dessa vivência e, especialmente, se dedica a saber sobre o que é ser pai. Essa preocupação sobre o que é ser pai não é uma exclusividade dos sujeitos que vivem essa realidade. Também é um questionamento no meio acadêmico, principalmente, pela baixa produção de conhecimento na discussão da paternidade.

Silva e Carmo (2013) descrevem que as décadas de 1990 e 2000 foram marcantes na construção de estudos sobre essa temática e trouxeram estudos de várias áreas das ciências humanas, sociais e da saúde. Em destaque, os estudos na área de Psicologia, em que buscou-se compreender os diferentes modelos de paternidade, as reedições da masculinidade diante desse contexto, as relações homem e mulher, entre outros estudos.

Figura 02: Dendrograma – AVÓ



Nota 2: Dendrograma do banco de dados Avô

Conforme pode ser observado na Figura 2, é possível verificar a existência de dois eixos. O primeiro, intitulado de **Paternidade**, é subdividido em quatro classes que, juntas, perfazem 61,41% de todo o material analisado. As classes que compõem o primeiro eixo são: **Modelo de paternidade** (paternidade Eixo 1, classe 01), com 21,35% do *corpus*. Apresenta-se, nesta classe, uma comparação do modelo de educação dado pelos pais antigamente e hoje em dia, em que a relação que existia anteriormente entre o filho e o pai era mais dura, pois os pais eram mais rigorosos e não permitiam que sua autoridade fosse questionada. Hoje, a forma de criação é mais permissiva e possibilita maior aproximação entre a figura paterna e os filhos. Conforme podemos observar na fala a seguir:

Você não vai fazer isso, você não vai fazer aquilo, trancava o filho em casa. Já hoje não, já hoje o pai é mais de aconselhar, conversar e eu acho que é o mais ideal, e o mais correto é chegar e conversar. (Luiz, 40 anos, casado)

Prado, Piovanotti e Vieira (2007) falam que as representações sobre parentalidade são frutos da época e dos grupos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos, mas tais representações ainda carregam valores e práticas básicas como a proteção, a organização do ambiente e a alimentação da prole. Ou seja, as mudanças históricas, econômicas e culturais demandam novos estilos do modelo parental, porém existem elementos mais resistentes às

transformações. Souza (2013) fala que esse modelo de paternidade autoritária ainda está presente no imaginário social. Contudo, as exigências contemporâneas trazem a necessidade de pais mais ativos e participativos na criação dos filhos.

Responsabilidade (Paternidade Eixo 1 - classe 06), conservando 12,28% do *corpus* analisado, vem discutir a visão que os pais trazem diante da vivência da paternidade já que, a partir dessa realidade, eles deixam de pensar em um mundo individualizado, apenas focados na tentativa de conciliar e realizar as suas tensões entre as necessidades particulares, e começam a se preocupar com os cuidados de outro indivíduo, dessa nova vida que é tida como um presente e uma obrigação. Como apontado no trecho a seguir: *“você tem aquela pessoa a quem você tem a responsabilidade de cuidar, de educar... aí muda porque você não se sente mais só; porque você tem que, a partir daquele momento, não pensar mais em si”* (Genival, 44 anos, casado).

Freitas, Coelho e Silva (2007) salientam que o nascimento de uma criança provoca transformações tanto para a mulher quanto para o homem, carregados por responsabilidades, antes inexistentes, incertezas e novos papéis que são permeados por anseios e temores diante da nova situação. Corroborando com essa ideia, Augustin e Frizzo (2016) observam que a transição da conjugalidade para a paternidade demanda uma reestruturação dos papéis desempenhados pelos indivíduos e possibilita o desenvolvimento da família. Isso explica por que ambas são instâncias que possuem uma inter-relação e trazem influência nas práticas educativas utilizadas com os filhos.

Cuidado (Paternidade Eixo 1 - classe 02) com 12,87% de todo material analisado. Esta classe elenca os elementos que os pais acreditam ser importantes no processo de criação dos filhos, permitindo um espaço de respeito e honestidade, onde o pai possa ensinar e educar como um modelo a ser seguido e, ao mesmo tempo, aprender com os filhos o que seria vivenciar a paternidade. Uma criação que traz na figura do pai alguém que tem autoridade. Como um sujeito que orienta sobre os perigos da sociedade e as maneiras de viver no espaço social. Isso pode ser notado no trecho a seguir: *“e, para que nós consigamos nos sentir enriquecidos com isso, precisamos respeitar as pessoas, respeitar o ser humano, respeitar a sua companheira, respeitar os seus filhos e viver em harmonia com toda a família”* (Richard, 66 anos, casado)

A literatura tem apresentado diferentes modelos de estilos parentais. Carvalho e Silva (2014) falam que pais participativos buscam direcionar suas práticas de maneira equilibrada, entre a figura de autoridade e o respeito pela particularidade do filho, prezando pelo diálogo. Já os pais autoritários impõem uma relação de forma hierárquica, controladora e punitiva para os filhos. Silva, Constantino e Rondini (2012) descrevem que cabe aos cuidadores educar, promover a socialização e manter o controle do comportamento dos filhos, de forma que a

conduta dos pais ao definirem e colocarem regras, normas e limites sirva como referencial para a construção de habilidades sociais e para a formação da personalidade.

Dificuldades (Paternidade Eixo 01- classe 03) com 14,91% de todo banco analisado. Esta classe mostra quais as problemáticas que os pais encontram na paternidade, como a desobediência dos filhos, a adolescência, a falta de respeito, as drogas, a violência e os perigos da sociedade. Aqui, os pais se colocaram como figuras que sabem discernir o certo do errado ao apontarem quais caminhos os filhos devem seguir. Como exemplo: *“isso está errado ou isso tá certo, vamos por esse caminho que esse não dá, e eu acho que isso assim, conversando desse jeito, eu tenho cinco filhos, tenho orgulho de todos os cinco”* (Antônio, 42 anos, casado). Para Lino (2009), as mudanças profundas nos valores sociais têm impactado na dinâmica familiar:

Com todo esse aparato de diversidade, o amor, o afeto, enfim, os sentimentos passam a ser também um desafio tendo em vista que aprender a respeitar e a entender as diferenças, aprender a educar os filhos, dentro de suas limitações e dificuldades é algo que exige um esforço cada vez maior por parte de todos os membros da família contemporânea (Lino, 2009, p.4).

As modificações ocorridas na sociedade, ao longo dos últimos anos – a exemplo da acumulação de capital flexível, a globalização em suas dimensões sociais, econômicas, culturais e tecnológicos –, trouxeram demandas e questionamentos ao contexto familiar, ao mesmo tempo em que contestaram a participação mais presente dos pais na relação com os filhos e desencadearam relações mais frágeis e superficiais. É válido salientar que autores como Salvador e Weber (2005) e Coelho e Murta (2007) observam que o ambiente familiar é um importante espaço de interação e desenvolvimento cognitivo, psicológico e de maturação social tanto da criança quanto do adolescente.

Já o segundo eixo, como mostrado na Figura 02, denominado **Dinâmica familiar**, se subdividiu em duas classes e englobou 38,59% do material analisado. É composto pelas classes: **Homem versus Mulher** (Dinâmica familiar, Eixo 2, classe 04), conservando 16,67% do *corpus* analisado. Essa classe descreve que tanto o homem quanto a mulher são importantes na formação e educação dos seus filhos, que não existe distinção entre os papéis já que ambos trabalham para o bem-estar familiar. Todavia, ainda há a crença de que o homem é o responsável pelo sustento da família e a mulher pela educação. Como observado na fala seguinte:

Temos que ver a mulher como o nosso lado direito e o lado esquerdo, porque o homem sai para trabalhar e a mulher toma de conta. Ela tem um papel muito importante para o filho na sociedade. Ela é tudo, né? (Samuel, 40 anos, casado).

Mesmo com as conquistas obtidas pelas mulheres no espaço econômico e na luta por igualdade e com as modificações na imagem de homem e mulher na conjuntura familiar, ainda há referências tradicionais nos papéis parentais. Cúnico e Arpini (2013) argumentam que na sociedade ocidental ainda existe a crença de que o homem é o provedor e a autoridade no espaço familiar. Esse paradigma ainda carrega o estereótipo do homem como um macho viril e a mulher como único ser capaz de cuidar dos filhos, em que as mulheres assumem a maior parte das tarefas e a contribuição masculina, em geral, é complementar. Porém, as transformações contemporâneas na sociedade têm questionado essas crenças em relação ao exercício da paternidade e os papéis que compõem a masculinidade. Colleti e Comin (2015) relatam que há uma necessidade de uma parentalidade mais colaborativa e engajada no cuidado com os filhos e no espaço doméstico, saindo dessa posição de poder hierarquizado e dando lugar para uma relação mais afetiva e íntima.

Religiosidade (Dinâmica familiar – Eixo 02, classe 05) com 21,93% do material analisado: esta classe demonstra a expressão “graças a deus” como uma realidade religiosa muito presente na organização das famílias, pois todas as dificuldades e conquistas alcançadas ocorrem mediante uma intervenção divina. Principalmente, como um fator que impede que o sujeito realize atos considerados errados. Por exemplo: *“meus irmãos que não vivem em bagunça nem em cachaça, que hoje em dia é o que está acontecendo muito; é cachaça, drogas e desmantelo, né? por causa disso aí. e nós graças a deus nunca fizemos isso”* (Wagner, 56 anos, separado). Becker, Maestri e Bobato (2015) sublinham que as práticas religiosas no ambiente familiar podem ser consideradas um suporte protetivo, por possibilitarem o fortalecimento de vínculos e respeito mútuo na relação familiar. Ou seja, as práticas religiosas serviriam como estratégia para lidar com adversidades e estabelecer comportamentos mais saudáveis.

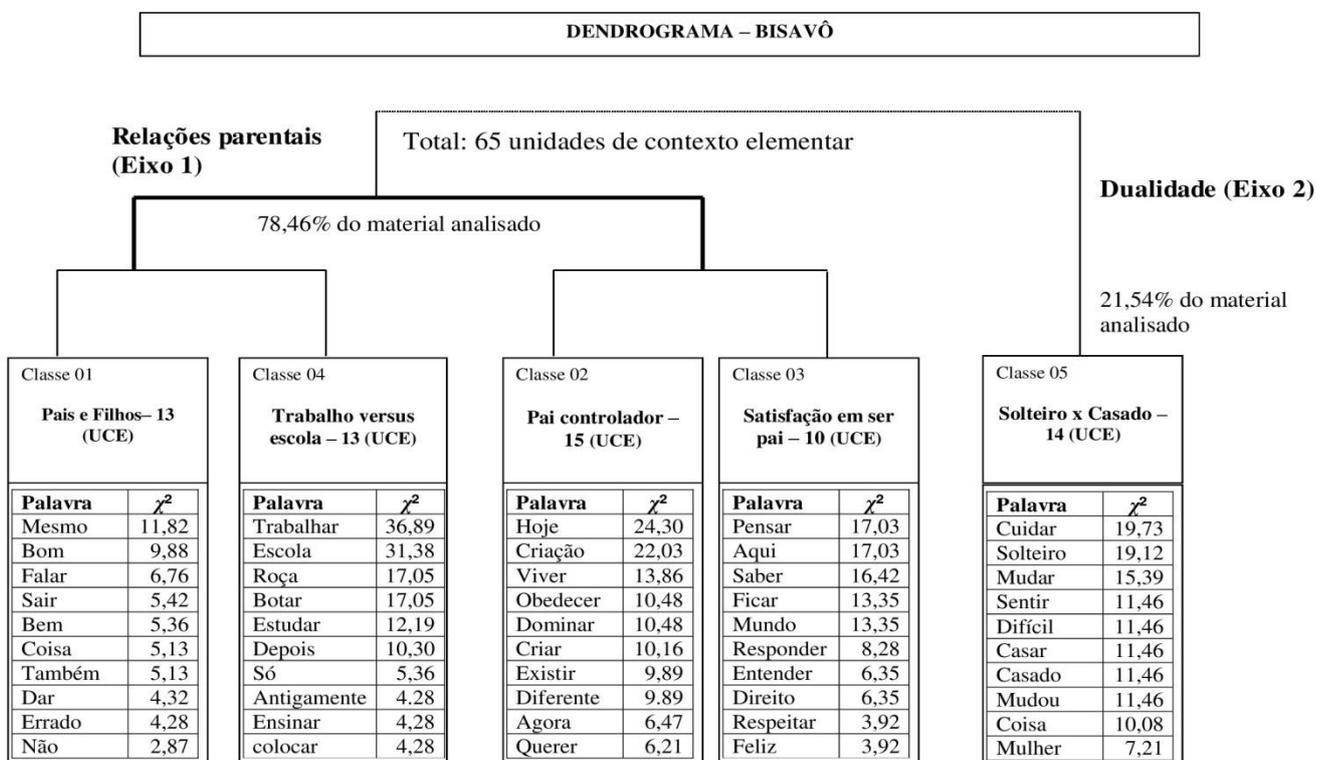
No Eixo 01 – Paternidade, a relação entre a classe (01 e 06), denominado: **Espelho para os filhos** atua na crença de que os pais têm que manter uma postura de exemplos para os filhos, com alguém que inspira e orienta, assume as responsabilidades, que serve como um modelo ideal para a prole copiar. Nesse sentido, Pratta e Santos (2007) falam que a família tem o papel fundamental na constituição do sujeito e na organização da personalidade e influencia os comportamentos e decisões formuladas, inicialmente, no contexto familiar. Nesta perspectiva, os pais teriam a função de instituir regras e limites entre as gerações e propiciar aos filhos a capacidade de se adaptarem às exigências do convívio em sociedade.

No Eixo 01 – Paternidade, a articulação entre as classes (02 e 03), nomeado: **Cotidiano Familiar** se ancora na premissa da família como base de sustentação dos indivíduos na

formação e composição dos cuidados diante das problemáticas sociais, onde a interação familiar seria o espaço para construções dos valores morais, éticos e um dos primeiros lugares para criação das representações sociais, instrumentalizando-os para o convívio e os conflitos das relações na sociedade. Para Franco (2004), as representações sociais são elementos simbólicos construídos socialmente e utilizados pelos indivíduos para explicitar, seja de forma oral ou escrita, os que eles pensam, percebem e opinam diante de um determinado fato ou objeto, e estão ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem.

No Eixo 02 – Dinâmica familiar, a relação entre as classes (quatro e cinco), denominada: **Redes sociais**, traz a ideia de que os papéis que compõem a imagem de homem e mulher são complexos, múltiplos e contêm elementos religiosos, sociais, econômicos, históricos e culturais. Corroborando com essa afirmação, Féres-Carneiro & Negreiros (2004) apontam que os papéis masculinos e femininos fazem parte de um processo compartilhado por gerações durante toda a trajetória de vida e englobam aprovações, restrições e proibições apreendidas no contexto biopsicossocial de cada indivíduo. Por fim, esta realidade está envolta nas rápidas alterações no âmbito das relações sociais, frente a passagem de um modelo tradicional para um modelo considerado moderno.

Figura 03
Dendrograma - BISAVÓ



Nota 03: Dendrograma do banco de dados Bisavó

Conforme pôde ser observado na Figura 3, é possível verificar a existência de dois grandes eixos. O primeiro, intitulado de *Relações Parentais*, subdividido em quatro classes que, juntas, perfazem 78,46% de todo o material analisado. As classes que compõem o primeiro eixo são: **Pais e Filhos** (classe 01), com 20% do *corpus*. Apresenta como os entrevistados imaginam que deveria ser a relação entre pais e filhos: um espaço carregado de felicidade e boa convivência, onde o pai possa aconselhar sobre as coisas erradas do mundo, o filho possa respeitar a figura paterna e acreditar que não houve mudanças no modelo passado pela geração anterior e a maneira de os pais se relacionarem com os filhos. Às vezes, questionando se de fato estão sendo bons pais e se procuram sanar as necessidades ao invés de baterem. Conforme podemos observar na fala a seguir: “*ser feliz né, bom pra os filhos eu sou! Eles são bons pra mim. nun foi o que eu acabei de dizer nesse instante? dar bom exemplo pra eles, cumprir com seus deveres*” (João, 79 anos, casado).

Essa relação entre pais e filhos produz aspectos importantes para desenvolvimento. Segundo Benczik (2011), a interação entre pai e filho tem um importante papel na maturação cognitiva e social e permite que o sujeito construa estratégias de interação e aprendizagem no meio social. Já Sganzerla e Levandowski (2010), ampliando a discussão, relatam que a literatura tem apontado como ideal a participação dos dois genitores na convivência com o filho.

A participação dos pais no desenvolvimento dos filhos se faz necessária por permitir que as sociedades criem, discutam e repensem as representações sobre a imagem do homem no contexto familiar. Moscovici (2012) descreve que a representação social reflete o sentido que as pessoas atribuem ao mundo que o rodeia. Ou seja, reflete o significado que as pessoas dão às coisas.

Trabalho versus escola (Relações parentais – Eixo 01 - classe 04), com 20% do *corpus* analisado. Traz as dificuldades dos participantes em relação à necessidade de trabalhar ou estudar, muitas vezes obrigados a desistir do contexto escolar para ajudarem os pais na vida do campo ou conciliarem trabalho e educação, também traz o difícil acesso à escola em razão da distância entre o domicílio e o espaço escolar. Além disso, os pais consideravam que o trabalho era mais importante na formação do sujeito e não incentivavam os filhos a irem à escola. Como se observa no exemplo: “*naquele tempo tinha as escolas e os pais não botavam os filhos na escola. Eu mesmo, pelo menos, nunca fui porque meu pai não se interessava* (Pedro, 85 anos, viúvo).

Essa perspectiva do trabalho como algo mais relevante é fruto da concepção sobre o paradigma da figura masculina, na qual o homem é responsável pelo labor e o sustento da família. Conforme Wang, Jablonski e Magalhães (2006), “Na relação com os pais, os

estereótipos de gênero serão evidenciados, não apenas através da maneira como o menino é educado, mas, sobretudo através de como esses estereótipos são vivenciados pelos próprios pais”. Ou seja, a imagem de masculinidade e/ou “tipo de homem” é fruto das relações sociais e da época vigente do desenvolvimento de cada identidade e serve como meio para reforçar ou não determinadas crenças sobre gênero. Onde a visão de mundo construída pelo menino levará em consideração o modo de interação dos pais e os papéis desempenhados por cada um.

A construção desse ideário sobre os gêneros é construída a partir das relações sociais ao ser edificada uma crença sobre um objeto ou fenômeno. Minayo (1985) descreve que as representações sociais são parte de um sistema que se institucionaliza através das palavras, sentimentos e condutas, que podem ser analisadas pelos comportamentos sociais nas suas interações.

Pai controlador (Relações parentais – Eixo 01 - classe 02), com 23,08% de todo o material analisado, demonstra qual era a maneira utilizada pelos pais para criar seus filhos. Uma criação baseada na obediência e dominação do pai sobre as escolhas da família, não aceitando que o filho contestasse sua autoridade e sendo passível de punição física. A família ficava centralizada na figura do pai, na eminência de um modelo mais patriarcal. Essa criação é vista pelos entrevistados como um modelo mais próximo do ideal, pois existem o respeito e o controle, desconsiderando outros modelos aplicados na recente história, em que os filhos são vistos como alguém que faz o que quer e não respeita a figura paterna. Trazem-se, assim, uma mudança e um questionamento sobre os estilos de criação implementados por cada geração, a ponto de considerar que atualmente não há um exemplo positivo de criação. Como no exemplo:

A mudança é grande né, porque hoje é diferente, a minha criação, quando meus avôs criaram meus pais, meus pais nos criaram e nós estamos criando os nossos filhos e a diferença é grande, né?! E os de hoje em dia, não tem nem criação mais, vivem soltos. Não existe mais nem criação, né? (Tiago, 80 anos, viúvo).

De acordo com Santos e Kreutz (2014), mesmo com as recentes modificações e indagações sobre o papel do pai na família, o padrão ainda utilizado pela sociedade é o patriarcal. Corroborando como essa perspectiva, Warpechowski e Mosmann (2012) relatam que, mesmo diante de diferentes arranjos familiares, os modelos tradicionais ainda conseguem coexistir com novas configurações. Moscovici (2012) fala que na elaboração de novas representações os sujeitos buscam elementos, ideias, conceitos já existentes para realizar comparações e alterações.

Satisfação em ser pai (Relações parentais – Eixo 01 -classe 03), com 15,38% do corpus analisado. Expõe a sensação e o significado que os entrevistados têm diante da vivência da

paternidade e descreve que é muito bom ter essa experiência, ser reconhecido como pai, criar e compartilhar momentos, e que os filhos trazem para eles o sentimento de que não estão sozinhos no mundo. Segundo o exemplo:

Significa que eu tô feliz, de ter criado meus filhos, minha esposa que ninguém deseja ficar só no mundo, não tem quem lhe faça as coisas, pra mim eu sou feliz tendo meus filhos, o dever do pai é ajeitar os filhos. (Filipe, 93 anos, viúvo).

Freitas, Coelho e Silva (2007) relatam que, com base no modelo estereotipado de homem, diferente do que acontece com a mulher que vivencia o período de gestação, para o homem a sensação de ser pai só ocorre, de fato, depois que a criança nasce. Ou seja, é no contato com a criança que o pai vai estabelecendo vínculo e se reconhecendo no papel de pai. Discordando dessa concepção ao conceber um novo estilo de pai, Gomes (2014) fala que é no momento da gestação, no compartilhar e na proximidade física com a gestante que o homem se sente pai.

Já o segundo eixo, como mostrado na Figura 3, denominado *Dualidade*, é apenas formado por uma classe e engloba 21,54% do material analisado: **Solteiro x Casado** (Dualidade – Eixo 02 - classe 05). Relata as mudanças ocorridas entre as realidades de solteiro e de casado. Os entrevistados contam que a vida de solteiro era curtir fazendo serenata, paquerar, fazer música e sair com os amigos. Já na vida de casado, há alguém para cuidar de você, você precisa cuidar da esposa e dos filhos, as amizades mudam, as pessoas ficam com mais responsabilidade. Como no exemplo:

vai e vêm os netos, os bisnetos e assim continua a vida né? a mudou porque na vida de solteiro a pessoa se envolve muito com as coisas de solteiro né, quando se casa a coisa é ao contrário vai cuidar da família né? as vezes o pai fala uma coisa e a mãe já fala outra ai da contraste né? na vida dos dois. (Mateus, 76 anos, casado).

Ou seja, esta classe relata que, entre a vida de solteiro e a de casado há uma mudança de perspectiva e atitude em relação ao comportamento e às relações sociais. Segundo Costa (2002, p.341):

A paternidade mostrou-se concebida como fundamental para uma determinada masculinidade, a dos casados, uma vez que a dos solteiros pode fundamentar-se na sua falta de responsabilidades, liberdade sexual e acesso a várias mulheres. Assim, o casamento (heterossexual e monogâmico) recria a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade, com suas consequentes responsabilidades.

A modificação da realidade de solteiro para casado requer dos sujeitos uma mudança dos papéis desempenhados nas relações sociais, saindo de uma abordagem individualista e passando para um estilo mais cooperativo. Sobretudo na atual conjuntura, que demanda uma postura mais participativa do homem no contexto familiar.

Freitas, Coelho e Silva (2007) revelam que essa transformação também é fruto do contexto social. Principalmente, das recentes conquistas nos papéis de mulher e esposa, que saíram da imagem de um ser reprodutivo e passaram a ser co-protagonistas da realidade social e da luta contra as desigualdades entre os sexos. Essas mudanças requerem que os sujeitos reorganizem e estruturem suas formas de compreender os novos papéis. Santos (2005) aponta que as representações sociais servem como meio para orientar as condutas sociais e explicar a realidade.

No Eixo 02: Dualidade - a relação entre as classes (01 e 04), denominada: **Ressignificando o papel de homem**, trabalha na concepção de que muitas vezes o homem tem modificado sua postura diante do contexto familiar e das relações estabelecidas nesse espaço, ao ser mais participativo, fazer concessões e transformar suas crenças sobre o que é ser homem, mulher e sobre a experiência de ser pai. As recentes transformações econômicas, políticas, sociais e de gêneros buscam criar novas representações sobre o que é ser homem e têm ressignificado a concepção da paternidade. Para Toste (2013), as representações sociais são uma forma de os sujeitos estabelecerem relação com a realidade através dos grupos nos quais estão inseridos.

O Eixo 02: Dualidade - a articulação entre as classes (02 e 03), denominado: **desenvolvendo a paternidade**, traz as diferentes formas de vivenciar a paternidade, uma realidade carregada de incerteza, aspirações, responsabilidades. É baseada na crença de que o comportamento do filho na interação com o pai é o que define se o modelo de criação aplicado é bom ou não. Gomes (2014) descreve que as novas práticas paternas são permeadas por um pai que ainda dita as leis, é visto como provedor financeiro, mas, diferente do pai autoritário, está presente no convívio familiar e participa de cada momento dos filhos.

Estudar diferentes gerações sobre paternidade permite conhecer quais elementos são conservados ao longo do tempo e quais são retirados da concepção do modelo de orientar a prole. É possível notar que as três gerações (pai, avô e bisavô) conservam entre si a preocupação com a forma de educar os filhos, as dúvidas e a incerteza sobre a maneira de criá-los, são impactados pelas alterações entre a vida de solteiro e a de casado o que acarreta mudança de comportamento e responsabilidade do homem ao se inserir no papel de pai e mantém a imagem de homem e de mulher ancorada nas perspectivas de que a mulher é responsável pela educação

dos filhos enquanto o homem tem a função de provedor da família. Beltrame e Bottoli (2010) descrevem que as modificações ocorridas na sociedade também causam efeitos no papel de pai praticado em cada época.

Em contrapartida, essas gerações trazem elementos destoantes, em sua grande maioria fruto das transformações sociais, econômicas e culturais de cada época. Diferente do autoritarismo mais presente na geração dos bisavôs, abriu-se espaço para uma relação mais baseada na comunicação na geração dos pais. Outro aspecto que gradativamente se modificou ao longo dessas gerações foi a visão de masculinidade dentro do contexto familiar, onde o modelo de homem rígido e firme abriu espaço para alguém mais atencioso e participativo. Conforme orienta Beltrame e Bottoli (2010), todas as convenções ligadas ao fenômeno da paternidade precisam ser compreendidas em uma perspectiva histórica e cultural, pois só assim será possível perceber os motivos que fazem algumas crenças e alguns comportamentos serem transmitidos ou eliminados em cada geração.

Considerações Finais

O nosso propósito foi compreender como os homens-pais constroem a paternidade numa perspectiva intergeracional. Para isso, será realizada uma análise conclusiva acerca da construção das representações sociais da paternidade sob a perspectiva intergeracional (pai, avô e bisavô), que foi objeto nesse estudo.

De modo geral, percebeu-se que as transformações psicossociais são refletidas em todos os aspectos que envolvem as famílias e, conseqüentemente, a construção das representações sociais da paternidade, tanto no âmbito social, econômico, cultural e psicológico que, via de regra, reflete na formação dos vínculos entre seus membros.

Por essa ótica, a construção das representações da paternidade vai sendo incorporada nas práticas diárias, através da formação de novas formas de famílias, que se adequar às mudanças psicossociais e relacionais que vão surgindo com o passar do tempo.

Comungando com o exposto, Cúnico & Arpini (2013) e Warpechowski & Mosmann (2012), já ressaltavam que essas mudanças, que refletem no exercício da paternidade, vêm ocorrendo nos modelos de família desde a época medieval, passando pela tradicional e evidenciada na contemporânea.

O que é exposto, portanto, na literatura, é corroborado nos resultados aqui encontrados, ou seja, que as representações sociais de paternidade também vêm sendo construídas e modificadas ao longo dessas mudanças psicossociais, a partir do contexto sociocultural que estão inseridas. Nesse sentido, constatou-se através da análise dos dados nos discursos dos homens-pais que as RS servem como meio para instituir associações necessárias com as quais estabelecem ligações entre as pessoas no ambiente público e privado. Elas circulam, se cruzam e se modificam constantemente através do processo comunicativo, numa perspectiva intergeracional entre pais, avôs e bisavôs.

Recorrendo a Jodelet (2001), no sentido de acrescentar informações ao que já foi dito, as RS seriam uma modalidade com características de um conhecimento particular, com a função de organizar comportamentos e interação entre os sujeitos através das práticas sociais. Vale ressaltar que, a partir da visão dos participantes desse estudo, os sentidos são compartilhados por eles nas representações de paternidade.

Tais sentidos são produzidos por meio dos processos psicossociais do real, que são as práticas sociais intermediadas por classificações cujas construções são fundamentadas em transformações sócio-históricas e subjetivamente constituídas, e tal feito é denotado como uma forma de conhecimento.

Sendo assim, tornar um objeto social familiar e conhecido pelos participantes da pesquisa sobre as representações sociais da paternidade, foram entendidas através dos processos de ancoragem e objetivação. Onde a objetivação tem a função de torna o objeto desconhecido em familiar, além de concretizar aquilo que era abstrato da realidade social, e transformar um conceito em uma imagem ou núcleo figurativo. Observa-se que a objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, o que torna a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação se materializa nas práticas sociais. (Moscovici, 2007).

No estudo em foco, constatou-se que os homens-pais estruturaram as representações sociais de paternidade objetivadas em palavras como amor, educação, conselho, carinho, respeito e honesto. Essas palavras compõem o núcleo central destas representações sociais para o grupo de participantes pesquisados. Tais palavras demonstram que há certa manutenção da tradição, com a qual os sujeitos constroem e organizam as representações sociais da paternidade no decurso da história. O que alguns autores apontam é que tais práticas são ancoradas numa visão tradicional baseada no modelo patriarcal quanto ao exercício da paternidade (Cúnico & Arpini, 2013; Warpechowski & Mosmann, 2012).

Nesse sentido, tem-se a paternidade como eixo problematizador da pesquisa, compreendendo-a como construída e constituída ao longo de processos sócio-históricos, em que suas respectivas representações sociais enredam marcas do ambiente doméstico, espaço e momento histórico vivido. Ao analisar existência das representações sociais na existência da paternidade, nota-se sua relevância e sua importância imbuída no contexto familiar e sociocultural, possibilitando compreensões das práticas sociais da paternidade.

Para melhor compreensão de como se constroem e se organizam as representações sociais da paternidade, utilizou-se a abordagem da Teoria do Núcleo Central (ou estrutural). Esta teoria é responsável pelo enfoque nos conteúdos cognitivos das representações sociais. Foi possível constatar na prática o que antes fora mencionado por Abric (1994), ao afirmar que os estudos de uma representação social devem integrar os estudos de sua estrutura e organização interna. Os sinônimos são ligados ao objeto de pesquisa, sendo os elementos que melhor particularizam o objeto estudado.

Nessa pesquisa, ele apresenta como hipótese explicativa que as representações sociais se organizam internamente, através de uma representação que apresenta uma modalidade particular, específica: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas ainda, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação sua significação (Abric, 1994).

A pesquisa também evidencia mudanças na visão dos homens-pais quando comparados numa perspectiva intergeracional que a construção das representações sociais de paternidade está em plena fase de transição. Isso é evidenciado no discurso da geração mais nova (pais), quando os mesmos representam que o cuidado, educação, compromisso e amor fazem parte do exercício da paternidade.

Os resultados das análises também permitiram conhecer as dimensões subjetivas sobre o que é ser pai. Além disso, a pesquisa revela uma fase de transição na construção da paternidade numa perspectiva intergeracional, pois, os discursos desses homens-pais apresentam uma ressignificação do papel do homem na sociedade e conseqüentemente mudanças no exercício da paternidade. Essas modificações se revelam nas práticas sociais cotidianas e podem ser observadas nas interações entre pais e filhos. Através de uma maior participação na vida dos mesmos a partir do cuidado e maior envolvimento no processo educacional e afetivo da prole e da família.

Tudo isso reforça a ideia de que a paternidade está em plena transformação, bem como, os modelos tradicionais reforçam a reprodução do *status quo*, na construção da família e numa visão intergeracional. Por essas razões, a relevância desse trabalho é fundamental para que seja possível compreender essas construções, transmitidas intergeracionalmente, sobre o sentido de ser pai, seus papéis e suas práticas sociais diante do filho, do contexto familiar em que está inserido e da sociedade. Por seu turno, a psicologia pode contribuir no planejamento e execução de novas formas de intervenções contextualizadas, proporcionando saúde mental para essa população que dela necessita.

Referências Bibliográficas

- Abric, J. C. (1998). *L'approche structurale des representations sociales: développements récents*. Trad. Santos, Maria de Fatima de Souza. (para uso de pesquisa. In: V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS). México.
- Amaral, M. A., & Fonseca, R. M.G. S. Entre o desejo e o medo: As representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. *Esc. Enferm.* 40(4), 469-476.
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Arruda, S. L. S., & Lima, M. C. F. (2013). *O novo lugar do pai como cuidador da criança*. *Estudos interdisciplinares em psicologia*, Londrina, 4,2,201-216.
- Azevedo, A. L. (2004). *Velhice e seus processos sociohistóricos*. *humanidades*. 228-236.
- Banches, D. (2011). *Leitura epistemológica da teoria das representações sociais: Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido*. In Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2011). *Teoria das representações sociais*. Techonopolitik.
- Barros, M. (2004). Retrato quase apagado em que se pode ver perfeitamente nada. In Barros, M. (2004). *Guardador de águas*, Rio de Janeiro: Recor, 4, 55-65.
- Becker, A. P. S., Maestri, T. P. & Bobato, S. T. (2015). *Impacto da religiosidade na relação pais e filhos adolescentes*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 67 (1), 84-98.
- Beltrame, G. R., & Bottoli, C. (2010). *Retratos do envolvimento paterno na atualidade*. *Barbarói*, 32,205-226.
- Benczik, E. B. P. *A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil*. *Rev. Psicopedagogia*. 28, 85, 67-75.
- Bonho, M., Merloti, H., Assunta, I. (2007). *Impactos da longevidade na família multigeracional*. *Bras. Geriatr. Gerontol.* 10 (1), 07-28.

- Brandt, J. A. (2014). *A imposição de um pai*. Vínculo do NESME. 11(1), 1-32.
- Butler, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Civilização brasileira. 2010.
- Camargo, B.V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um Software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*. 21(2), 513-518.
- Castilho, T. (2003). *Família Relacionamentos e gerações*. [Congresso internacional de educação de gerações] São Paulo.
- Coelho, M. V., & Murta, S. G. (2007). *Treinamento de pais em grupo: Um relato de experiência parental*. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 24(3), 333-341.
- Colleti, M., & Scorsolini-Comin, F. (2015). *Pais de primeira viagem: a experiência da paternidade na meia-idade*. *Psico*, Porto Alegre, 46(3), 374-385.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2013). *A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea*. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D.N, & Canteli, J. (2013). *A impossibilidade do exercício da paternidade: algumas reflexões*. *Psicologia em revista*, belo Horizonte, 19(3), 353-370.
- Diniz, Normélia Maria Freire, Santos, Maria de Fátima de Souza & Lopes, Regina Lúcia Mendonça. (2007). *Representações Sociais da Família e Violência*. *Rev. Latino-am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, 15(6). Disponível em www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em 30 de outubro de 2017.
- Doise. W. (2002) *Psicologia, teoria e pesquisa*. 18(1), 27-35.
- Drago, A. B. & Menandro, M. C. S. (2014). *A Paternidade e a Maternidade sob o Olhar de Jovens de Classe Média e Baixa: Um Estudo em Representações Sociais*. *Colombiana de Psicologia*. 23(2), 311-324
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA* (1990). Brasília: MEC ACS.

- Farr, R. (1999) *As raízes da psicologia social*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- Flament, C. (1989). *Structure et dynamique des représentations sociales*. PUF.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução a pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Franco, A. L. S., Et Al. (2012). Compreensão do significado de família dos estudantes universitários bahianos. *Estudos e pesquisa em psicologia*. Rio de Janeiro, 12(1), 260-273.
- Freitas, W. M. F. et al. (2009). *Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor*. *Saúde Pública* (online). 43(1), 85-90.
- Freitas, W. M. F., Coelho, E. A. C. & Silva, A. T. M. C. (2007, 01 de janeiro). *Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(1):137-145.
- Gabriel, M. R & Dias, A. C. G. (2001). *Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai*. *Estudos de Psicologia*, Santa Maria, 16(3), 253-261
- Goetz, E. R. & Vieira, M. L. (2009). *Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental*. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 26(2), 195-203.
- Gomes, A. J. S. & Resende, V. R. (2004). *O Pai Presente: O Desvelar da Paternidade em Uma Família Contemporânea*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Bauru, 20(2), 119-125.
- Gomes, A., & Rezende, V. R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 20, 119-125.
- Gomes, I.C. (2014). *Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso*. *Boletim de psicologia*. 04(123), 177-188.
- Grybowski, L. S., & Wagner, A. (2007). *O envolvimento parental após a separação/divórcio*. *Psicologia: reflexão e crítica*, 23(2), 289-298.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2001). *Dicionário da Língua portuguesa*. Objetiva, Rio de Janeiro.

- Jager, M. E., & Dias, A. C. G. (2015). *A Paternidade na Percepção de Adolescentes de Classes Populares*. *Psicol. cienc. prof.*, 35, 3. ISSN 1414-9893.
- Jodelet, D. (2001). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 43-62.
- Jodelet, D. (2006). *Presença da cultura no campo da saúde*. In: Almeida, A. M. O. et al. (Org.). *Violência, exclusão e desenvolvimento humano*. (pp. 75-109). Estudos em representações sociais. Brasília: UnB.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura*. Vozes, 2008.
- Junior, G. P. & Siqueira, V. H. F. & Rezende, L. A. (2014). *Paternidade e saúde reprodutiva: discursos de jovens em documentários autobiográficos*. *Pro-Posições*, Campinas. 22, 1, 131-149.
- König, A. B., Fonseca, A. D. & Gomes, V. L. O. *Representações Sociais de Adolescentes Primíparas sobre “ser mãe”*. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, 2008, 10(2), 405-413. Disponível em <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a12.htm>. Acesso em 25 de novembro de 2017.
- Lang , C.L., Basbosa, J.F., & Caselli, F. F. B. (2011). *A geração criada por mulheres: O pai e o masculino no clube da luta*. *Mal-Estar e Subjetividade*. 11, 2, 843-870.
- Laquer, T.(1992) *Los hechos de la paternidade*. *Debate feminista*. 6, 119-141.
- Lino, M. V. (2009). *A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares*. *Revista IGT na Rede*, 10, 2-13. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/>. Acesso em 26 de outubro de 2017.
- Lino, M. V. (2009). *A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares*. *IGT*, [online], 6, 10, 2-13. ISSN 1807-2526.
- Malinowski, B. *la vida sexual de los selvagens del noroeste de la melanésia*. Madrid: Morata, 1968.

- Marin, A. H. & Donelli, T. M. S. (2013). *Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos*. Aletheia, 40, 185-186.
- Matias, M., Silva, A., & Fontaine, A.M. (2011). *Conciliação de papéis e parentalidade: Efeitos de gênero e estatuto parental*. EXEDRA. 5, 57-76.
- Matos, M. G. de., & MAGALHAES, A. S.(2014). *Tornar-se pais: sobre a expectativa de jovens adultos*. Pensando fam. [online],18,1, 78-91. ISSN 1679-494X.
- Menendez, J. A. B. (2004). *A função do pai: na consulta terapêutica pais-bebês e no tratamento do transtorno alimentar na criança*. In Solis-Ponton, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio* (pp. 5765). São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Minayo, M.C.S. & Sanches O. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. & Sanches, O. *Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?* Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.
- Negreiros, T. C. de G. M., & Feres-Carneiro, T. (2004). *Masculino e feminino na família contemporânea*. Estud. pesqui. psicol. [online],4, 1, 0-0. ISSN 1808-4281.
- Nolivos, V., & Neyva, D. (2013). *Diversão e frustrações: Pais chinelos de baixa que relembram seus filhos sobre as experiências emocionais passada*. Actualidade em psicologia. 27, 115, 31-48.
- Osorio, L. C., & Valle, M.E.P. (2002). *Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea*. In *Terapia de famílias novas tendências*. Artmed.
- Pagni, P. A. (2010). *Infância, Arte de Governo Pedagógico e Cuidado de Si*. Educ. Real., Porto Alegre, 35(3), 99-123. Disponível em http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em 26 de outubro de 2017.
- Paulino, G. P. A., Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2013). *Paternidade adolescente: uma sobre autopercepções do fenômeno*. Psicologia em Revista – UFJF, 7,2, 230-241.

- Perucchi, J., & Beirao, A. M. (2007). New family arrangements: conceptions about paternity, parenthood and gender relations in female heads of households. *Psicol. clin.[online]*, 19,2, 57-69. ISSN 0103-5665.
- Prado, A. B., Piovanotti, M. R. A. & Vieira, M. L. (2007). *Concepções de pais e mães sobre comportamento Paterno real e ideal*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 12(1), 41-50.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M.A.R. (2007). Família e adolescentes: a influência do contexto familiar do desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. Estud.* 12(2) 247-256.
- Prista, R. M. (2014). *Autista fala e pensa um estudo sobre a mediação da maternagem e paternagem*. *NESME*, 11(2), 01- 40.
- Ramires, V. R. R.(1997). *O exercício da paternidade hoje*. Record: rosas dos tempo, Rio de Janeiro.
- Reis, E. F. (2010). *Faras de família – um encontro entre psicologia e direito*. Curitiba: Jurua.
- Ribeiro, C. R., Gomes, R. & Moreira, M. C. N. (2015). *A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero*. *Ciênc. saúde coletiva [online]*, 20,11, 3589-3598. ISSN 1413-8123.
- Rodrigues, L. S. & Anderson Almeida Chalhub, A. A. (2014). *Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai*. *Pensando Famílias*. 18., 02, 77-92.
- Sá, C. P. (2007). *As representações sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social*. In: Vilela, A. M. J.; Ferreira, A. A. L.; Portugal, F. T. *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nau. 327-348.
- Saffionti, H.I.B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Salvador, A. P. V. & Weber, L. N. D. (2005). *Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos*. *Interação em Psicologia*, Curitiba, 9(2), 341-353.

- Santos, M. F. (2005). *A teoria das representações sociais*. In: Santos, M. F.; Almeida, L. M (Org.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife, PE/Maceió, AL: EDUFPE/EDUFAL.
- Santos, M.F. (2011). *Ancoragem: notas sobre consenso e dissensos*. In Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & trindade, Z. A. Technopolitik.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Estampa, Lisboa.
- Sebastian, B. G. de., Vidal, E. C .,y Román, L.B.E. (2012). *Paternidade em homens homossexuais: desejos e dificuldades*. Altern. Psicol. [online], 16, 27, 0-0. ISSN 1405-339X.
- Sganzerla, I. M. & Levandowski, D. C. (2010). *Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte.16(2),295-309.
- Shwalb, D. W., & Shwalb, B. J. (2014). *Fatherhood in Brazil, Bangladesh, Russia, Japan, and Australia*. Online Readings in Psychology and Culture, 6(3).
- Silva, C. M. R., Constantino, E. P., & Rondini, C. A. (2012). *Família, adolescência e estilos parentais*. Estudos de Psicologia, Campinas, 29(2), 221-230.
- Silva, E. A., Bengio, F. C. S., Reis, K. K. T., & Piani, p. P. F.(2012). *A noção de paternidade do documento “situação da infância brasileira*. Desenvolvimento infantil: os primeiros seis anos de vida”, na UNICEF. NUFEN (online). 4(2), 49-60.
- Silva, E. G. da., & Santos, S. E. de B. (2014). *Paternidade adotiva: conjugando afetos consentidos*. Abordagem gestalt.[online], 20, 2,161-167. ISSN 1809-6867.
- Silva, L.A., & Carmo, C.M. (2013). *A representação da paternidade em crônicas: Uma análise identitária sob a perspectiva da análise crítica do discurso*. Via litterae – Anapolis. 5(1), 75-99.
- Silveira, P. (1998). *Exercício da paternidade*. Artes médicas.

- Souza, A. X.A. (2013). Paternidade e maternidade na adolescência: produção de saber e sentidos compartilhados por adolescentes. [Tese em Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Paraíba].
- Sutter, C. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). *Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa*. PSICO, Porto Alegre, 39(1), 74-82.
- Toste, M. G. M., (2013). *Representações sociais de adolescentes sobre a paternidade: Contributos para o estudo do envolvimento do pai*. (dissertação de mestrado integrado em psicologia – Univesidade do Porto.).
- Valente, M. B., Medrado, B. & Lyra, J. (2011). *Ciências como dispositivo de produção da Paternidade: análise de produções científicas brasileiras*. Athenea Digital, 11(2),57-72.
- Vieira, É. D., & Stengel, M. (2010). *Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade*. Aletheia [online], 32, 147-160. ISSN 1413-0394.
- Vieira, E. N. & Souza, L. (2010). *Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade*. Análise psicológica, 4(28), 581-596.
- Vieira, G.T., & Nascimento, A. R. A. (2014). *Aspectos psicossociais da construção da identidade paterna*. Psicologia: Teoria e Prática.16(1), 57-68.
- Wang, M. L., Jablonsky, B. & Magalhães, A. S. (2006). *Identidades Masculinas: limites e possibilidades*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, 12(19), 54-65.

ANEXOS

Anexo 01:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Título da pesquisa - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PATERNIDADE DE
HOMENS-PAIS NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre a Paternidade, onde pretendemos conhecer como são construídas as representações sociais da paternidade. Diante dos padrões estabelecidos de famílias, levando em consideração as questões de determinantes biopsicossociais. Pretendemos analisar como se dão essas questões psicologicamente e se estão de acordo ou não com as normas culturais e sociais estabelecidas. Por este motivo, sua participação é de extrema importância, já que para alcançar nossos objetivos precisamos escutar a experiência a partir de cada pai.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a discussão sobre paternidade, colaborando com a diminuição do preconceito e estereótipos presentes no dia-dia, que marcam tantos os sujeitos. Os resultados também poderão ser úteis aos/às participantes da pesquisa e seus familiares que, muitas vezes, buscam orientação ou ajuda para compreender melhor experiências diversas no campo da paternidade.

Embora essa pesquisa não ofereça riscos físicos e/ou emocionais aos participantes, consideraremos que qualquer situação que envolve pessoas pode causar algum tipo de desconforto, principalmente em se tratando de tema relacionado ao mundo particular das pessoas. Buscaremos alcançar nossos objetivos da forma mais respeitosa possível, assegurando todos os aspectos éticos do processo. De todo modo, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo.

Como possíveis benefícios, os resultados da pesquisa poderão subsidiar o trabalho de diversos profissionais que lidam com a temática pesquisa, além de favorecer reflexão a cada participante sobre o tema proposto. Ao final da pesquisa será entregue a cada participante uma conclusão dos achados observados que tenham relevância para o sujeito e mais importantes.

Eu, (nome do/da participante), dou meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, sob a responsabilidade do pesquisador Heleno Pereira Nunes, mestrando da Universidade Federal Vale do São Francisco, e da orientadora desta pesquisa Prof.^a Dr.^a. Lucivanda Cavalcante Borges Sousa.

Após ouvir os esclarecimentos, assino este Termo de Consentimento ciente de que:

1. Durante o estudo participarei de atividades entrevistas, com duração média de 1 hora e meia, compostas de questões relacionadas aos objetivos acima mencionados.
2. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
3. As entrevistas e serão gravadas e meus dados pessoais mantidos em sigilo. Os resultados obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
4. Terei acesso aos resultados da pesquisa, assim que concluída, através do pesquisador responsável pelo projeto.

5. Poderei contatar o Comitê de Ética da UNIVASF e apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

6. Poderei entrar em contato com Heleno Pereira Nunes, o pesquisador responsável e a orientador Prof^a. Dr^a. Lucivanda Cavalcante Borges Sousa através dos telefones (81) 99644-6507/98650-3205/ (83) 98789-3716 - no endereço: Av. José de Sá Maniçoba, s/n Centro – Petrolina, PE, CEP 56304-205 Bloco de Laboratórios - 1º Andar – Campus Petrolina- Centro Fone: (87) 2101-6869 - site: <http://www.cpgpsi.univasf.edu.br> - e-mail cpgpsi@univasf.edu.br. Onde também neste endereço ficará guardado durante no mínimo 5(cinco) anos todo o material e dados coletados da pesquisa, inclusive uma cópia do trabalho dissertativo na qual a orientador ficará responsável por guardá-los durante este período.

7. Poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa que aprovou a presente pesquisa através do endereço: Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina, PE, CEP 56304-205.

Petrolina, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

RG: _____

Ass. Pesquisador Responsável.

RG: _____

Anexo 02: Parecer do Comitê de Ética

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representações Sociais da Paternidade de homens-pais sertanejos numa perspectiva intergeracional

Pesquisador: Heleno Pereira Nunes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60519916.8.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.859.416

Apresentação do Projeto:

01. Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Mestrado em Psicologia da Univasf que pretende "compreender as representações sociais da paternidade numa perspectiva intergeracional de pais e avós e bisavós na contemporaneidade", "na perspectiva de homens-pais sertanejos". Sua equipe executora é composta pelo pesquisador responsável Heleno Pereira Nunes e pela Professora Lucivanda Cavalcante Borges Souza (Orientadora), ambos devidamente cadastrados na Plataforma Brasil. O projeto apresenta todos os elementos necessários à avaliação ética.

Objetivo da Pesquisa:

02. Apresenta objetivos delineados, metodologia e cronograma coerentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

03. Apresenta adequadamente avaliação dos riscos tanto na parte metodológica do projeto como no TCLE, apontando meios de minimizá-los. Também faz análise dos benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

04. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

05. Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro CEP: 56.304-205
UF: PE Município: PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 Fax: (87)2101-6896 E-mail: cede@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 1.869.118

Recomendações:

06. **Aprovação.**

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

07. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

É com satisfação que informamos formalmente a Vª. Srª. que o projeto "Representações Sociais da Paternidade de homens-pais sertanejos numa perspectiva intergeracional" foi aprovado pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas – (CEDEP). A partir de agora, portanto, o vosso projeto pode dar início à fase prática ou experimental. Informamos ainda que no prazo máximo de 1 (um) ano a contar dessa data deverá ser enviado a este Comitê um relatório sucinto sobre o andamento da presente pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_799173.pdf	25/11/2016 10:01:04		Aceito
Outros	Cartaresposta.pdf	25/11/2016 09:59:03	Helena Pereira Nunes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	25/11/2016 09:58:14	Helena Pereira Nunes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoComitedeEtica.pdf	25/11/2016 09:57:21	Helena Pereira Nunes	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAnuenciasecretariadeSaude.pdf	29/09/2016 19:01:32	Helena Pereira Nunes	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAnuenciaSecDesenvolvimento.pdf	29/09/2016 19:01:13	Helena Pereira Nunes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeConfabilidadeProfLucivanda.pdf	29/09/2016 19:00:33	Helena Pereira Nunes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeConfabilidadeHelena.pdf	29/09/2016 18:59:58	Helena Pereira Nunes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoComitedeEtica.docx	29/09/2016 18:57:43	Helena Pereira Nunes	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	29/09/2016 18:55:27	Helena Pereira Nunes	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	29/09/2016	Helena Pereira	Aceito

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro CEP: 56.304-205
UF: PE Município: PETROLINA
Telefona: (87)2101-8896 Fax: (87)2101-8896 E-mail: cedepe@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 1.899.116

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18:55:04	Nunes	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoPesquisa.pdf	29/09/2016 18:53:15	Helena Pereira Nunes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PETROLINA, 15 de Dezembro de 2016

Assinado por:
DEUZILANE MUNIZ NUNES
(Coordenador)

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro CEP: 56.304-005
UF: PE Município: PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 Fax: (87)2101-6896 E-mail: cedeop@univasf.edu.br

ANEXO 03:**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.**

1 – O QUE É SER PAI PARA VOCÊ? (FORMA GERAL – O PAPEL DO PAI NA FAMÍLIA E SOCIEDADE).

2 – HÁ VANTAGENS E DESVANTAGENS EM SER PAI? QUAIS?

3 – COMO VOCÊ SE PERCEBE SENDO PAI DE SEU(S) FILHO (S)?

4 – QUAIS OS IMPACTOS DA PATERNIDADE EM SUA VIDA?

5 – COMO VOCÊ VER O PAPEL DO PAI E DA MÃE NA FAMÍLIA E SOCIEDADE? HÁ DIFERENÇAS? QUAIS?

6 - NA SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA, COMO FOI PASSADO DE PAI PARA FILHO O QUE É SER PAI? (COMO FOI TRANSMITIDA ESSA REPRESENTAÇÃO/IMAGEM).

7 – COMO VOCÊ PASSA PARA SEU FILHO O QUE É SER PAI? (COMO ESTÁ SENDO TRANSMITIDA ESSA REPRESENTAÇÃO/IMAGEM).

8 – VOCÊ PERCEBEU ALGUMA MUNDANÇA NO EXERCÍCIO DA PATERNIDADE AO LONGO DE SUA VIDA? QUAIS?

ANEXO 04:**1 CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Este questionário que você acaba de receber está sendo usado para selecionar pessoas com diferentes perfis para participar de um estudo sobre REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PATERNIDADE DE HOMENS-PAIS SERTANEJOS NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL. O estudo em questão terá duração aproximada de uma hora, os procedimentos empregados não provocam nenhum tipo de desconforto.

O preenchimento do questionário será necessariamente que você parte do estudo posterior. Sua colaboração será anônima, os dados aqui declarados não serão divulgados em hipótese nenhuma.

A seguir você preencherá um formulário sócio-demográfico com dados de interesse sobre cultura e sociedade;

Caso sinta-se incomodado em responder a alguma pergunta do questionário, marque as alternativas de não declaração, mas não deixe de responder. Pedimos que você preencha o questionário com sinceridade.

Iniciais do nome: _____

Telefone para contato: _____

E-mail: _____

Para quaisquer outras informações escreva para a pesquisadora
Heleno Pereira: 81-99644-6507

e-mail: hpnunicap@hotmail.com

Questionário Sócio-demográfico

1. Qual sua condição de parentalidade?

() PAI

() AVÔ

() BISAVÔ

2. Idade: _____ Anos completos.

3. Números de filhos _____

4. Sexo dos filhos: _____

5. Idade dos filhos: _____

6. Estado Civil:

() Solteiro(a)

() Casado(a)

7. Naturalidade:

() Brasileiro(a)

() Estrangeiro(a) naturalizado(a)

Separado(a) / Divorciado(a)

Viúvo(a)

Qual país? _____

Vivo com companheira

Vivo com companheiro

8. Estado de origem: _____ e Município de origem:

9. Município em que mora hoje: _____

10. Em que localidade da cidade seu domicílio se encontra?

Bairro na periferia da cidade

Bairro na região central da cidade

Condomínio residencial

Conjunto habitacional (CDHU, COHAB, BNH, etc.)

Favela

Região rural (chácara, sítio, fazenda, aldeia, etc.)

Outro: _____

11. Com quem você mora? (múltipla escolha)

Pais

Cônjuge

Companheiro (a)

Filhos

Sogros

Parentes

Amigos

- Empregados domésticos
- Outros
- netos/bisnetos
- (ou) Sozinho (a)

12. Quantos filhos nascidos vivos você teve no total?

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro
- Cinco
- Mais. Quantos ao todo? _____
- Não sei

13. Atualmente você:

- Apenas estuda
- Trabalha e estuda
- Apenas trabalha
- Está desempregado (a)
- Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar
- Está aposentado (a)
- Não trabalha nem estuda

14. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

15. Qual é a sua renda familiar mensal?

- () Menos de 1 salário mínimo (até R\$880)
- () De um a dois salários mínimos (entre R\$880 e R\$1.760)
- () De dois a cinco salários mínimos (entre R\$1.760 e R\$4.400)
- () De cinco a dez salários mínimos (entre R\$ 4.400e R\$8.800)
- () De dez a quinze salários mínimos (entre R\$8.800 e R\$13.200)
- () De quinze a vinte salários mínimos (entre R\$13.200 e R\$17.600)
- () Mais de vinte salários mínimos (acima de R\$17.600)

16. Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?

- () Não trabalho e sou sustentado por minha família ou outras pessoas
- () Trabalho e sou sustentado parcialmente por minha família ou outras pessoas
- () Trabalho e sou responsável apenas por meu próprio sustento
- () Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família
- () Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família
- () Outra situação

17. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- () Ensino fundamental 1 incompleto
- () Ensino fundamental 1 completo
- () Ensino fundamental 2 incompleto
- () Ensino fundamental 2 completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior incompleto
- () Ensino superior completo

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

18. Você participa de alguma entidade ou associação? (múltipla escolha)

- Associação de bairro ou de moradores
- Associação pastoral ou eclesial
- Sindicato de trabalhadores ou patronal
- Partido ou associação política
- Organização não governamental
- Igrejas católicas
- Igrejas evangélicas
- Cultos afro-brasileiros (umbanda, candomblé)
- Centros espíritas kardecistas
- Outro grupo religioso. Qual? _____
- Outros tipos de associações ou entidades. Quais? _____
- Não participo.

19. Em relação à cor da pele, você se considera:

- Branco
- Pardo
- Negro
- Amarelo (oriental)
- Vermelho (indígena)
- Prefiro não declarar

20. Você já fez algum tipo de tratamento com psicólogo, psiquiatra e/ou psicanalista?

- Sim, apenas terapia
 - Sim, apenas tomei medicação
 - Sim, fiz terapia e tomei medicação
 - Não
 - Prefiro não declarar
-

Agradeço a sua colaboração!

ANEXO 05:

QUESTIONÁRIO DE ASSOCIAÇÃO LIVRE

Nome:

Idade:

Pai () avô () bisavô ()

SER HOMEM É...

SER PAI É...

EDUCAR É...

SER FAMÍLIA É...
